Infografia Petróleo e Gás em Portugal pgs. 24 e 25 · **Anarcha Portugal** pgs. 33 a 34 · **Afonso Cautela** Um poeta na natureza pgs. 43 a 44

mapa: Jornal de Informação Crítica

Assina o Jornal Mapa
assinaturas.jornalmapa.pt

NÚMERO 21
SETEMBRO-NOVEMBRO 2018
TRIMESTRAL / ANO VI
3000 EXEMPLARES
PVP: 1€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTOR: GUILHERME LUZ

CATARINA SANTOS

Notícias do Porto, que nos falam de despejos, expulsões e limpeza social, mas também do surgimento de formas de luta organizadas de baixo para cima.

AMOR E UMA ORDEM DE DESPEJO

Págs. 8 a 16

História popular do Futebol

pgs. 4 a 7

O futebol não é só negócio e alienação de massas. Entrevista a Mickaël Correia sobre o jogo social e político do futebol popular.

UE: Abrir as fronteiras à extrema-direita

pág. 32

O Conselho Europeu de Julho, sobre migrações e política fronteiriça, resultou na continuação dum caminho que faz as delícias da extrema-direita.

Precariedade e resistência

pgs.39 a 42

França, Espanha, Estados Unidos, Portugal. À medida que a exploração vai desenvolvendo novas formas de se exercer, a resistência encontra novas maneiras de a combater.

Um "não" ao aeroporto no Montijo

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

A história do novo aeroporto para Lisboa tem como ponto de partida um proclamado «imperativo nacional». O presidente da Confederação do Turismo Português clama que, sem o avanço das obras no Montijo, se perde um milhão de turistas todos os anos. Uma urgência que tropeça, sem perder o pé, nos protestos à anunciada escolha desta localização. Na defesa dos valores naturais do Estuário do Tejo e da qualidade de vida de mais de 100.000 pessoas.

No guião de um filme com desfecho anunciado, o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, afirma que nada «põe em causa a nossa perspectiva de estar em obras no próximo ano e concluir essas obras no ano 2021». Aplicam-se as medidas mitigadoras que a Declaração de Impacte Ambiental vier a listar e, pela mesma moeda de Judas, paga-se um caderno de encargos à autarquia do Montijo para obras. E garante-se descarregar mais de um milhão de turistas que dizem faltar em Lisboa. O grupo Vinci, a multinacional que detém a ANA – Aeroportos de Portugal, calculava, em 2017, mais de 26 milhões de passageiros em Lisboa, número a crescer em 2018. Façam agora as contas com Portela e Montijo a funcionar, subindo a média actual de 38 movimentos aéreos para 140… por hora.

A história do novo aeroporto é a história imposta ao destino do Portugal da monocultura turística e do ordenamento territorial subjugado a esse imperativo. Sobre o Montijo, impõe-se a lógica cega de negócios que a francesa Vinci não conseguiu concretizar em Notre-Dame-des-Landes, derrotada na mais significativa luta dos últimos tempos, que foi, nessa região francesa, alicerçada numa ZAD: uma zona autónoma de defesa do território, contra o «aeroporto e todo o seu mundo».

QUEM MANDA NO CÉU?

A imposição da opção Montijo pela Vinci começa em 2012, com a *troika* de Passos Coelho, na privatização da ANA a troco de 3,08 mil milhões de euros. Este, que foi o «negócio do ano de 2013» na categoria de aeroportos, de acordo com a revista World Finance, colocou, por 50 anos, as decisões do sector nas mãos daquela que é a maior empresa de construção do mundo, em volume de negócios. A Vinci detém ainda o aeroporto (e as opções) fantasma de Beja, é accionista da lucrativa Lusoponte e concessionária das pontes sobre o Tejo, com o exclusivo para a construção e exploração de uma terceira travessia rodoviária. É por demais evidente que a escolha do novo aeroporto de Lisboa é uma agenda de negócios da Vinci e associados.

Depois de assinado, em Fevereiro de 2017, um memorando de entendimento que assegurava a opção pela reconversão da Base Aérea n.º 6 do Montijo, o actual ministro Pedro Marques, que foi vereador na autarquia do Montijo em 2002, assume que, com a privatização da ANA, «foi entregue à empresa que gere esses aeroportos o direito de lhes apresentar uma proposta para o aeroporto, mas não a obrigação de o realizar, portanto a negociação é muito difícil», lamentando que de fora «tivesse ficado fixada a obrigação concreta de construção da solução aeroportuária». Ou seja que caberá ao investimento público esses custos. A ANA, à frente da qual se encontra, desde Junho, Thierry Ligonnière, o interlocutor do processo de negociação do Montijo, impôs a proposta dual Portela + Base Aérea do Montijo, em vez da construção de um novo aeroporto de raiz, sabendo que a UE não permite aplicações de dinheiros dos orçamentos estatais na construção de aeroportos. Depreende-se ainda que, face à curta longevidade desta solução, pois é previsto que, uma dúzia de anos depois da sua entrada em funcionamento, haja novamente uma lotação do tráfego, o futuro contemple outras possibilidades de construção e negócio.

> A história do novo aeroporto é a história imposta ao destino do Portugal da monocultura turística e do ordenamento territorial subjugado a esse imperativo.

O TEJO, UMA VEZ MAIS

No início do ano, a associação ambientalista Zero apontou o dedo à falta de rigor na avaliação das várias alternativas ao novo aeroporto mas, no Montijo, a reacção parece ter vindo tardia. Faz-se agora ouvir pela Plataforma Cívica Aeroporto BA6-Montijo Não, constituída em Junho passado (plataformacivicaba6nao.pt).

As duas principais questões levantadas pela Plataforma dizem respeito, primeiro, a um reiterado atentado ambiental sobre na avifauna do Estuário do Tejo e, em segundo lugar, à poluição sonora e à perda de qualidade de vida das populações da margem sul do Tejo nos concelhos do Montijo, Barreiro, Moita e Seixal. Precisamente duas das questões que levaram a Agência Portuguesa do Ambiente a pedir elementos adicionais ao Estudo de Impactos Ambiental que dera entrada em Julho.

A ameaças ao maior estuário da Europa ocidental parecem não desaparecer. A Reserva Natural do Estuário do Tejo viu o seu grande valor ecológico, histórico e cultural reconhecido logo em 1976, a que se somou, desde os anos 1980 e 90, o reconhecimento como Zona Húmida de Importância Internacional e Zona de Protecção Especial para Aves Selvagens. Por outro lado, a proximidade em relação a zonas habitacionais resultará num ensurdecedor ruído e perda de qualidade de vida. Para não falar no aumento dos riscos de acidentes sobre casas e áreas industriais que um crescimento do tráfego aéreo naturalmente implica.

A Plataforma alinha, tal como o Partido Comunista Português, na opção alternativa do Campo de Tiro de Alcochete, a 20 km da Base Aérea, o que implicaria a obrigação da construção de um novo aeroporto de raiz pela Vinci, conforme contratualizado e que a opção Montijo contorna. São argumentados menores impactos, mas, nessa escolha, haverá também que avaliar que o novo aeroporto na margem sul é uma peça de um vasto conjunto de novas acessibilidades que, tal como uma terceira travessia, exercerão uma pressão inaudita sobre os valores estuarinos do Tejo e sobre a vida humana. Estas posições espelham precisamente a ausência de uma verdadeira discussão, mesmo entre quem faz a crítica ao projecto no Montijo, sobre como vai ser transformado o território. Uma transformação à qual preside o imperativo nacional de um novo aeroporto, ordenado a viva voz pela Vinci em nome do turismo.

É preciso uma aldeia para educar uma criança
Comunidade em foco no IV Encontro Ser Educação

SARA MOREIRA
SARITAMOREIRA@GMAIL.COM

No início de Setembro, a Vila de Soajo acolhe a quarta edição do Encontro Ser Educação, convidando mais uma vez ao debate e à troca de experiências em torno de "uma outra escola possível".

Entre os dias 7 e 9 de Setembro de 2018, o evento propõe uma série de actividades de imersão em pedagogias alternativas, em pleno Parque Nacional da Peneda Gerês, através de oficinas, palestras, jogos e concertos, passando por vários espaços comunitários de Soajo – da Casa do Povo até aos Baldios, passando pela Escola Primária e Centro Social.

Inspirado no provérbio africano «é preciso uma aldeia para educar uma criança», o mote desta quarta edição é a *Comunidade* – tema cristalizado na própria vila histórica onde o encontro tem lugar, conhecida pela sua eira comunitária de espigueiros monumentais, "paredes meias" com o recreio da Escola Primária.

Reconhecido internacionalmente pela Escola da Ponte que fundou e pelo seu pensamento crítico sobre o ensino, o professor José Pacheco irá falar no domingo à tarde sobre a escola

"sem turmas, sem ciclos, sem testes ou exames, sem reprovações, sem campainhas" que defende. Um ciclo de palestras sobre Educação em Transformação está marcado para sábado de manhã e vai juntar diversos projectos educativos alternativos, como a escola O Mundo Somos Nós, de Vila Verde (inspirada nas ideias do filósofo e educador indiano Krishnamurti), e a própria EB1 de Soajo, que atravessa um processo de mudança dentro da escola pública, adaptando a abordagem pedagógica a métodos como o da Escola da Ponte, fundada por Pacheco nos anos 1970, com o apoio do agrupamento de escolas da região.

«Vamos também explorar a Floresta-Escola circundante e experimentar a gestão comunitária de baldios, com o projeto de Mini-Compartes», contam as organizadoras, da associação Moving Cause, sobre a actividade proposta pela investigadora Rita Serra, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que pretende criar uma assembleia de crianças-compartes.

Um dos grandes desafios que as comunidades encontram – a comunicação – será abordado nas oficinas de Comunicação Consciente, pelo projecto Asas de Arco-íris, e de Media Comunitários, pela Rádio Manobras, que propõe a criação de uma equipa de jovens repórteres para a cobertura do encontro.

O encontro começa com um concerto do flautista Rão Kyao, na sexta-feira à noite na Casa do Povo. Ao longo do fim-de-semana, serão transmitidos saberes locais através de Jogos Tradicionais, um Atelier de Cerâmica e uma Oficina de Culinária Vegetariana onde irão participar cozinheiras do Centro Social de Soajo. Haverá ainda um pequeno mercado e refeições vegetarianas a cargo da "cozinha colaborativa" Barriguinha Verde, de Arcos de Valdevez.

O encontro é organizado pela associação Moving Cause desde 2015, e conta com o apoio da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Junta de Freguesia de Soajo, Associação de Compartes dos Baldios de Soajo, Agrupamento de Escolas de Arcos de Valdevez, Casa das Artes, Centro Social e Paroquial de Soajo, e uma gasolineira para as deslocações dos convidados.

MAIS INFORMAÇÃO SOBRE O ENCONTRO E FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (GRATUITA MAS OBRIGATÓRIA) ESTÃO DISPONÍVEIS NO WEBSITE HTTPS://SEREDUCACAO.MOVINGCAUSE.ORG.

Ecotopia biketour
A pedalar pela Península Ibérica

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Nos inícios de Setembro, um grupo de ciclistas atravessa a ponte de Caminha, numa etapa final que, passando pelo Porto, irá terminar em Benfeita, na serra do Açor. Aí, numa região que, depois dos incêndios do ano passado, tem sido palco de algumas iniciativas de autogestão comunitária, conforme relatado na anterior edição do Jornal MAPA, propõem-se fazer uma acção de apoio. Significa isto que estes ciclistas, cuja viagem começou em finais de Junho, em Pamplona, seguindo a costa norte da Península Ibérica via Vitoria-Gasteiz, Bilbao, Gijón/Xixón e Vigo, são algo mais do que esforçados viajantes.

Fazem parte da Ecotopia Biketour (www.ecotopiabiketour.net). Esta apresenta-se como «uma comunidade activista transnacional autogerida que organiza uma viagem em bicicleta todos os verões, sempre numa região diferente da Europa, desde 1990. Durante a viagem visitamos projectos ambientais e sociais, participamos em acções e praticamos uma vida sustentável. Seguimos uma dieta vegana, exercemos a tomada de decisões por consenso e incentivamos a partilha de competências.» Da Noruega à Hungria, da Bulgária à Turquia, muitos foram os destinos europeus ao longo de 27 *tours* anuais, que juntam geralmente 20 a 40 ciclistas, entre 2 semanas a 2 meses.

Yolanda, uma das participantes da Biketour de 2018, conta como «raramente pedalamos todas juntas, normalmente algumas pessoas vão à frente na parte da manhã e marcam o percurso com setas na estrada. As outras seguem mais tarde em pequenos grupos ao seu próprio ritmo. Cada etapa é calculada de forma a que toda a gente possa seguir independentemente do tipo de bicicleta.» Por isso, a quem se quiser juntar, diz para «não te preocupares se nunca viajaste de bicicleta antes.»

Não é simplesmente pedalar e desfrutar da paisagem. A ciclista activista acentua como «tentamos criar um ambiente autogerido, ou seja, sem hierarquia, fazendo circular as responsabilidades, partilhando os nossos saberes e respeitando as necessidades individuais. Cada uma pode inscrever-se para as tarefas quotidianas (cozinhar, transportar um atrelado, etc.) mas é livre de decidir pessoalmente a medida da sua contribuição. A cada dois ou três dias, fazemos uma avaliação e tomamos as decisões por consenso. Criar um ambiente autogerido e não-discriminatório faz parte dos nossos valores fundamentais.» E isso torna a bicicleta em algo mais que uma simples forma de viajar.

QUANDO O FUTEBOL FAZ UMA *finta* AO CAPITALISMO

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Decorria ainda a febre do mundial de futebol e, em plena reunião do colectivo do jornal MAPA, alguém lança: mas porque é que não falamos de desporto? Passada assim a bola, ficou no ar uma situação de empate. Asfixiados diariamente pelo futebol, pela mitomania do Ronaldo, novelas clubísticas, etc., de que outra coisa poder-se-ia falar senão de alienação e da náusea que o mercado capitalista do futebol representa? É aí que entra Mickaël Correia, autor de *Uma História Popular do Futebol*, obra editada este ano em França e ainda não traduzida por cá.

Com este autor já havíamos falado no MAPA a propósito do *CQFD, jornal de crítica e experimentação social* sediado em Marselha e do qual Mickaël Correia faz parte. Agora a nossa conversa é mesmo sobre bola. Porque em *Uma História Popular do Futebol* (edições La Découverte) o termo «popular» anuncia que se vai falar de um «outro futebol». Não da alienação ou do *business*, mas da sociabilização do futebol enquanto campo de jogo social e político.

UM «LIVRO MILITANTE»

Assim definiu Mickaël este seu trabalho de jornalista independente, de uma militância assumida de esquerda apartidária que se recusa a separar o futebol da política. Desde logo porque «um desporto que mexe com milhões de euros e junta milhões de espectadores é, por essência, político. O problema é que, infelizmente, as forças de esquerda desertaram do futebol depois do pós-guerra, o que é uma aberração estratégica e política: ainda hoje, o elemento cultural mais estruturante nas classes populares e entre os jovens é o futebol!»

Explicando as motivações para o livro, Mickaël faz-nos ver como as nossas reservas em falar de futebol resultam em boa medida de nos focarmos apenas no que nos vendem. Na pele de historiador, recorda como «a História é um campo de batalha. E diz-se sempre que são os vencedores, ou pelo menos os que dominam, que escrevem a História. No caso do futebol, há uma história oficial, entoada pelas grandes competições que estão nas mãos de instituições como a FIFA. É uma história ao serviço do futebol enquanto cultura de massas mas sobretudo enquanto divertimento mercantil. Dá destaque aos feitos desportivos dos grandes clubes de elite, das selecções nacionais e de alguns jogadores profissionais como Cristiano Ronaldo. E atira para debaixo do tapete as relações com regimes autoritários, a corrupção que gangrena este desporto (o FIFAgate de 2015 demonstrou-o recentemente) e os valores sexistas, racistas e homofóbicos veiculados em certas tribunas ou por responsáveis de federações nacionais. Esta história destaca um futebol de elite, sempre com a mesma lenga-lenga: "O futebol é apenas desporto, não é política"».

UM DESPORTO QUE MEXE COM MILHÕES DE EUROS E JUNTA MILHÕES DE ESPECTADORES É, POR ESSÊNCIA, POLÍTICO

Assim, assumindo fazer uma história do futebol «a partir de baixo», quer lembrar que para lá «deste futebol de elites, que mexe com milhões de euros e que é frequentemente qualificado como "futebol-negócio", existe um futebol popular que escapa às lógicas mercantis, um futebol mais clandestino. Um futebol que é praticado no dia-a-dia, tanto em clubes como de forma selvagem na rua, por milhões de jogadores e jogadoras.» Já «no que diz respeito à questão do futebol-negócio enquanto vector de alienação, é mais complicado do que isso. De facto, o que é interessante no futebol é a dialéctica permanente entre cultura de massas e cultura popular. O futebol mercantil e o futebol popular não são duas esferas estanques, muito pelo contrário, as fronteiras entre estes dois mundos são porosas e conduzem a contradições enormes».

A SUBVERSÃO DO FUTEBOL

«Fazer uma história do futebol "a partir de baixo" é demonstrar que, desde o seu nascimento na Inglaterra Industrial do século XIX até hoje, este desporto também foi um meio de resistência em relação à ordem estabelecida, seja patronal, ditatorial, colonial, patriarcal (ou tudo isso ao mesmo tempo). O futebol fez emergir novas formas de luta, de organização, de expressão – numa palavra, de "existência" – tanto entre os trabalhadores como entre os jovens dos bairros populares, tanto entre os povos indígenas da América Latina como nas feministas, nos militantes anti-colonialistas da África Ocidental e nos palestinianos. Enfim, escrever uma história deste desporto "a partir de baixo" significa também uma ligação às culturas populares que nasceram à volta do futebol e voltar a dar voz aos diferentes protagonistas desta epopeia pouco conhecida.»

Comecemos pelo início. «Na Grã-Bretanha e no ocidente de França, a prática de jogos populares de bola onde se defrontavam aldeias existe desde a Idade Média. As partidas podem durar horas ou até dias, o terreno de jogo é ilimitado (joga-se pelos campos e pela floresta) e a regra é simples: meter a bola no campo do adversário não importa como. Estes jogos de futebol selvagem reuniam, normalmente no dia de Carnaval, as comunidades camponesas: serviam para se divertirem, mas também para reforçar os laços comunitários e regular os conflitos entre aldeias.»

«A partir do século XVIII, estas partidas podem ter sido desviadas para fins insurreccionais contra proprietários ricos. De facto, na Grã-Bretanha, é o momento em que a privatização das terras tira espaços comuns aos campo-

"Um dos grandes contra-poderes em relação às derivas mercantis do futebol reside hoje nos adeptos. (...) os adeptos querem agora ter uma palavra a dizer e não deixar o futebol unicamente na mão de especuladores. Transformaram-se em actores democráticos de pleno direito na cena futebolística, verdadeiros sindicalistas que defendem as suas reivindicações e os seus interesses(...)"

neses fragilizados pela ascensão duma burguesia rural, a *landed gentry* (é o que se chama "movimento de vedação" – *enclosure* – que Karl Marx analisa como uma etapa chave no nascimento do capitalismo industrial). Estes jogos campesinos vão desaparecer à medida que as terras agrícolas, e portanto os terrenos de jogo, são monopolizados pela burguesia. »

O jogo sai dos campos e vai para os pátios das escolas. «Ao mesmo tempo, no seio das *public-schools*, escolas aristocráticas privadas onde se forma a elite britânica, os jovens alunos burgueses também praticam formas de futebol selvagem, inspiradas nos jogos tradicionais campesinos da bola redonda. Mas os professores dessas escolas irão padronizar, codificar esses jogos em meados do século XIX para criar o futebol moderno em 1863. Para esses professores, o futebol é visto como uma arma pedagógica ao serviço da revolução industrial. Aos olhos da burguesia, permite veicular valores como o espírito de iniciativa, o gosto pela competição, a obediência à autoridade, os feitos individuais, a virilidade. Valores então tão necessários à expansão económica e colonial do Império britânico.»

«De seguida, os alunos das *public-schools*, transformados em grandes patrões da indústria, vão querer inculcar o futebol aos seus operários, mas numa óptica de controlo social: trata-se, para eles, de ensinar no terreno a divisão do trabalho (cada um no seu posto no campo como na fábrica), mas sobretudo de os ocupar para que não fossem para a taberna beber ou, pior, que se sindicalizassem.»

«O futebol irá, no entanto, ser reapropriado pelos operários. Não sendo mais do que o resultado dum vasto êxodo rural, estes trabalhadores têm necessidade de recriar as suas raízes culturais nas grandes metrópoles britânicas, e o futebol vai servir de terreno para a cultura operária. Ao apoiarem a equipa do seu bairro, ao encorajarem os trabalhadores-futebolistas da sua fábrica, ao irem ao jogo todos os fins-de-semana, o futebol vai, a partir dos anos 1880, aguçar o sentimento de orgulho de pertença a uma mesma comunidade operária e vai contribuir para forjar uma sólida consciência de classe.»

«Os trabalhadores também vão inventar o jogo de passe tal como o conhecemos hoje. Anteriormente, os burgueses jogavam de forma muito individual, com seis atacantes que partiam sozinhos com a bola até à baliza: passar a bola era considerado uma confissão de fraqueza. As equipas operárias vão, ao contrário, desenvolver os passes e a entre-ajuda entre jogadores da mesma equipa. A sua forma de jogar encarna, no terreno, o espírito de cooperação e de solidariedade que reina no seio das fábricas e das comunidades operárias, e o passe torna-se, segundo eles, um acto altruísta ao serviço do colectivo.»

O FUTEBOL MERCANTIL E O FUTEBOL POPULAR NÃO SÃO DUAS ESFERAS ESTANQUES, MUITO PELO CONTRÁRIO, AS FRONTEIRAS ENTRE ESTES DOIS MUNDOS SÃO POROSAS E CONDUZEM A CONTRADIÇÕES ENORMES.

O PASSE POLÍTICO DO JOGO

É nesse sentido colectivo que o futebol consolida o seu lado operário. «O movimento operário questionou-se, a partir do início do século XX, acerca do futebol: alguns viam nele uma escola de competição, afirmando que o futebol apaga, por trás das camisolas, a divisão de classe. Outros, pelo contrário, manifestaram a vontade de criar equipas de futebol *vermelhas* para tirar os trabalhadores dos clubes detidos por patrões de empresas ou pela Igreja. Para eles, o futebol pode ser um espaço de aprendizagem da cooperação, do apoio mútuo, do indivíduo ao serviço do colectivo.»

Com o pós 2.ª Guerra Mundial, quando a força histórica do operariado se transmuta nas classes populares, o futebol capta muito dessa força. Mas agora, diz-nos Mickaël, «nos anos 1970, para os jovens *hooligans* e os adeptos *ultra*, a bancada transforma-se num território em si, de apoio a uma ideia colectiva, a do seu clube e do seu bairro, de práticas de solidariedade e apoio mútuo. Colectiviza-se o dinheiro para beber e comer em conjunto e para as deslocações em grupo para os jogos. Passam-se noites inteiras a preparar animações visuais, faixas e cânticos que se cantarão em coro nas bancadas. Numa palavra, faz-se comunidade».

«Os movimentos de esquerda, entretanto, vão interessar-se pouco pela emergência destas culturas populares, ao contrário da extrema-direita, que vai rapidamente ver que as bancadas são um deserto em termos de organizações políticas. A partir dos finais dos anos 70, as bancadas britânicas estão repletas de militantes da National Front ou de grupúsculos neonazis que vêm nelas um espaço de recrutamento entre jovens desfavorecidos marginalizados pelo governo Thatcher. Da mesma forma, em Itália, os militantes de extrema-direita, nomeadamente os da Forza Nuova, um partido neofascista criado em 1997, vão implantar-se de forma duradoura nos estádios.»

A BANCADA TRANSFORMA-SE NUM TERRITÓRIO EM SI, DE APOIO A UMA IDEIA COLECTIVA, A DO SEU CLUBE E DO SEU BAIRRO, DE PRÁTICAS DE SOLIDARIEDADE E APOIO MÚTUO.

«Com as questões de identidade e de território a estarem muito presentes no apoio a clubes, a extrema-direita conseguirá facilmente manipular estes valores em seu proveito e fazer deles um terreno para o racismo, a exaltação da violência e o nacionalismo. Estas noções são ângulos mortos actuais da esquerda, mas a identidade, tal como o território, podem ser colectivos, inclusivos e sinónimo de resistência.»

IDENTIDADE E TERRITÓRIO

Estas duas noções, pedras angulares do desporto colectivo, levam Mickaël a expor-nos dois interessantes paralelos. A começar pelo menos óbvio: "A vitória recente de Notre-Dame-des-Landes [luta vitoriosa contra a construção de um aeroporto, que o MAPA abordou em edições anteriores] não é trivial. Esta luta ancorou-se num território a defender, isento de injunções normativas e autoritárias do Estado, um território aberto a partir do qual todo um conjunto e práticas de lutas puderam ser realizadas.»

«Quanto à identidade social da ZAD, que aparece entre outras nas lutas camponesas, ela transporta um imaginário político incrível que fez com que fôssemos dezenas de milhar a encontrarmo-nos nesse combate. Há um verdadeiro paralelo a fazer entre

a ZAD de Notre-Dame-des-Landes e uma bancada dominada pelos *ultra*: são territórios onde se pode habitar em pleno, isentos de repressão policial e sinónimos de solidariedade.»

O segundo paralelo futebolístico de identidade e território é mais conhecido. Equilibrando-se na linha ténue que pode haver entre futebol mercantil e futebol popular, é caso do «Barcelona, um clube extremamente popular no mundo inteiro. Por um lado, os seus dirigentes comparam-se frequentemente a Walt Disney, fazendo equivaler Disneylândia e Camp Nou (o estádio do Barcelona) e Mickey Mouse a Leo Messi. Mas, por outro lado, e ainda mais no contexto de luta pela independência da Catalunha, o Barça desempenhou sempre um enorme papel de afirmação da identidade catalã. Um pouco como fez no passado, durante a ditadura franquista, quando as bancadas do Camp Nou era um dos raros locais de resistência cultural. Idem no que diz respeito à Palestina, onde o Barça é extremamente popular. Muitos jovens vestem contrafacções da camisola do FC Barcelona, porque a causa independentista catalã e a rivalidade em relação à grande potência de Madrid (representada pelo Real Madrid) tem eco de forma particular na luta palestiniana pelo reconhecimento dos seus direitos. Temos, assim, um clube que é o estandarte das piores derivas do futebol-negócio e, ao mesmo tempo, o porta-bandeira das aspirações políticas dos povos catalães e palestinianos.»

A POSSE DA BOLA E DOS CORPOS NEGROS

E no que respeita ao frente a frente com o jogador dominante, não pode ficar de lado a história sobre o desenvolvimento do *drible* no Brasil. «Os afro-brasileiros descobrem o futebol nos anos 20, mas a sociedade brasileira ainda é extremamente racista. Durante os jogos, não é raro ver futebolistas brancos a assediarem de forma rude os jogadores negros perante um público e um árbitro completamente indiferentes às violências no terreno. É assim que se vai desenvolver o *drible* no Brasil, que os negros praticam para se esquivarem às agressões físicas dos jogadores brancos. O *drible*, a finta, que é hoje uma prática essencial no futebol brasileiro, traz consigo a própria condição do colonizado: para existir, no campo como na sociedade, deve escapar à violência do colono.»

O *DRIBLE*, A FINTA, QUE É HOJE UMA PRÁTICA ESSENCIAL NO FUTEBOL BRASILEIRO, TRAZ CONSIGO A PRÓPRIA CONDIÇÃO DO COLONIZADO: PARA EXISTIR, NO CAMPO COMO NA SOCIEDADE, DEVE ESCAPAR À VIOLÊNCIA DO COLONO.

Por essa mesma altura em Portugal, assistia-se à propaganda do Estado Novo de um Eusébio do Portugal colonial, do "mito do pluri-racialismo lusófono". Porque, como refere Mickaël, «os regimes ditatoriais vão rapidamente compreender o poder mobilizador do futebol, porque um estádio é, antes de mais, um espaço de representação dos corpos. Mussolini, que organizou o segundo campeonato do mundo de futebol, em 1934, aproveitou-se da competição para apresentar uma visão do corpo viril e guerreira, um corpo que encarna o projecto racial da ideologia fascista. O Estado Novo inscreve-se na mesma continuidade política: apresentar o corpo negro de Eusébio é uma forma de promover o multi-racialismo e o facto de Portugal continental e as suas colónias serem parte duma mesma comunidade lusófona…. É uma resposta do Estado salazarista à luta armada independentista que, na altura, se organizava nas colónias portuguesas.»

«Vemos a mesma coisa com Pelé no tempo da ditadura brasileira. Da mesma forma que Eusébio, Pelé vai encarnar uma figura negra muito civilizada e politicamente neutra, numa altura em que vemos surgir desportistas afro-americanos muito contestatários, como Mohammad Ali, e que, à época, fizeram tremer as instituições desportivas e mediáticas.» Olhando para a atualidade, permanecemos «no campo da pura instrumentalização política, e as federações desportivas sempre se deram bem com isso. Vimo-lo ainda este ano com o Campeonato do Mundo e a vitória francesa. O governo utiliza a equipa de França para mostrar ao mundo que os jovens negros e magrebinos estão bem integrados no país, quando na realidade os filhos de imigrantes das antigas colónias francesas são sujeitos a uma segregação social e racial cada vez mais violenta em França…»

QUE GÉNERO DE DESPORTO?

Um género e um corpus de masculinidade. Efectivamente, «desde a sua origem, tanto os campos como as bancadas foram bastiões masculinos, na medida em que os homens das classes operárias fazem do futebol um elemento essencial da sua identidade masculina. Ainda hoje o futebol institucional veicula valores masculinos muito heteronormativos. O futebolista profissional é um homem que namora, se casa e tem filhos muito novo. A companheira deve permanecer à sombra do seu marido, fiel e silenciosa.»

UM ESTÁDIO É, ANTES DE MAIS, UM ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DOS CORPOS. MUSSOLINI, QUE ORGANIZOU O SEGUNDO CAMPEONATO DO MUNDO DE FUTEBOL, EM 1934, APROVEITOU-SE DA COMPETIÇÃO PARA APRESENTAR UMA VISÃO DO CORPO VIRIL E GUERREIRA, UM CORPO QUE ENCARNA O PROJECTO RACIAL DA IDEOLOGIA FASCISTA.

Mas não sem excepções. *Uma História Popular do Futebol* lembra como a história de actuais equipas femininas podem recuar cem anos quando «em Inglaterra, durante a Primeira Guerra Mundial, os homens partiram para a frente. As operárias que trabalhavam afincadamente nas fábricas de armamento aproveitaram uma dominação masculina menos presente para se emanciparem. Exigiram poder praticar o futebol, a diversão dos seus pais, irmãos ou maridos. Desde 1917, cerca de duzentas equipas de trabalhadoras-futebolistas viram a luz do dia… Estas pioneiras do futebol feminino tornam-se extremamente populares: em 1920, mais de 50 mil espectadores assistiram, em Liverpool, a um jogo de duas equipas operárias! É uma história completamente escondida debaixo do tapete pelas instituições.»

O certo é que «o futebol é um espaço de representação dos corpos, ou seja, uma questão de poder. E uma mulher que joga à bola apresenta uma outra visão do corpo feminino. No terreno e da mesma forma que os homens, as futebolistas suam, magoam-se nos joelhos, batem-se, por vezes violentamente, contra as suas adversárias, quebrando assim os estereótipos de género à volta da feminilidade. Mesmo que esteja a evoluir nos últimos tempos, a figura da futebolista – tal como a do futebolista *gay* – aterroriza as instituições, uma vez que vem subverter os papéis tradicionais de sexo e de género que o futebol reproduz».

DAS BANCADAS PARA AS RUAS

O futebol, já se sabe, joga-se para lá das quatro linhas. E aqui passamos a falar não dos jogadores, mas dos adeptos. O livro de Mickaël Correia recorda como o papel das claques *ultra* nas primaveras árabes em 2011 ou na Turquia em 2013 foi marcante na capacidade de resistência popular. No Egipto, «estes jovens *ultra*, que conheceram a cultura *ultra* pela Internet a partir de 2005, escapam completamente ao controlo do poder, porque são independentes do clube, financeiramente autónomos e têm uma certa cultura de anonimato. O seu modo de vida colectiva, em que comem, vão ao estádio e se deslocam em grupo, colectivizando o seu dinheiro, perturba o conservadorismo patriarcal e religioso da sociedade egípcia. Perante esta juventude auto-organizada para além do espartilho familiar e estatal, o regime envia

A FIGURA DA FUTEBOLISTA – TAL COMO A DO FUTEBOLISTA *GAY* – ATERRORIZA AS INSTITUIÇÕES, UMA VEZ QUE VEM SUBVERTER OS PAPÉIS TRADICIONAIS DE SEXO E DE GÉNERO QUE O FUTEBOL REPRODUZ.

as suas forças da ordem para os reprimir violentamente.»

«Mas estes *ultras* vão progressivamente desenvolvendo práticas de auto-defesa perante a polícia e cultivando um verdadeiro ódio ao regime militar. Mal o movimento revolucionário egípcio estalou, em Janeiro de 2011, estes adeptos reconheceram-se nos manifestantes e transformaram-se no "braço armado" da defesa da Praça Tahir face aos ataques das forças da ordem. Os *ultras* trazem aos manifestantes as suas práticas de auto-defesa perante a repressão policial, incutem o espírito de solidariedade e de composição próprios das bancadas durante a ocupação das praças, onde ensinam aos manifestantes a arte do escárnio através de faixas e *slogans* humorísticos – um *savoir-faire* particular do mundo *ultra*».

Qualquer olhar aos adeptos, independentemente de contextos como a primavera árabe, leva Mickaël a concluir que estes «foram um dos primeiros grupos sociais a ser massivamente vigiado, cadastrado, e para o qual se criou um arsenal jurídico específico. Desde há vinte anos, os adeptos constituem as cobaias das medidas liberticidas e das violências policiais a que várias franjas da população estão hoje sujeitas.»

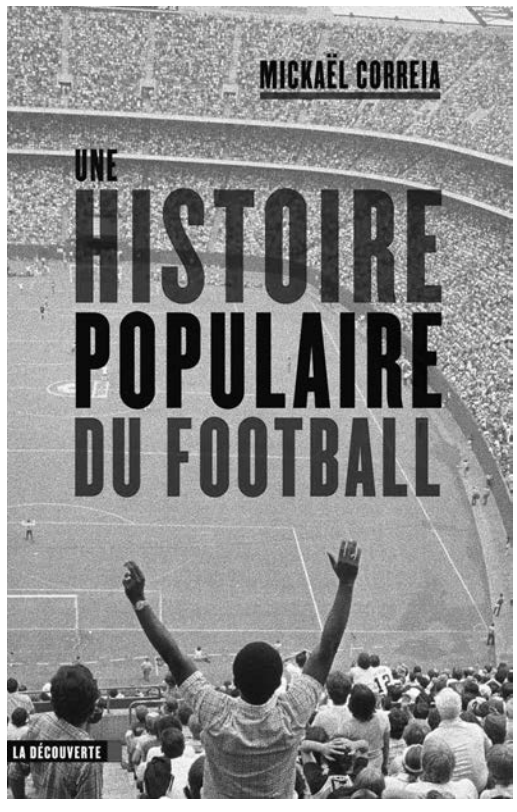
CONTRA A GENTRIFICAÇÃO DOS ESTÁDIOS

«Assiste-se actualmente a uma verdadeira gentrificação das bancadas da Europa, um movimento que chega de Inglaterra, onde hoje um bilhete para um estádio da Primeira Liga custa em média 600 euros. Em Liverpool, o preço dos bilhetes mais baratos aumentou 1100 % entre 1990 e 2011! Enfim, os grandes clubes estão cada vez mais desligados da sua história e dos seus adeptos: o Manchester United está em vias de abrir *franchises* no mundo inteiro, à imagem do McDonald's. O clube transforma-se numa mera marca, nada mais.»

Porém, «um dos grandes contra-poderes em relação às derivas mercantis do futebol reside hoje nos adeptos. Da mesma forma que cada vez mais pessoas aspiram a mais democracia directa e horizontalidade, os adeptos querem agora ter uma palavra a dizer e não deixar o futebol unicamente na mão de especuladores. Transformaram-se em actores democráticos de pleno direito na cena futebolística, verdadeiros sindicalistas que defendem as suas reivindicações e os seus interesses: lugares a preços acessíveis, a possibilidade de animar as bancadas com fumos, a crítica à hipersecurização dos estádios, etc.»

«Perante os poderes mercantis, os adeptos são os guardiões da história do seu clube e da alma popular do futebol. Determinados comportamentos em relação a dirigentes ou a jogadores podem transformar-se em violências injustificáveis, mas é uma violência que responde a uma violência económica: a dos jogadores que recebem demais e que se podem comportar como mercenários gananciosos e investidores que apenas olham para o futebol como um produto económico lucrativo.»

Ao mesmo tempo, uma outra crescente reação dos adeptos desiludidos com o futebol moderno surgiu «no fim dos anos 90, em reacção à liberalização económica extrema do futebol em Inglaterra. Alguns adeptos implementaram um sistema de accionistas populares sob a forma de cooperativa com o objectivo de recomprarem uma parte, ou até a maioria, do seu clube (como o AFC Wimbledon, Exeter City ou Portsmouth FC) e poderem estar representados no seio das instâncias dirigentes. Outros chegaram mesmo a criar o seu próprio clube autogerido, como os *fans* do Manchester United. Para contestar a compra do clube, em 2005, por Malcom Glazer, um bilionário americano, os apoiantes criaram um clube cooperativo, o FC United.»



Une Histoire Populaire du Football
Mickaël Correia
La Découverte, 2018
416 págs.

«É um movimento cooperativo que está a crescer: mais de uma trintena de clubes ingleses são detidos maioritariamente pelos seus *fans* (dos quais 4 são inteiramente profissionais). Vemos a mesma dinâmica na Escócia (com clubes como o Striling Albion), em Espanha (o UC Cears, em Gijon, ou o Athletico Club de Socios, em Madrid), em Itália (CS Lebowski, em Florença) e há iniciativas de accionistas populares a chegarem a Nantes e Marselha, em França.»

O PRAZER SEM RONALDO

A conversa tem girado na perspectiva identitária do futebol. Mas o que separa a marca identitária de um Ronaldo, da marca identitária do pequeno clube local? Falamos de cultura de massas e de cultura popular, não?

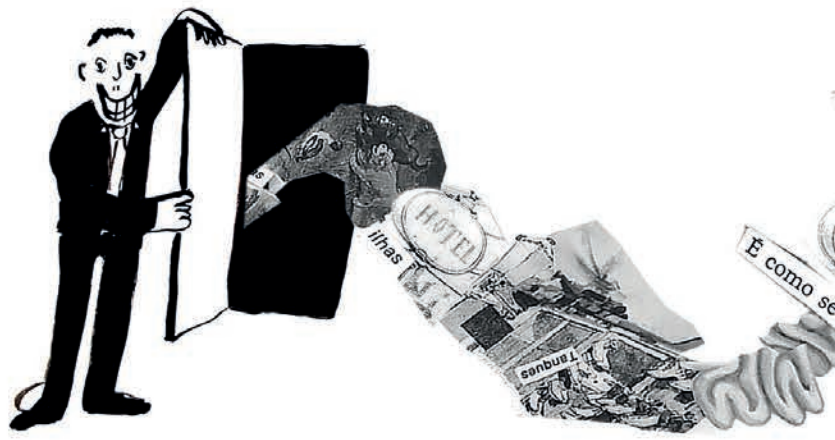
«De facto. A história popular do futebol não é um movimento linear mas uma dialéctica permanente entre cultura de massas e cultura popular. É toda uma contradição do futebol e que faz com que ele seja um tema apaixonante quando se é de esquerda, porque nos vem revirar do nosso conforto de pensamento.»

«O futebol-negócio sempre açambarcou o futebol do povo. Vemo-lo através de jogadores profissionais que são cada vez mais originários dos subúrbios e daquilo a que se chama futebol de rua (com jogadores como Pogba ou Dembélé, por exemplo) ou ainda das campanhas publicitárias de produtores de equipamentos desportivos que se baseiam no imaginário do futebol de bairro, apresentando futebolistas que jogam de forma selvagem sobre o asfalto da cidade… Até os jogos informais de futebol na praia foram codificados para dar lugar ao "futebol de praia" e a um Campeonato do Mundo profissional gerido pela FIFA!»

«Ronaldo é um dos maiores representantes das piores derivas do futebol mercantilizado mas também se pode dar a volta ao imaginário que ele veicula. É o que fizeram, a meio de Julho, os trabalhadores da Fiat, em Turim, que, mal souberam que o Ronaldo ia assinar pela Juventus, entraram em greve. A família Agnelli é proprietária da Fiat e da Juventus e os grevistas firmaram em comunicado: "Pedem-nos para fazermos sacrifícios económicos durante anos, é inaceitável ver que a Fiat gasta centenas de milhões de euros por um jogador de futebol. Enquanto os trabalhadores apertam cada vez mais o cinto, o nosso proprietário gasta muito dinheiro por um único recurso humano".»

Conclui Mickaël Correia, para terminarmos esta conversa sobre bola: «Em suma, no futebol, estamos numa relação de forças, num campo de batalha onde as nossas armas são a inventividade colectiva e sobretudo o prazer. Nem todo o dinheiro do mundo conseguiria alguma vez comprar o prazer de chutar uma bola e é nesta alegria simples, no facto de o futebol ser uma "prática pobre" (bastam uma bola e um bocado de rua) que se encontra o potencial político deste desporto. E, muitas vezes, o prazer é o primeiro passo para a emancipação…»

PORTO : CRÓNICAS DE DESPEJOS E RESISTÊNCIAS



O Porto, tal como muitas outras cidades varridas pela febre do lucro imediato, tem visto a sua composição social a ser alterada de forma violenta, através da alteração do conceito de cidade e dos respectivos processos de despejos e expulsões que configuram uma verdadeira limpeza social. E, também no seguimento do que acontece por outros lados, os movimentos de resistência começam a despontar. O Jornal MAPA decidiu dar uma atenção especial ao ressurgimento de assembleias de moradores, por terem em si um potencial completamente distinto das lutas feitas de cima para baixo, como as que surgem dos movimentos satélites de partidos, dos grupos de discussão teórica e intelectual, ou das próprias movimentações de algumas Juntas de Freguesia que começam, também elas, a compreender algumas das consequências funestas da transformação do Porto numa marca de consumo global. Uma visão em torno das assembleias que, mais do que uma história ou uma perspectiva acabadas, pretende ser ponto de partida para muitas discussões e muitas lutas ainda necessárias.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO: HUMA / MC

O Porto, ou melhor, o seu chamado núcleo histórico, sempre foi local de gente de baixos rendimentos. As casas são maioritariamente muito pequenas, as ruas muito estreitas, o sol pouco presente nos paralelepípedos que constituem o chão. A história do crescimento da cidade pode também ser feita a partir da história dos bairros populares construídos para ir dando solução à sobrelotação das habitações do centro. Um conjunto de círculos que foram marcando, ao longo do tempo, o conceito de periferia.

Foi a partir dos anos 1980 que se começaram a notar as consequências da definição da baixa do Porto enquanto zona de serviços, onde cabiam mais agências bancárias do que cafés e mais sedes de empresas do que mercados de rua. Uma baixa hostil à vida depois do anoitecer, sem gente, com os espaços de convívio em desaparecimento e os de consumo e entretenimento a deslocarem-se para a periferia e para os seus enormes centros comerciais.

Neste ambiente, com a chegada do crédito e a vitória do automóvel enquanto objecto de consumo e símbolo de promoção social, as ruas estreitas, as casas sem garagem e até a baixa em processo de ruína eram o oposto do sonho que, então, se vendia. Um sonho de segurança, limpeza, facilidade de circulação e estacionamento. Na cidade, ou melhor, no seu chamado núcleo histórico, ficou quem não podia sair. Nas suas casas de rendas baixas e em condições de crescente deterioração.

A geração seguinte, com os seus objectos de consumo e promoção social próprios, comprou o sonho seguinte. O de voltar ao centro, a uma espécie de *glamour* do «Porto verdadeiro». A cidade tinha de saber recolher estes netos pródigos, precisava de se «reabilitar», ter as condições necessárias para a vida de quem continuava a prezar o conforto, a segurança e a limpeza. A fúria especulativa da indústria imobiliária, acabada de sair do festim da fuga para a periferia, via novos mundos a abrirem-se.

Os Programas Polis e as Sociedades de Reabilitação Urbana iniciaram o processo. O Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU), a chamada Lei Cristas, trouxe a facilidade de despejo. A banca apressou-se a criar linhas de crédito altamente vantajosas. O Estado a criar mecanismos legais e apoios oficiais. Num ápice, o centro do Porto transformou-se num estaleiro em que o ritmo das obras era proporcional ao do aumento das rendas.

Este processo de deslocação duma classe endinheirada para um local marcadamente mais pobre com a consequente expulsão dos menos privilegiados, normalmente chamado de gentrificação, foi, no entanto, subvertido. Ou melhor, ainda antes que esta classe média se instalasse confortavelmente na cidade, uma outra classe, não necessariamente mais endinheirada mas com características capazes de gerar mais lucro, tomou o centro e concorre para que a sua expulsão seja simultânea à dos pobres que ainda restam. Uma campanha agressiva de venda do Porto enquanto destino turístico, aliada a uma visão meramente mercantil da actividade duma cidade e a uma estratégia de voos baratos, acrescentou a cereja no topo do bolo imobiliário. De repente, muito mais depressa do que muitas pessoas conseguiram perceber, um Porto onde era relativamente fácil encontrar casa perto do centro a preços aceitáveis para a classe média transformou-se num local com perto de 6500 propriedades registadas e disponíveis apenas na plataforma Airbnb e 6200 registo de Alojamento Local (ou seja, sem

contar com os inúmeros hotéis nem com outras plataformas de alojamento de curta duração) e, dentro do mesmo mapa mas no *site* de imobiliário idealista.pt, tão só 355 casas disponíveis para aluguer, a maior parte a preços impossíveis.

Num dos países da União Europeia (UE) em que o Estado tem uma das mais pequenas parcelas de habitação social, na terra do despejo a gosto, no mundo em que o lucro, o crescimento, a criação de negócios e empregos são os alicerces estruturais, na cidade-marca que se constrói a pensar em quem a vai consumir como produto, a febre do turismo é hoje apenas o mote mais visível para que o mercado faça o que o mercado faz: criar dinheiro, quanto mais e quanto mais rápido melhor, independentemente das consequências. Que, no caso, resulta na questão filosófica de se criar uma cidade que não é mais do que um conjunto de edifícios impecáveis e ocos (ainda que com muitas ocupações ocasionais) e também na questão concreta de esse esvaziamento significar *de facto* a expulsão forçada de pessoas. Moradoras e moradores.

Os números são avassaladores. No primeiro trimestre de 2018, o custo da habitação aumentou 12,2% face ao período homólogo de 2017 (houve um aumento médio de 4,7% na UE). Nos últimos cinco anos, houve mais de 8500 inquilinos forçados a abandonar as casas onde viviam (mais de metade moravam em Lisboa e Porto), uma média de quase cinco famílias despejadas diariamente.

O MORTO NÃO SE RENDE

As forças críticas da cidade demoraram a responder. Parte delas, aliás, divide-se ainda entre acompanhar o movimento de protesto ou aproveitar os benefícios duma cidade que se quer moderna e criativa. Apesar da demora, a determinado momento as coisas precipitaram-se. Uns autocolantes que mimetizavam a marca Porto-Ponto transformando-a em Morto-Ponto acabaram, muito graças à reacção histérica do presidente da Câmara, Rui Moreira, por ser um ponto de viragem no que, visto a esta distância, seria um conjunto disperso de já muitas pessoas a pensarem sobre o mesmo assunto.

A meio do ano passado, três amigas andavam preocupadas com a questão dos despejos na cidade. Por essa altura, talvez já outras três tivessem pensado no que acabaria por ser a ocupação da Escola José Gomes Ferreira, uma ocupação, também ela, com um foco crítico nas consequências da transformação do Porto em objecto de consumo. Entre uma coisa e outra, essas três amigas já não eram só três amigas, desde que tinham decidido apelar a uma conversa mais ampla para se debaterem questões relacionadas com os despejos, tendo como pano de fundo a passagem pelo Porto da Caravana pelo Direito à Habitação, em Setembro de 2017.

Em Agosto, no espaço Rosa Imunda, acontece então uma primeira reunião, «onde se combinou organizar uma concentração em frente à Câmara Municipal do Porto (CMP) no dia 23 de Setembro, data de passagem da caravana pela cidade do Porto», conforme nos contou uma das pessoas presentes. «Organizou-se uma *mailing list* e combinaram-se reuniões (acho que quinzenais) para se afinarem os detalhes referentes à concentração. Nas reuniões seguintes, deu-se um nome ao grupo que se estava a formar e escreveu-se um manifesto que o definisse». Nascia assim a plataforma O Porto Não Se Vende (PNSV).

A concentração do dia 23 de Setembro que, na altura, foi notícia no Jornal MAPA, teve cerca de 150 pessoas, um número considerável tendo em conta que, apesar do tom crítico em relação a Rui Moreira, a plataforma convocante queria trazer a discussão sobre o presente e o futuro da cidade, sobretudo no que diz respeito à habitação, mais do que alinhar-se com o programa eleitoral de qualquer dos concorrentes às eleições autárquicas que se aproximavam. Eleições que viriam a ser ganhas, com maioria absoluta, pelo mesmo Rui Moreira.

«Em Dezembro de 2017, é feita uma acção com vários *stencils* pela cidade, chamando a atenção dos transeuntes para o problema da habitação no Porto. É pendurada uma faixa no antigo Lar Residencial das Fontainhas, devoluto desde 2013, de forma a alertar para o abandono e a desvalorização de edifícios deste tipo para posterior venda de propriedade pública ao sector privado (ainda não aconteceu neste caso, mas é o mais provável como sabemos). Segue-se um período de contactos e alinhamento de ideias até que, em Janeiro de 2018, se define a agenda para o ano, que conta com a organização de um debate, em Março, no espaço Gazua, sobre o direito à habitação». Nesse debate, bastante participado, aliás, apareceram algumas moradoras da Sé, que denunciaram situações graves de despejos no centro histórico do Porto, e surgiu o apelo para a constituição de assembleias de moradores pela cidade. Em Abril, a PNSV iniciou contactos com habitantes da Vitória, Miragaia e Sé e, a 11 de Maio, co-organizaram a primeira assembleia de moradores e moradoras da Vitória.

Porto?
CASA VAZIA
VIZINHANÇA DESFEITA
COMÉRCIO LOCAL
NÃO É gourmet NEM TURÍSTICO
NÃO AOS DESPEJOS
A CORRIDA + LOUCA DO PORTO É A IMOBILIÁRIA!
NÃO QUEREMOS ABRAÇOS NEM BEIJOS
QUEREMOS O FIM DOS DESPEJOS
CONCENTRAÇÃO
UNIDOS CONTRA OS DESPEJOS
ALIADOS • FRENTE À CMP • 9 de JUNHO • 15H
+ REUNIÃO DA
ASSEMBLEIA DE MORADORAS DO PORTO

ASSEMBLEIAS DE MORADORAS E MORADORES DO PORTO

Essa assembleia, de 11 de Maio, foi apenas a primeira. Duas semanas mais tarde, no dia 25, houve a segunda, também na rua da Vitória. Onde se decidiu que as assembleias passariam a ser realizadas rotativamente em diversos locais espalhados ao longo da zona histórica do Porto, «por ser a zona mais afectada pelos despejos e por ser maioritariamente habitada por idosas e idosos, que têm dificuldades de mobilidade. Também como forma de ir acrescentando gente. Foi ainda decidida a concentração de dia 9 de Junho, contra os despejos no Porto. Combinou-se, por fim, a organização de um churrasco no dia 31 de Maio, no Largo do Amor de Perdição, na zona da Cordoaria, de modo a angariar dinheiros para materiais a utilizar na concentração. A concentração de dia 9 de Junho correu bem, apareceram cerca de 60 pessoas apesar de estar a chover muito». A ideia era que, a seguir à manifestação, se realizasse uma assembleia extraordinária. As condições climatéricas impediam-na de acontecer na rua e a ausência de local disponível na Vitória acabou por torná-la inviável. Em nome da rotatividade, a assembleia seguinte foi marcada para Miragaia.

O primeiro impacto destas assembleias foi encorajador. Numa delas, uma moradora, falando com os «activistas» (porque há uma divisão notória entre «moradoras» e «activistas»), chegou a dizer «sem vocês, a gente nem sabia que podia lutar. E, se soubéssemos, não sabíamos como». Uma afirmação que, bem vistas as coisas, ela própria e outras tinham já desmentido, sendo elas, desde o início, agentes activas no lançamento de ideias e propostas e não se inibindo de interpelar directamente figuras de proa da cidade e do país, como foram os casos de Rui Moreira e Marcelo Rebelo de Sousa.

Permitamo-nos um parêntese para um olhar rápido sobre essas duas situações. Marcelo é de afectos. E, perante um conjunto de pessoas que não queriam «abraços e beijos mas sim o fim dos despejos», meteu os pés pelas mãos. Que o governo estava a tratar disso, afirmou, referindo-se à moratória (até 31 de Março de 2019) para suspender os despejos de inquilinos com 65 anos ou mais de idade e com, pelo menos, quinze anos de contrato de arrendamento. Uma moratória que, recentemente, promulgou. Perguntado se essa selectividade da lei não era injusta, respondeu que a lei «selectiva não é, porque é genérica». A fazer lembrar os melhores momentos do Contra Informação ou do Gato Fedorento. Rui Moreira foi pior. Interpelado na rua por pessoas ameaçadas de despejo, esquivou-se a qualquer tipo de responsabilidade (atirando-a para o governo), recusou qualquer tipo de relação entre *boom* turístico e despejos e acabou referindo-se às pessoas que o interpelaram com um desdenhoso «este tipo de população».

Inevitavelmente, o impacto encorajador das assembleias e a possibilidade duma comunicação directa com pessoas afectadas por problemas concretos são um caldo demasiado apetitoso para que a luta que deveria ser o foco central, neste caso a luta contra os despejos e pelo direito ao lugar e à habitação, se torne difusa. Difusa porque coberta pela tensão constante entre as várias forças que pretendem dar-lhe o rumo que acham mais correcto. Ou, numa visão talvez menos ingénua, que tentam que seja palco para a cooptação de votantes no partido, filiados no sindicato, aderentes à plataforma, simpatizantes de ismos particulares.

Certo é que a questão dos despejos, também graças ao trabalho e ao ruído que estas pessoas fizeram, tem vindo a ganhar uma importância cada vez maior. Os partidos, perante uma situação cuja dimensão desconheciam, apressam-se em visitas e debates, utilizando *la crème de la crème* dos seus aparelhos. Os movimentos sociais e várias tendências ideológicas movem-se também

A FEBRE DO TURISMO É HOJE APENAS O MOTE MAIS VISÍVEL PARA QUE O MERCADO FAÇA O QUE O MERCADO FAZ: CRIAR DINHEIRO, QUANTO MAIS E QUANTO MAIS RÁPIDO MELHOR INDEPENDENTEMENTE DAS CONSEQUÊNCIAS.

no sentido de se colocarem em posições de influência ou controlo. Num bailado em que a música é tão incomodativa que a mesma pessoa que disse «sem vocês, a gente nem sabia que podia lutar» também disse que não queria «ouvir mais falar de partidos, plataformas e essas merdas».

A assembleia de 15 de Junho, em Miragaia, foi, nesse ponto concreto, fundamental. As assembleias tinham tido origem na PNSV que, até então, tratava de tudo para que elas acontecessem. A partir daquele momento, com a decisão de criar a sua própria existência virtual, a Assembleia de Moradoras e Moradores do Porto afirmou-se enquanto órgão, autónomo até em relação ao seu criador. Coisas tão simples como criar uma lista electrónica de discussão aberta a todas as pessoas que participam nas assembleias ou a criação dum *site* e dum perfil de Facebook próprios podem realmente ser momentos de emancipação. Uma emancipação, refira-se, respeitada e encorajada pela PNSV que trilha agora um caminho mais de propaganda e apoio de bastidores.

Por outro lado, também nessa assembleia, votou-se a constituição duma associação de moradores da zona histórica do Porto. É verdade que, sobretudo por questões relacionadas com apoio jurídico, já se tinha colocado a questão da necessidade de existência duma estrutura legal para que a assembleia, necessariamente selvagem, pudesse ter um papel activo também nesse campo do apoio jurídico. Discutia-se ainda se era melhor criar uma associação ou uma comissão de moradores, discutia-se até a viabilidade de utilizar uma das associações que já existem na zona, quando, de repente, surge a proposta de criação duma associação em concreto e sua consequente aprovação por uma maioria esmagadora (nas assembleias de moradoras/es a decisão é por maioria simples): a Associação de Moradores e Moradoras do Centro Histórico do Porto.

A história é simples. Durante a semana, um advogado terá contactado as moradoras mais activas deste processo e ter-lhes-á prometido apoio. Para o efectivar, exigia uma existência institucional que, como mínimo, se deveria reflectir na criação de uma associação que englobasse apenas habitantes do centro histórico. A exigência foi cumprida com eficiência. As moradoras, que compunham a mesa, apresentaram a proposta à assembleia, explicaram, legitimamente, que queriam que fosse aprovada e poucas vozes se levantaram com alertas ou oposições. A criação da associação foi aprovada rapidamente e quase sem discussão.

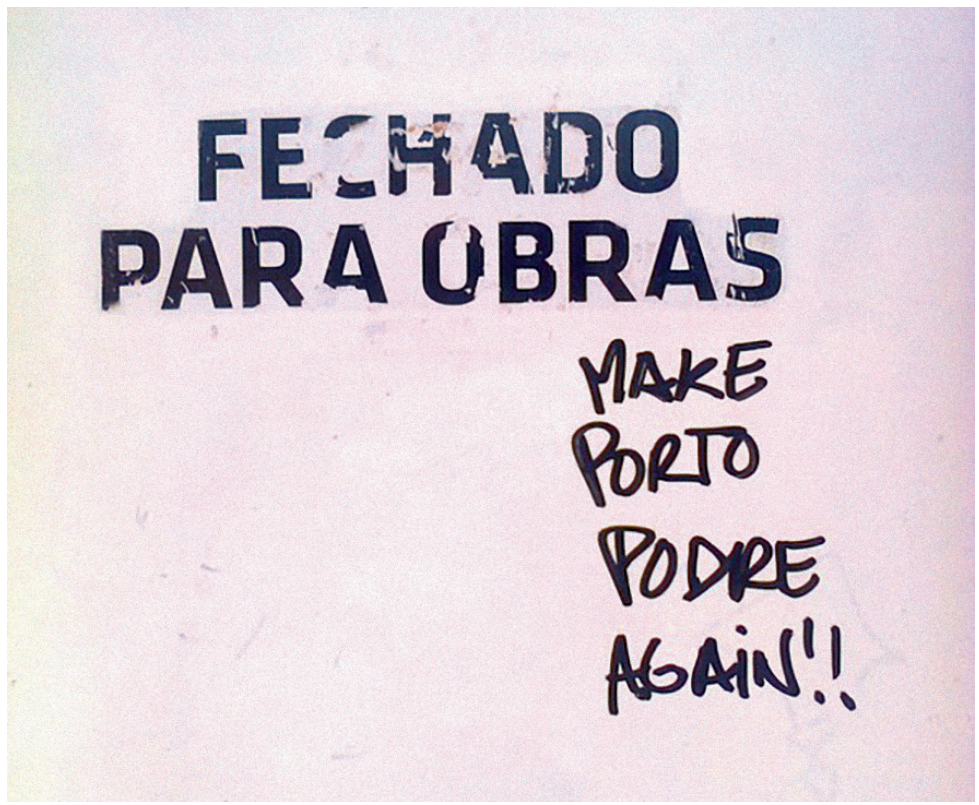
No entanto, do ponto de vista de quem escreve, levanta vários problemas. Desde logo, essa divisão implícita entre centro histórico e o resto duma cidade onde este mesmo problema se alastra. Uma assembleia de moradoras e moradores do Porto não pode ficar confortável com esta separação. E não deve ter a pretensão de criar uma associação de moradores em cada zona onde haja pressão imobiliária.

A subdivisão da luta e a multiplicação de tarefas e de burocracias são caminho para a inocuidade. A transformação duma assembleia numa associação (que é um risco que existe) pode-se traduzir na passagem da luta do terreno clássico do bairro para o campo de batalha dos gabinetes, correndo-se o perigo de que a mistura entre assembleia e associação acabe por diluir o potencial de alastramento da primeira. Finalmente, esta forma de decisão, intempestiva e quase impensada, em que os «activistas» parecem ter um respeito demasiado reverencial pelas «moradoras», quase como se fosse pecado discordar delas, parece-me também necessitar de reflexão.

Este movimento, de qualquer forma, é ainda semente. Para «moradoras» e para «activistas» é uma quase novidade. Há muitos interesses e muitas agendas. Há um

NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS, HOUVE MAIS DE 8500 INQUILINOS FORÇADOS A ABANDONAR AS CASAS ONDE VIVIAM (MAIS DE METADE MORAVAM EM LISBOA E PORTO), UMA MÉDIA DE QUASE CINCO FAMÍLIAS DESPEJADAS DIARIAMENTE

ambiente geral de indignação calma. Mas há também chamas de rebeldia, alguma vontade de loucura e sinais de solidariedade, como é a criação dum grupo de trabalho para conseguir pôr de pé uma espécie de balcão de atendimento para apoio a pessoas em risco de despejo. É impossível dizer o caminho que as assembleias seguirão. Que percurso farão com a associação recém-criada. Ou se não farão percurso comum. Que formas de organização desenvolverão e que processos experimentarão. Para já, a sua existência enquanto órgãos populares autónomos e a sua forma de expressão (faixas, interpelações, manifestações, comezainas na rua) garantem uma pressão quase permanente sobre os poderes que têm alguns truques para que o mercado seja ligeiramente menos voraz. O passo para a derrota do mercado está bastante mais à frente, claro. Mas, nestas alturas, quando – independentemente das incongruências e do que possamos considerar erros – as pessoas tomam a resolução dos seus problemas nas suas próprias mãos, fica sempre ligeiramente mais perto. Pelo caminho, podem ser arma para algumas conquistas conjunturais e algumas vitórias sobre ordens de despejo.



MANUAL DE INSTRUÇÕES PARA PESSOAS AMEAÇADAS DE DESPEJO

Recebeu uma carta em que o senhorio lhe comunica o despejo?
Uma acção de despejo apenas tem validade se vier por ESCRITO (por carta registada com aviso de recepção) e com data estipulada.

· Não abandone a casa, nem assine nada do senhorio.

· Conteste o despejo
A contestação faz-se através de mandatário (advogado) através do envio electrónico no sistema informático CITIUS.

· Não deixe passar o prazo de resposta
Normalmente, tem 15 dias para contestar a acção de despejo.
A não existência de resposta implica aceitação tácita do despejo.

· Solicite apoio judiciário à Segurança Social:
Este pedido suspende imediatamente o processo de despejo e as suas datas. Para que tal aconteça, depois de efectuado o pedido, o inquilino terá de juntar uma cópia do mesmo ao processo de despejo de que está a ser vítima.

· Cumpra
Enquanto o processo decorrer, e mesmo que decida contestar o despejo, pague sempre as rendas que forem vencendo. Uma ideia é abrir uma conta em consignação em depósito. Deste modo, continua-se a pagar as rendas mas ninguém pode mexer no dinheiro (nem o senhorio nem o inquilino) até que o caso em tribunal fique resolvido.

· Não permita visitas a sua casa
O morador é soberano na sua própria casa. Até à data legal de saída de casa, só lá entra quem ele quiser.
O proprietário não tem o direito a entrar na sua casa para visitas a interessados em comprar o imóvel, por exemplo.

Fonte: Grupo de Apoio à Habitação - Porto (grupodeapoioahabitacao@gmail.com)

21-25 SET. LISBOA. ACÇÃO EUROPEIA PELA HABITAÇÃO

Num apelo à união contra a coisificação e a especulação da habitação, contra a chamada gentrificação e a consequente falta de locais para viver a preços acessíveis, a Coligação Europeia de Acção pelo Direito à Habitação e à Cidade [housingnotprofit.org] organiza, em Lisboa, um Acampamento de Acção Europeia pela Habitação. Este acampamento decorrerá entre 21 e 25 de Setembro e é aberto a toda a gente que quer «defender as nossas cidades, casas e habitantes das mãos do mercado e da especulação». Durante os cinco dias, haverá *workshops* de acção, debates à volta das lutas actuais pelo direito à habitação, troca de experiências e conhecimentos, para além de um programa cultural, no que pretende ser um espaço «para fazer ligações, para aprender uns com os outros e para construir relações». «Migrantes, trabalhadores, mulheres, pensionistas, jovens, minorias étnicas e outras pessoas marginalizadas são as mais directamente afectadas pelas consequências desta conquista neoliberal das nossas cidades. Problemas de habitação e políticas urbanas neoliberais são duas faces da mesma moeda, que reforçam a segregação espacial, a desigualdade e os processos de dominação baseados no género, na classe e na raça. É por isso que queremos oferecer um espaço aberto de intercâmbio, criação de redes e discussão sobre as lutas urbanas e as necessidades de habitação, para aumentar a visibilidade da crise de habitação por toda a Europa, mas também as lutas das populações». Assim se lê no apelo da Coligação Europeia de Acção pelo Direito à Habitação e à Cidade.
Para mais informações sobre o programa e/ou registo para alojamento e comida, contacta *housing@riseup.net*

RETRATOS DOS DESPEJOS NO PORTO

A especulação imobiliária desencadeada pela explosão do turismo tem feito com que a habitação no Porto seja cada vez mais vista como um investimento e não como um direito. As rendas têm vindo a disparar e são cada vez mais os inquilinos com ordens de despejo ou com contratos que não vão ser renovados para transformar habitações em alojamentos turísticos. O Jornal MAPA foi visitar alguns dos moradores que foram ameaçados de despejo e que sentem que estão a perder o direito à cidade onde sempre viveram.

TEXTO E FOTOS: MARTA VIDAL
MARTAVIDALMEDIA@GMAIL.COM

Da janela do seu apartamento na freguesia da Vitória, no centro histórico do Porto, Lurdes Silva vai enumerando a perda que antecipa com tristeza e ansiedade: a casa onde viveu toda a vida, a vista para o rio Douro, a vizinha que lhe emprestava cebolas, as amigas do bairro que está cada vez mais esvaziado de moradores e cada vez mais tomado por malas de rodinhas a deslizar estridentes pela calçada fora.

A família de Lurdes já vive na mesma casa há mais de seis décadas, mas só há um ano é que soube que o prédio ia ser vendido e que o novo senhorio queria investir em alojamento temporário. «Mandaram-me uma carta a dizer que tinha seis meses para sair», conta. A vizinha, com quem tinha uma relação muito próxima, já saiu no passado mês de Julho. Em Novembro, Lurdes terá de deixar a casa onde sempre viveu.

Como só tem 59 anos, não está protegida pela moratória aprovada em Maio deste ano que suspende todas as acções de despejo de inquilinos com mais de 65 anos ou um grau de incapacidade superior a 60% e que residam na mesma casa há mais de 15 anos. Proposta pelo PS, a moratória suspende os despejos até Março de 2019, enquanto é discutida uma nova lei que vai rever o regime de arrendamento urbano. Foi aprovada com votos favoráveis do PCP e do Bloco de Esquerda, mas ambos os partidos defenderam que a moratória se deveria aplicar a todos os inquilinos e não apenas aos que têm mais de 65 anos.

Com a explosão do turismo em Portugal nos últimos anos, Lisboa e Porto têm sido profundamente transformadas pelos milhares de turistas que as visitam diariamente e pelo capital que estes números implicam. Em 2017, as receitas do turismo chegaram aos 2,48 mil milhões de euros e os estabelecimentos hoteleiros receberam 20,6 milhões de hóspedes.

A pressão turística no Porto e a falta de casas para arrendamento têm feito disparar os preços das rendas. Só nos primeiros três meses deste ano as rendas no Porto aumentaram 20%, o que representa, segundo o Índice de Rendas, o maior aumento dos últimos sete anos. Desde 2013, os preços das rendas subiram 88% na Baixa do Porto, um aumento tão elevado que já não é possível alugar um apartamento no centro da cidade com um salário médio português. O resultado é que o Porto está a ficar cada vez mais gentrificado e desigual e a privar os moradores do seu direito à cidade.

«De há uns cinco anos para cá foi um descalabro, as pessoas começaram todas a sair. Agora só vejo turistas com malas de rodinhas», diz Lurdes. No Porto, o turismo tem sido um dos principais motores da gentrificação. A especulação imobiliária no centro histórico da cidade tem causado o desalojamento de moradores que sempre viveram nos bairros históricos para dar lugar aos milhares de turistas que visitam a cidade diariamente. A gentrificação não é um processo benigno de renovação e reabilitação urbana. Ao privilegiar o lucro trazido pelo turismo e por quem tem mais poder económico, é um processo que envolve a violência dos despejos e a marginalização das classes com menos recursos.

CIDADE PARA TURISTA VER?

«Agora já não vejo os meus vizinhos, já só vejo turistas», repete Lurdes à porta do seu apartamento na Vitória. «O que está restaurado nesta rua é tudo para alojamento local». Nos últimos anos Lurdes tem assistido ao esvaziamento do bairro. Os seus moradores tê sido substituídos por hóspedes. De acordo com um estudo do Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, apresentado em Abril deste ano no Fórum Internacional de Turismo, o Porto recebe cerca de 1,6 milhões de turistas por ano, o que representa uma média de oito turistas por cada morador, e de 228 turistas por cada quilómetro quadrado.

«Na minha rua agora é só alojamento local e prédios em obras», diz também Lurdes Magalhães. O restauro de edifícios devolutos no centro histórico do Porto tem sido sobretudo para exploração turística. Com 70 anos e um filho com deficiência motora, Lurdes vive no mesmo prédio na

«EU SÓ QUERIA PODER MORRER ONDE SEMPRE VIVI», DIZ MARIA AUGUSTA À PORTA DE CASA, EM MIRAGAIA

«EU NASCI EM MIRAGAIA, VIVI AQUI OS MEUS 42 ANOS E É INJUSTO TER AGORA DE SAIR», DIZ ANTÓNIO DIAS

freguesia da Vitória há 11 anos e, por isso, também não está coberta pela lei que suspende os despejos, que só cobre quem resida na mesma casa por pelo menos 15 anos.

Para além do crescente número de proprietários locais que recorrem ao alojamento temporário como fonte de rendimento através de companhias como a Airbnb, o investimento estrangeiro no mercado imobiliário português têm aumentado nos últimos anos, fazendo disparar os preços da habitação. Um estudo da consultora imobiliária CBRE estima que cerca de 80% do investimento imobiliário em Portugal em 2017 teve origem internacional. Desde que começaram a ser atribuídos vistos *Gold,* que dão direitos de residência a quem comprar imobiliário com um valor superior a meio milhão de euros em Portugal, 3,4 mil milhões de euros foram investidos por estrangeiros no mercado imobiliário português, de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

«O que eles querem é a vista do rio», diz Lurdes enquanto olha pela janela da sua sala. O apartamento debaixo do seu já está a ser alugado como alojamento local. Morou a vida inteira no mesmo bairro e teme que com a exígua reforma que recebe não consiga encontrar uma casa para si e para o filho com os actuais preços das rendas. Como a maioria dos moradores no centro histórico ameaçados de despejo, sente que está a ser empurrada para a periferia da cidade e que perdeu o direito de viver no bairro que sempre considerou seu.

«Antes ninguém queria vir por causa das cheias», diz Maria Augusta, que mora na freguesia de Miragaia junto ao rio. «Mas agora toda a gente quer vir para aqui». O prédio onde Augusta mora há oito décadas foi comprado por uma empresa que pretende investir em alojamento temporário. Segundo Augusta, a empresa já comprou três prédios na mesma rua onde os apartamentos têm vista para o Douro.

«O senhorio disse-nos que investiu no prédio não para ter inquilinos mas para alojamento local» diz António Dias, que mora na mesma rua em Miragaia. O contrato de António acaba em 2020, e apesar de já estar a viver na mesma casa há 21 anos, terá que sair para dar lugar aos hóspedes do alojamento temporário, que é para os proprietários muito mais lucrativo. «Os compradores querem recuperar o investimento o mais rápido possível, mas estão a esquecer-se dos direitos dos moradores», acrescenta. «Eu nasci em Miragaia, vivi aqui os meus 42 anos e é injusto ter agora de sair».

A especulação imobiliária dos últimos anos tem feito com que a habitação no Porto seja cada vez mais vista como um investimento e não como um direito. A mercantilização da vida urbana tem vindo a desenraizar os moradores e as relações sociais no centro histórico, que se tem tornado num espaço cada vez mais elitista e exclusivo. Apesar do direito à habitação estar previsto constitucionalmente no artigo 65º, a liberalização do mercado de arrendamento, que foi inscrita no memorando da Troika, deixou os inquilinos mais desprotegidos e facilitou os despejos.

Em 2012, as medidas de austeridade em Portugal incluíram uma eliminação gradual dos mecanismos de controlo de rendas. A nova lei das rendas, conhecida com a «Lei Cristas», procurou aproximar as rendas mais antigas da média do mercado e tornou mais fácil despejar inquilinos através da criação de um Balcão Nacional de Arrendamento. Em combinação com o grande aumento da procura e da especulação imobiliária provocadas pelo crescimento do turismo, a «Lei Cristas» contribuiu para fazer disparar o preço das rendas e para tornar a habitação mais precária.

«EU SÓ QUERIA PODER MORRER ONDE SEMPRE VIVI»

Ao contrário do seu vizinho António, Augusta está protegida pela lei que suspende os despejos até 2019 por ter 85 anos, mas continua a sofrer com ansiedade e incerteza. «Eu só queria poder morrer onde sempre vivi», diz. Conta ao Jornal Mapa que os novos proprietários tentam intimidar a vizinhança e que no seu prédio se vive com medo. Entre as várias formas de intimidação afirma que um representante da empresa que comprou o edifício disse

«É UMA VIDA INTEIRA A MORAR AQUI», DIZ JOAQUIM LAPA NA SALA DO SEU PEQUENO APARTAMENTO NA VITÓRIA

«A MINHA FAMÍLIA JÁ VIVE AQUI HÁ MAIS DE 100 ANOS», DIZ ALFREDO RODRIGUES (À DIREITA) PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ILHA DA TAPADA. ANTÓNIO CARNEIRO (À ESQUERDA) É VOGAL DA ASSOCIAÇÃO QUE ESTÁ A LUTAR PELOS DIREITOS DOS MORADORES NO BAIRRO COM VISTA PARA O DOURO.

já estar «farto» da situação, que um dia mandava «deitar fogo ao prédio» e «acabar com tudo».

«Como os senhorios não têm forma legal de expulsarem as pessoas idosas, usam terrorismo psicológico», diz António, que afirma ser testemunha das intimidações usadas em Miragaia para pressionar os moradores mais antigos a sair.

Há vários casos de idosos a morar sozinhos que são levados a assinar novos contratos temporários por não estarem informados dos seus direitos. Joaquim Lapa tem 76 anos e sempre viveu na mesma casa na freguesia da Vitória. Há cinco anos assinou um contrato temporário, sem desconfiar que este poderia não ser renovado.

«Assinei o contrato sem saber, na altura não andava bem de saúde. Não sabia que ia ter de sair este ano». Foi um choque quando o informaram que teria de deixar o apartamento porque o edifício ia ser vendido e o seu contrato terminava em Agosto. «É uma vida inteira a morar aqui. Todos os dias subo a rua para ir tomar café e ler o jornal e fazer as compras na mercearia. Conheço isto de olhos fechados».

Mesmo que não envolva violência física, o despejo e a marginalização de pessoas que residiram no centro da cidade durante toda a vida causa imensa ansiedade e violência psicológica. A União das Freguesias do Centro Histórico do Porto já registou uma tentativa de suicídio e o caso de inquilinos que só souberam que os edifícios estavam à venda quando viram os cartazes da imobiliária ao sair de casa, como foi discutido num seminário organizado na junta no passado mês de Junho. Em 2017, os gabinetes sociais da junta receberam 680 pedidos de ajuda e foram contactados por centenas de inquilinos intimados a abandonar as casas.

«Desde que recebi a carta não ando sossegado. O meu estado de saúde piorou», desabafa Joaquim. «Às vezes acordo de madrugada porque sonho que me batem à porta para me mandar sair». O sofrimento causado aos moradores que são forçados a deixar as suas casas é acompanhado pela violência simbólica da marginalização. Empurrados para as periferias das cidades, os moradores sentem que o Porto já não lhes pertence, e que o centro da cidade agora é para quem pode pagar as rendas de 700 ou 800 por um T1. No Airbnb, o preço médio por noite no Porto é 63.

No centro histórico do Porto contam-se histórias de moradoras que tiveram enfartes logo depois de fazer as mudanças. A ansiedade e o desespero são sentidos de tal forma que um morador intimado a deixar a casa na freguesia da Vitória fala em ameaçar os senhorios com uma arma, porque «se fosse parar à cadeia» pelo menos teria um sítio onde ficar.

DEFENDER A CIDADE PARA QUEM VIVE NELA

«Trazem turistas mas, se tirarem os moradores daqui, quem é que fica para explicar a cidade, para conviver?», pergunta Carlos Moreira, morador da ilha da Tapada, na freguesia da Sé. Carlos viveu os seus 71 anos na ilha da Tapada e, como os restantes 50 moradores, está preocupado com o futuro do bairro desde que uma empresa de investimento imobiliário mostrou interesse em comprá-lo para tornar as pequenas casas com vista para o rio em alojamento local. Em Julho deste ano a câmara do Porto anunciou a intenção de comprar o bairro para manter a sua função social e os contratos existentes, mas os moradores ainda não se sentem descansados.

«Nasci aqui e seria uma injustiça ter de sair depois de tantos anos», afirma Carlos. «Tirar as pessoas daqui seria matá-las». Porque a cidade não é só feita de edifícios, mas de pessoas e de vivências, Carlos defende que a «história da cidade está nas pessoas» e que afastar os moradores é afastar a sua maior riqueza.

O que torna o Porto atractivo não é apenas o rio Douro visto das janelas dos prédios hoje tão cobiçados no mercado imobiliário. É também a roupa pendurada a secar ao sol na varanda de Lurdes e as suas bandeirinhas de São João, os santinhos de Augusta, os cachecóis do F.C. Porto de António e o Joaquim a subir a rua que conhece «de olhos fechados» para tomar café e ler o jornal. No bairro da Tapada, a beleza não está apenas na vista do rio e da ponte D. Luiz, mas também nas andorinhas de louça que Paula pendurou à porta de casa, nos morangos e framboesas plantados pelo senhor Alfredo e nas relações de vizinhança que já se perderam noutros bairros.

Com a actual crise de habitação no Porto, o centro da cidade está a ficar cada vez mais esvaziado de moradores. Fecham-se lojas de comércio tradicional e afastam-se as pessoas que nasceram no centro histórico e que lhe dão identidade. Enquanto o lucro trazido pelo turismo for mais importante do que os direitos e o bem-estar dos moradores, o Porto corre o risco de ficar descaracterizado. E, pior, de se tornar uma cidade esvaziada e elitista.

A habitação é um dos direitos escritos na constituição aos quais falta uma lei de bases que possa estabelecer as regras gerais às quais se deverão submeter as futuras leis particulares. Helena Roseta, que enquanto vereadora da habitação da Câmara Municipal de Lisboa tanto se esforçou por destruir experiências de propriedade partilhada e colectiva, está neste momento a liderar o processo para que essa lei de bases seja uma realidade e entregou, em nome do grupo parlamentar do PS, uma proposta para discussão pública (15 de maio a 13 de julho de 2018) e apreciação da Assembleia da República.

Esta proposta tem três bandeiras principais. A primeira é a possibilidade de requisição (mediante indemnização) de casas injustificadamente devolutas a fim de as colocar no mercado de arrendamento. A titularidade dos imóveis requisitados manter-se-á privada. A segunda é a criação dum novo regime especial de renda, o regime de renda acessível ou limitada (em que o valor da renda «é fixado dentro de um intervalo de valores que correspondam, consoante as tipologias, a uma taxa de esforço significativamente inferior a 40% do rendimento disponível dos agregados familiares»), para além dos já existentes regimes de renda apoiada ou social (em que «o valor da renda é fixado em função do rendimento do agregado familiar») e condicionada ou técnica (em que o valor «não pode exceder um limite fixado na lei», calculado em função do valor patrimonial tributário do imóvel). A terceira são vantagens fiscais para incentivar o aluguer de longa duração.

No entanto, parece-nos que as esperanças numa melhoria real na escalada da especulação imobiliária estão mais na explosão da bolha do que nas políticas de um governo que já assumiu que não pretende revogar a actual Lei das Rendas (o chamado Novo Regime do Arrendamento Urbano, com as alterações introduzidas em 2012, pela então ministra Assunção Cristas). E, no caso concreto da Lei de Bases da Habitação, é preciso olhar para além das bandeiras, de forma a ver de que pano são realmente feitas. Um desafio a que respondeu João Vilela.

COMENTÁRIO À LEI DE BASES DA HABITAÇÃO

JOÃO VILELA
VILELA.OESPARTAQUISTA@YAHOO.COM

Desde a reorganização do Estado a seguir ao PREC, e sobretudo a partir das duas intervenções do FMI (1977 e 1983/85), a política de habitação da contra-revolução seguiu duas linhas de força: por um lado, os poderes públicos deram espaço a que o mercado privado se tornasse o agente hegemónico, quando não único, da construção, promoção e formação dos preços dos solos e das habitações; por outro, a escassa e contrariada política de habitação «social» que se foi fazendo ficou totalmente na esfera dos municípios, que a prestam em condições de suborçamentação permanente, numa lógica caritativa, estigmatizante e cosmética. A política de habitação passou a ser vista ao longo dos últimos 40 anos como uma esmola que se dá aos mais pobres dos pobres, e uma esmola dada de muito má vontade, sempre com a impressão de que esses mesmos pobres só a mendigam porque, no fundo, não se querem esforçar suficientemente para comprar uma casa. Não fosse a extrema má imagem que os bairros de barracas projectam para o estrangeiro e as implicações que a insalubridade, os acidentes com puxadas de electricidade e as imagens degradantes de crianças sujas pela falta de água corrente podem ter na condenação social do regime e na mobilização popular, e esse esforço cosmético de construir bairros sociais nunca se faria.

A Lei de Bases da Habitação (LBH) que está neste momento em discussão pública não mexe em nenhum aspecto destes dois eixos. Pelo contrário, ela aprofunda a municipalização da política de habitação (que foi sempre o caminho para uma política de habitação sem nenhum conteúdo), cria vários esquemas de parceria público-privada (PPP), agiliza os mecanismos que fazem dos cofres das câmaras municipais os mealheiros sem fundo das construtoras e coroa tudo isto apresentando uma proposta ridícula e pseudo-inovadora de requisição temporária paga [sic] das casas devolutas, que é, essencialmente, um prémio à incúria. Analisemos estes três pontos.

1) A IDEIA INSÓLITA DA REQUISIÇÃO TEMPORÁRIA PAGA

Comecemos por falar claro: esta medida, a grande bandeira «de esquerda» da LBH, tem todos os mecanismos para nem sequer ser aplicada inscritos no texto da própria lei. Ou seja, mesmo sendo, como veremos, uma medida sem sentido e que em bom rigor pode ser um excelente mecanismo de transferência de fundos públicos para proprietários privados, é redigida de forma cobarde para que qualquer proprietário perceba que o Estado de nenhuma forma vai pôr o direito dos pobres a um tecto acima do direito dos ricos a uma forma esclerosada e socialmente perniciosa de propriedade.

A medida consta do artº 4, ponto 3 da LBH, e surge no seguimento da definição da função social da propriedade e do estabelecimento de que os proprietários privados devem contribuir para o objectivo nacional de assegurar o direito à habitação. Consiste na afirmação de que o Estado se permite requisitar «temporariamente, mediante indemnização» os imóveis ociosos. Mas é logo acrescentado que tal requisição se fará «nos termos e pelos prazos que a lei determinar». Ora, dado que a LBH, no seu artº 85 ponto 2, salva-

O ESTADO DE NENHUMA FORMA VAI PÔR O DIREITO DOS POBRES A UM TECTO ACIMA DO DIREITO DOS RICOS A UMA FORMA ESCLEROSADA E SOCIALMENTE PERNICIOSA DE PROPRIEDADE.

guarda que o teor da lei só vai vigorar aquando da sua regulamentação, estabelecer que as requisições temporárias serão um dos objectos dessa mesma regulamentação é, directamente, dizer que esta medida não passa de uma proclamação panfletária. Se fosse para ser levada a sério, a medida já de si era absurda: um proprietário ocioso podia receber o dinheiro da requisição, viver dele e dali a tempos receber o imóvel de volta (possivelmente com as benfeitorias feitas e pagas do bolso dos que entretanto tenham sido seus habitantes) para poder especular com ele. Nos casos de processos de partilhas em litígio há muito tempo, como a LBH refere no artº 84, esta norma seria extremamente rendosa. Haveria, por sinal, interesse em saber que processos de partilhas abrangem figuras gradas do PS, podendo ser o *intuito personae* deste sublinhado do diploma.

Ao longo da lei aparecem não raras disposições com este mesmo carácter insólito de serem proclamações bombásticas logo derrubadas com preciosismos formais. Quando se fala sobre a introdução da renda limitada (restrição da renda a 40% do rendimento do agregado familiar), esta fica condicionada à regulamentação da aplicação desse princípio consoante a tipologia da habitação (artº 68, ponto 2, alínea c)). Por outras palavras, fica na corda bamba das disposições que podem ficar sem conteúdo prático até à sua regulamentação (e, portanto, sem conteúdo prático para sempre). Também há na lei disposições, inúmeras, pelas quais o Estado promete negócios aos privados muito parecidos com os das parcerias público-privadas. Esta questão merece, porém, um ponto próprio.

2) AS PPPS DA HABITAÇÃO INSTITUÍDAS EM LEI

O sector da construção é um beneficiário histórico da generosidade dos fundos públicos e a LBH continua a garantir a canalização de somas avultadas do orçamento de Estado para construtores privados. Primeiro, assegura a compra pelo Estado das habitações saídas da construção privada que não forem absorvidas pelo mercado (artº 41 ponto 2, artº 46 ponto 1). Segundo, afirma que o Estado tem entre as suas tarefas «a aquisição ou arrendamento de habitação privada para garantir o acesso e o direito à habitação às camadas mais vulneráveis» (pelo artº 30, ponto 2, alínea b)), mais uma fatia de orçamento de Estado para privados. Simultaneamente, afirma-se que a Estratégia Nacional de Habitação (ENH) dever identificar os agentes «públicos ou privados» a quem cabe executar cada aspecto dessa estratégia (artº 31, ponto 2, alínea h)), o que, a julgar pelo que foram os últimos 40 anos, revela que um papel considerável será reservado à construção privada com financiamento público.

Estas mesmas empresas privadas de construção terão já agora todo o interesse, e certamente o farão, em se travestir de cooperativismo, mutualismo, associativismo, ou qualquer outro «ismo» que lhes permita tornarem-se numa espécie de IPSS da habitação e ir, com isso, beneficiar das linhas de financiamento que estão reservadas para o 3º sector. Isto porque o artº 23 da LBH institui a possibilidade de «contratos administrativos» com o sector social e abre a porta a incentivos do Estado, das autarquias, ou das regiões autónomas. Espera-se um jorro considerável de dinheiro público para este sector (bem considerável mesmo, quando virmos o que se prevê para as finanças locais a este respeito). Os pontos 4 e 5 do artº 46, onde se estabelece que é «habitação pública» a construída por privados para efeitos de aluguer a renda acessível - sim, a tal que ainda tem de ser regulamentada segundo as tipologias, e portanto não entra em vigor... -, em terrenos cedidos pelos municípios, dando às cooperativas de habitação um papel especial nessa matéria, revelam que essa estratégia de inventar Isabéis Jonets da habitação social está realmente na calha.

3) APROFUNDAR A MUNICIPALIZAÇÃO E PORTANTO AGRAVAR OS PROBLEMAS

Invocando a «descentralização», a LBH continua a pôr o ónus da política de habitação nas câmaras municipais e procura, nalguns casos, remetê-lo para as próprias juntas de freguesia. O artº 26 ponto 1, que diz que os municípios e as freguesias participam na efectivação do direito à habi-

O SECTOR DA CONSTRUÇÃO É UM BENEFICIÁRIO HISTÓRICO DA GENEROSIDADE DOS FUNDOS PÚBLICOS E A LBH CONTINUA A GARANTIR A CANALIZAÇÃO DE SOMAS AVULTADAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA CONSTRUTORES PRIVADOS.

tação, não deixa quaisquer dúvidas nessa matéria. O que, se pensarmos no processo de remissão para as freguesias da limpeza urbana em Lisboa, por exemplo, e nos seus efeitos na degradação e insalubridade das ruas, faz antever que desastres para a política pública de habitação social se podem gerar com a LBH.

Seria fastidioso enumerar as dezenas de referências à «descentralização» (que, como dissemos, é mais propriamente uma continuação da «municipalização») da política pública de habitação ao longo da LBH. Isso demonstra que o objectivo de não ter uma estrutura nacional dotada de poder para expropriar e/ou construir de forma integrada - única forma que, no contexto português, alguma vez permitiu fazer uma política de habitação com cabeça, tronco e membros, mesmo que reformista - continua a ser um ponto de honra para o Estado. Portanto, não está para breve o fim desta lógica inútil de fazer da habitação social uma política de «cada um por si» das câmaras e agora até das juntas.

Saliente-se ainda, pelo absurdo que isso constitui numa altura em que abundam as câmaras municipais sobreendividadas e em que reduzir despesa pública virou uma espécie de frenesim nacional, o estabelecimento da figura da «declaração fundamentada» (artº 39, ponto 7). Esta figura permite que as Assembleias Municipais possam aprovar autênticos decretos de excepção financeira, com o objectivo de romper os limites actuais do endividamento camarário. Por outras palavras, a declaração fundamentada é mais uma forma de meter dinheiro na mão das construtoras, dos especuladores imobiliários e dos agiotas bancários que vão conceder os créditos e abotoar-se com os juros, passando a factura ao contribuinte. O dinheiro que não há para expropriar a título definitivo os proprietários ociosos e absentistas, que deixam os prédios em ruínas até que os possam vender a um fundo imobiliário ou a um empreiteiro que queira fazer um *hostel* qualquer, aparece sempre, miraculosamente, quando é para a Mota-Engil.

CONCLUSÃO

Perante a evidência de que a questão da habitação será um tema central da luta de massas nos próximos anos, a LBH já acautelou a criação de uma série de instâncias de concertação social na matéria. Ao nível nacional com o Conselho Nacional da Habitação (CNH), que tem poderes consultivos para a ENH - uma cópia directa do modelo do conselho económico e social -, e ao nível local, com os Conselhos Locais de Habitação. Pretende-se que, ainda mal começaram a surgir, as organizações de moradores que se vão constituindo tenham já um enquadramento institucional pacificador, que inutilize do seu potencial como agentes do combate de classe. Ao mesmo tempo que as procura enquadrar e manter a sua luta no quadro limitado dos salões atapetados da legalidade, o Estado proclama sem reservas que as comissões de moradores terão um papel puramente decorativo, consultivo, com meros poderes de petição (artº 22) junto dos órgãos do Estado que decidirão sobre a sua vida. Esta insultuosa redução dos órgãos da vontade popular dos moradores pobres a verbos de encher que podem quando muito «peticionar» (leia-se «suplicar») junto do poder representativo, não serve de coisa nenhuma à causa do povo. Esta lei continua a manter o poder na mão de um conjunto de funcionários da classe dominante que, quando muito, fazem o favor de ouvir os representantes do povo antes de decidirem, sendo o mais provável marimbarem-se para eles.

A LBH, em suma, consagra o que já existe e não traz de novo nada que interesse. As forças de esquerda consequentes, que compreendem que o problema da habitação não se resolverá enquanto o solo urbano não for colectivizado, os prédios devolutos ocupados pelas massas e requalificados, não para alojar turistas ricos mas para elas neles viverem, não vêem nenhuma das suas aspirações respeitadas ou sequer ajudadas pela introdução desta lei. Devem, portanto, não apenas mover uma guerra sem quartel a todas as ilusões que a demagogia do PS vai levantar em torno desta lei, mas sobretudo participar empenhada e militantemente na edificação do movimento de moradores que há-de impor uma política de habitação ao serviço do povo, porque fruto da vontade e do poder popular.

A rua é de todos! A rua não é de ninguém!

CLÁUDIO DUQUE

A transformação à qual Lisboa tem estado sujeita nos últimos anos, cujo objetivo é torná-la numa montra para o turismo massificado e expulsar os seus moradores, bem como acabar com as relações comunitárias que mantêm os bairros vivos, também não perdoa os artistas de rua. Para muitos músicos, malabaristas ou pintores, a rua sempre foi um espaço de aprendizagem e de iniciação, livre da ingerência das elites. Um espaço onde todos e todas se podiam expressar livremente, aproveitando também para ganhar alguns tostões que desenrascassem o dia-a-dia. Hoje em dia, em cidades como Lisboa e Porto, o aumento desenfreado de turistas tornou as ruas um espaço apetecível para pequenos especuladores, que desejam privatizar o que até hoje se podia entender como baldios, tratando a rua como se fosse o palco da sala de concertos mais exclusiva, exigindo inclusive audições a todos e todas que a pretendam usar para mostrar a sua arte. É nestas circunstâncias que um grupo de artistas de rua da cidade de Lisboa se juntaram e escreveram o *"Manifesto dos artistas de rua independentes e organizados por um espaço público livre de associações que o controlem e que o queiram gerir culturalmente"*. Criaram também uma petição pública para tentar impedir qualquer tipo de exclusividade e controlo dos espaços da cidade onde atuam e que para muitos é a sua forma de sustento. O Mapa lançou-se à conversa com um dos autores do manifesto.

Quais as circunstâncias que levam ao aparecimento do *"Manifesto dos artistas de rua independentes e organizados por um espaço público livre de associações que o controlem e que o queiram gerir culturalmente"*?

As circunstâncias surgiram da perceção, por parte dos artistas mais antigos na rua, de que existia um movimento de alguns não-artistas de rua que, associados com uns poucos artistas de rua, tinham como objetivo monopolizar os espaços, criar um sistema de censura previa com audições para atribuir licenças de trabalho na rua em forma de *casting*. Para os mais velhos da rua todas estas tentativas de manipulação, intimidação e ameaças para nos silenciar e impedir de manifestar nossa opinião deu origem a um manifesto que pretende que o espaço público não seja espaço privado culturalmente. Temos grandes exemplos do que não desejamos para nosso dia a dia. Hoje em dia quase nenhum artista de rua pode trabalhar no centro de Barcelona, por exemplo. No passado, todos por la passavam mas agora está fora do mapa por maltratar os artistas de rua visitantes e itinerantes. Em Lisboa somos todos iguais e o manifesto pretende manter isso. Foi feito para dar a cara pela nossa história e pelo nosso futuro, um futuro livre de monopolistas onde, como no passado, todos tenham lugar.

Acham efetivamente que será possível contar com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa (CML) num tipo de regularização do espaço público para os artistas (como pedem no manifesto), sem que esta acabe por favorecer alguns interesses privados?

Acho que existe a probabilidade de contar com o apoio da CML por ser cada vez maior a atividade de artistas de rua, por servir a cidade e por fazer parte dos catálogos de agências de viagens a imagem de uma Lisboa com artistas de rua. Se existe indústria que tem beneficiado com o trabalho da cultura auto-sustentável dos artistas de rua tem sido o turismo e com agrado vemos que somos integrados na sociedade, que fazemos parte do cartão postal, não como indigentes ou párias apócrifos, mas como membros integrantes de uma sociedade. Por se mudarem os tempos e as vontades, por dialogarmos nesse sentido, já entregámos na CML, no pelouro da cultura, uma proposta anti-monopolista que pede um grupo de trabalho entre a CML e os artistas. Nesse diálogo fomos bem acolhidos e cremos que, segundo a sensibilidade manifesta pela CML, o eco da voz da Câmara vai no sentido de arranjar uma solução onde todos tenham lugar sem censuras prévias de modo a manter a dinâmica que até aqui existia. Em relação aos artistas de rua, não vemos a Câmara como defensora de interesses privados. A única coisa que pode salvar e pesar mais que tudo é que a Câmara tenha o mesmo interesse, em continuar a mandar como manda mas mudando alguma coisa, para tudo ficar na mesma, no sentido de ser o poder, e só se achar que faz falta que os artistas de rua tenham menos problemas para trabalhar.

> Sempre fomos piratas que inventámos o nosso mapa do tesouro. Nesta passagem das eras e dos tempos, resta manter os navios e se temos de ser legalizados ao menos deixem-nos ser corsários pois não desejamos ser índios numa reserva.

No atual momento, em que cidades como Lisboa e Porto se sentem cada vez mais sequestradas pelo turismo, que posição assumem as autoridades relativamente aos e às artistas de rua? Sente-se uma maior repressão nalguns pontos da cidade de maior afluência turística?

A cidade tem cada vez mais espaços novos, mas devido a isso mesmo existe cada vez menos espaço. Resulta que os novos inquilinos da cidade por vezes expulsam os velhos para dominarem um novo mundo a ser criado à imagem dos seus projetos. Nós, artistas de rua, sentimos nalguns pontos a pressão dos novos donos que, quando entendem, recorrem a todos os dispositivos legais ao dispor para levar a sua avante. Nós sempre nos impusemos por aparecer sem avisar, fazer e acontecer e ocupar. Sempre fomos piratas que inventámos o nosso mapa do tesouro. Nesta passagem das eras e dos tempos, resta manter os navios e se temos de ser legalizados ao menos deixem-nos ser corsários pois não desejamos ser índios numa reserva. Prezamos a liberdade, vivemos num mundo por nos auto-gerido. Dentro de pouco tempo o mundo deixará de ter atividades livres do sistema. Não conheço a realidade do Porto mas temos malta que chega e conta que existem semelhanças. A solução é o exemplo da vila de Cascais. Uma Câmara de direita faz da arte na rua um espaço sem censura prévia, sem *castings*, todos têm lugar no sistema, não se limita a um número restrito, nem existem restrições, e é apenas um exemplo.

Para além da petição online, existem ações de rua pensadas para difundir o manifesto?

Temos ideia de conduzir tanto o manifesto como nossa proposta anti-monopolista ao triunfo do seus propósitos e foi com generosidade e altruísmo ativista que o grupo **Stop Despejos** publicou nosso manifesto. O principal objetivo é difundir a ideia bem como a nossa proposta de modo a que quem a considere como válida a tenha como sua. Obrigado ao Jornal Mapa por esta entrevista. Foi um privilegio e um prazer. A todos obrigado por tudo, abraço e saúde.

Para apoiar a petição visitem:
https://goo.gl/9y3sNv

Quando a maré vira tsunami
Crónica de um despejo anunciado

BOLOTA CARVALHO
SUBCARVALHO@RISEUP.NET
ZITA MOURA
ZITABMOURA@JORNALMAPA.PT

O Centro Social Okupado (CSO) A Insumisa[1] foi despejado violentamente no passado dia 23 de maio de 2018, após ano e meio de trabalho comunitário nos prédios do Comando Militar de Obras, propriedade do Ministério da Defesa Espanhol mas com gestão do *Ayuntamiento* da Corunha. Poderia ser mais um dos muitos despejos de centros sociais que ocorrem anualmente no estado espanhol, fruto de uma violenta repressão a todos os movimentos autónomos. Mas este, em particular, tem contornos kafkianos. Ou talvez não.

A cidade da Corunha, ao contrário de Vigo e de Compostela, tem uma história curta no que aos centros sociais okupados diz respeito. A Insumisa foi a terceira okupação concretizada no pós-franquismo. A primeira okupação de carácter autónomo deu-se já em março de 2008 com A Casa das Atochas, despejada em abril de 2011[2]. Seguiu-se, em agosto do mesmo ano, o CSO Palavea. Esta última okupação resultou de uma ligação entre o movimento anarquista da Corunha e os grupos assembleários resultantes do movimento 15M[3]. Até ao seu despejo, em março de 2014, foram-se acentuando as divergências políticas e funcionais entre os dois grupos.

Entretanto, surgiu no panorama político-partidário da Corunha a plataforma Marea Atlántica[4], que aglutinou todos os movimentos assembleários da Corunha numa candidatura municipal que venceu as eleições em 2015, ficando a governar o *Ayuntamiento* da Corunha. Nessa equipa de governo encontraram-se inúmeras pessoas que estiveram no CSO Palavea.

O CSO A Insumisa foi okupado em novembro de 2016. De repente, estávamos perante o confronto direto entre a auto-organização e a lógica representativa do poder, antigos «parceiros» no CSO Palavea.

Logo desde o início da Insumisa, o *Ayuntamiento* da Corunha tratou o caso como uma usurpação ilegal e ilegítima de um espaço municipal. A sua primeira ação foi decretar a falta de segurança e salubridade do espaço, exigindo a entrada de técnicos municipais para uma vistoria, proposta essa que foi recusada pela assembleia de gestão da Insumisa. Posteriormente, tentou encetar um diálogo, por forma a institucionalizar a okupação e regulamentar o CSO A Insumisa dentro de uma lei municipal semelhante à que ocorreu nas okupas de Nápoles, processo que culminou na regulação desses espaços como de bem comum e onde o poder municipal passou a ter capacidade de interferência. Proposta novamente recusada. Seguiu-se então uma atuação manifestamente repressiva, com o início de um processo jurídico de expulsão, ao mesmo tempo que se começava a concretizar um ataque mediático e político à Insumisa, por forma a descredibilizar o seu trabalho comunitário.

> A 23 de maio, um dia antes do término do prazo dado pelo tribunal e, portanto, de forma ilegal, o *Ayuntamiento* da Corunha, ou a Marea Atlántica, como preferirem, ordenou à polícia local o despejo imediato da Insumisa

O ataque mediático não surtiu qualquer efeito. Já o processo judicial, célere, resultou na primeira notificação, onde era exigido aos ocupantes a saída voluntária, mas imediata, do imóvel, sob pena do pagamento de uma multa equivalente a 5% do valor do imóvel por cada dia de usurpação. Não tendo sido acatada essa ordem, foi enviada outra notificação semelhante, onde era imposto um prazo de 30 dias para a desocupação.

A 23 de maio, um dia antes do término do prazo dado pelo tribunal e, portanto, de forma ilegal, o *Ayuntamiento* da Corunha, ou a Marea Atlántica, como preferirem, ordenou à polícia local o despejo imediato da Insumisa. A resistência por parte dos ocupantes, bem como a solidariedade de vizinhos e companheiras de outros espaços okupados da Galiza, não permitiu um despejo imediato, mesmo que a polícia tenha exercido violência logo desde o início, provocando um combate aceso que durou todo o dia.

Como resultado dessa resistência, foram detidas cinco pessoas. Decorre atualmente um processo criminal onde as companheiras estão acusadas de desordem pública, atentado e ameaças à autoridade e, sob a alçada da *Ley Mordaza*[5], sedição. Enfrentam penas que podem chegar aos 15 anos de prisão efetiva. Todo o processo criminal baseia-se em filmagens feitas por um agente da polícia local que se encontrava à paisana na altura do despejo. Nenhuma das companheiras foi detida em flagrante delito. Entretanto, decorre um processo solidário com as companheiras, que pode ser seguido na página da Insumisa[6].

Quando uma maré se transforma em tsunami, um local elevado é o que mais nos pode proteger da morte. E essa elevação deverá ser a constante procura e construção de uma sociedade justa

COMANDANCIA DE OBRAS
TALLERES Y ALMACENES
C.S.O.A A INSUMISA I AÑO DE OKUPACION... I AÑO DE A
0€ DE CARTOS PÚBLICOS
NIN OS QUEREMOS
NIN O

O CSO A Insumisa foi okupado em novembro de 2016 e despejado em maio de 2018.

Faixa de solidariedade com A Insumisa no Porto.

e autogerida e, acima de tudo, a resistência ao velho mundo do poder, qualquer que ele seja, quaisquer que sejam aquelas que o representam.

Vontades que mudam com a maré

No passado dia 14 de julho estiveram no Porto, num *benefit* organizado por pessoas solidárias com o CSO A Insumisa, duas das jovens que integraram a assembleia desse projeto autogestionado. Os ativistas que davam corpo e vigor à Insumisa estão a viajar por toda a Península para contarem a longa história do CSO e a revoltosa relação com o *Ayuntamiento* da Corunha, e conseguirem juntar, através de pequenos *benefits*, fundos que permitam pagar as multas e apoios legais que as cinco acusadas irão precisar.

Marta e Jacqui sentaram-se a conversar com o MAPA e contaram detalhadamente como se desenrolou todo o processo, anterior e posterior ao despejo. O que poderia ser só um exercício de prepotência para com a Insumisa e as pessoas que trabalhavam no projeto, acabou por também ser um tiro no pé para a Marea. Jacqui assegura que aquele partido não voltará a ganhar as eleições «nem a brincar». E acrescenta que até a Polícia Local está contra a Marea.

As duas ativistas contam como, inicialmente, o poder local fazia demonstrações de apoio na imprensa, até porque a Marea «esgrimia uma política de apoio aos movimentos sociais, estava dentro do seu código ético».

«Eles esgrimiam em todo o momento que queriam manter um diálogo connosco, mas o seu diálogo partia do ponto de que teríamos de ir embora desse espaço para realizar as obras, para depois voltarmos a entrar e geri-lo de uma maneira um pouco diferente», explica Marta. Mais tarde, Jacqui acrescenta: «O que acontece é que o principal do que fazemos agora é que decidimos nós em assembleia, não temos de depender de nenhum governo local que nos diga o que podemos fazer.»

> No passado dia 14 de julho estiveram no Porto, num benefit organizado por pessoas solidárias com o CSO A Insumisa, duas das jovens que integraram a assembleia desse projeto autogestionado.

Aquando da okupação da Insumisa, terá sido atribuída à cidade da Corunha uma subvenção de um milhão e meio de euros pelo Ministério do Fomento (equivalente ao Ministério das Finanças), para «dotação da cidadania», explica Marta. Numa primeira fase, a Marea terá dito que era graças ao trabalho da Insumisa que esse milhão e meio estaria em cima da mesa. Numa segunda fase, já seria por causa da Insumisa que o dinheiro poderia vir a ser retirado da mesa onde estava. O que mudou a posição da Marea e as suas vontades foi o posicionamento do Ministério da Defesa, proprietário original do espaço okupado pelo CSO.

Quando se dá a okupação, já a Marea estava no poder, e o espaço estava com uma concessão ao *Ayuntamiento* da Corunha, pelo que isso já acarretava responsabilidades de preservação do espaço; responsabilidades essas que terão sido invocadas para justificar as primeiras tentativas de assédio ao espaço. Mas, simultaneamente, e para manter a cara lavada perante as bases eleitorais do partido, como explicam as ativistas, a Marea afirmava que estava a defender a Insumisa, ao colocar-se entre o CSO e o Ministério da Defesa.

Ora, quando foi dada a concessão completa ao *Ayuntamiento* por parte do Ministério da Defesa, a maré mudou. O discurso tornou-se «populista», como descreve Marta, para justificar a ação repressiva contra a Insumisa. O milhão e meio de euros, que era usado como argumento «a favor» do CSO, tornou-se argumento contra o projeto. Jacqui explica: «esse milhão e meio de euros era destinado a obras, que têm um prazo, e quanto mais tempo passava mais pressão havia sobre eles, por parte da imprensa e da oposição. Então, eles, que subiram ao poder pela imagem pública que tinham de apoiar os movimentos sociais e de base, não podiam simplesmente avançar para o despejo, tiveram de lavar a cara com isto».

Para lá de todas as manobras do *Ayuntamiento* contra a Insumisa, como infiltrar conselheiros da Marea dentro da assembleia do CSO, que fizessem uso do seu passado político e das suas relações pessoais para fraturarem a assembleia, ou tentar culpabilizar a Polícia Nacional pelas violentíssimas cargas contra os manifestantes solidários com o projeto no dia dos despejos, foram os constantes mentidos e desmentidos que abalaram o partido e o poder local. Mas Marta sublinha: «O projeto que o *Ayuntamiento* tinha não era mais do que um decalque do que nós fazíamos no CSO».

As duas ativistas estão convencidas de que este foi o fim do trajeto da Marea Atlántica, que se condenou a si própria com o despejo. Mas a grande dúvida jaz agora junto das pessoas acusadas, pelo longo trajeto de repressão judicial, e de «medidas dissuasoras e exemplares», como descreve Marta, que têm pela frente. As ações de solidariedade e esclarecimento, para arrecadar fundos e continuar a contar a história da Insumisa, irão continuar, e querem garantir que nenhuma das acusadas se irá ver sozinha neste tortuoso percurso que ainda terão que navegar.

O certo é que a insubmissão, não a leva o mar.

NOTAS

1 https://ainsumisa.wordpress.com/

2 http://novas.gal/tres-decadas-de-ocupacons/

3 https://15mpedia.org/wiki/Portada

4 http://mareatlantica.org/

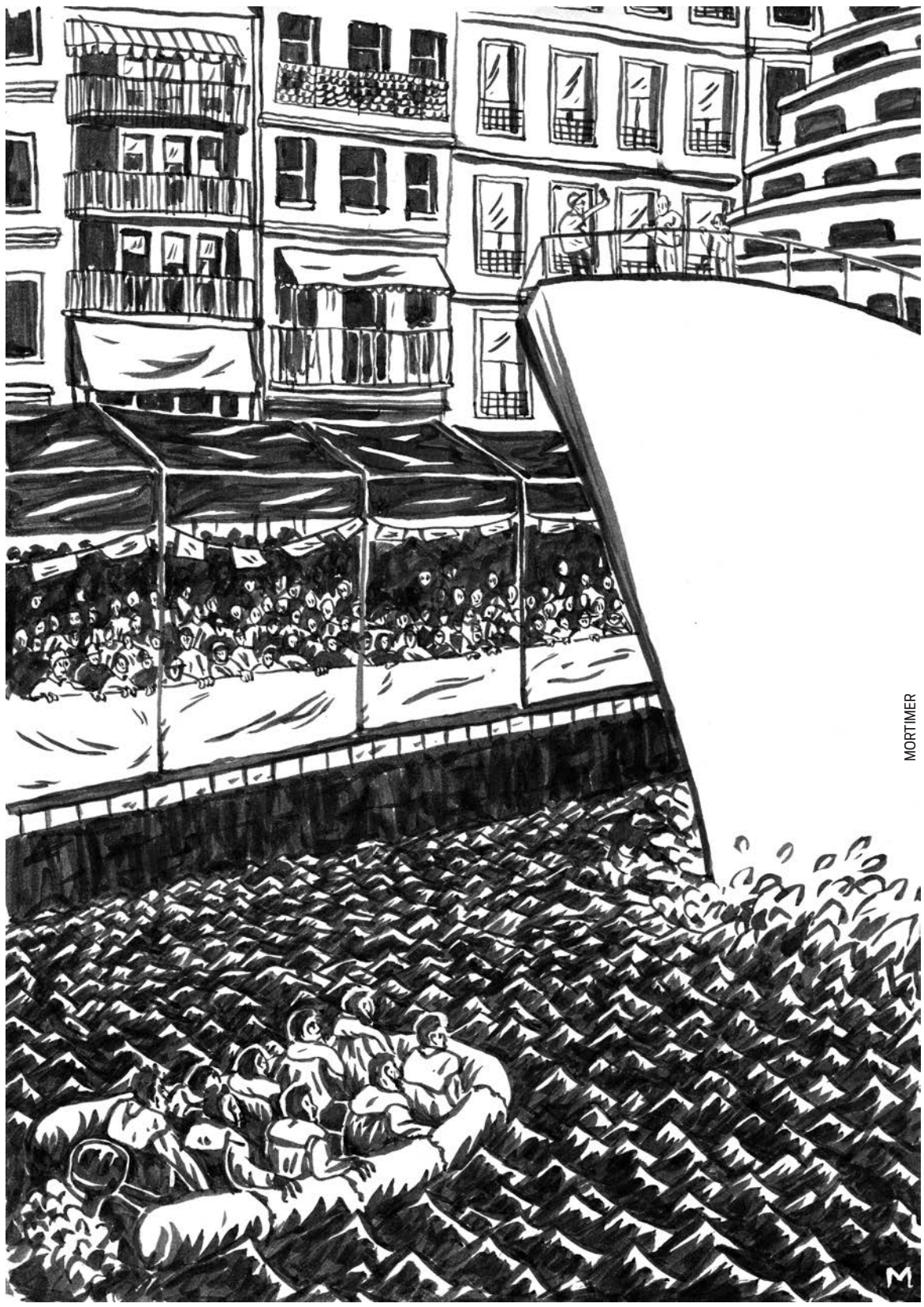
5 https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2015-3442

6 https://www.facebook.com/ainsumisa/

O Turismo é uma indústria da compensação

SÉBASTIEN NAVARRO
REDACTION@CQFD-JOURNAL.ORG

Rodolph Christin, sociólogo e autor e obras como *Manual do Anti-Turismo* (2008) e *A usura do mundo: crítica da insensatez turística* (2014), foi entrevistado na edição de Verão do jornal francês CQFD. Numa reflexão, que cruza cidades e territórios, turistas e migrantes, Christin sublinha que o olhar crítico sobre o turismo é urgente.



MORTIMER

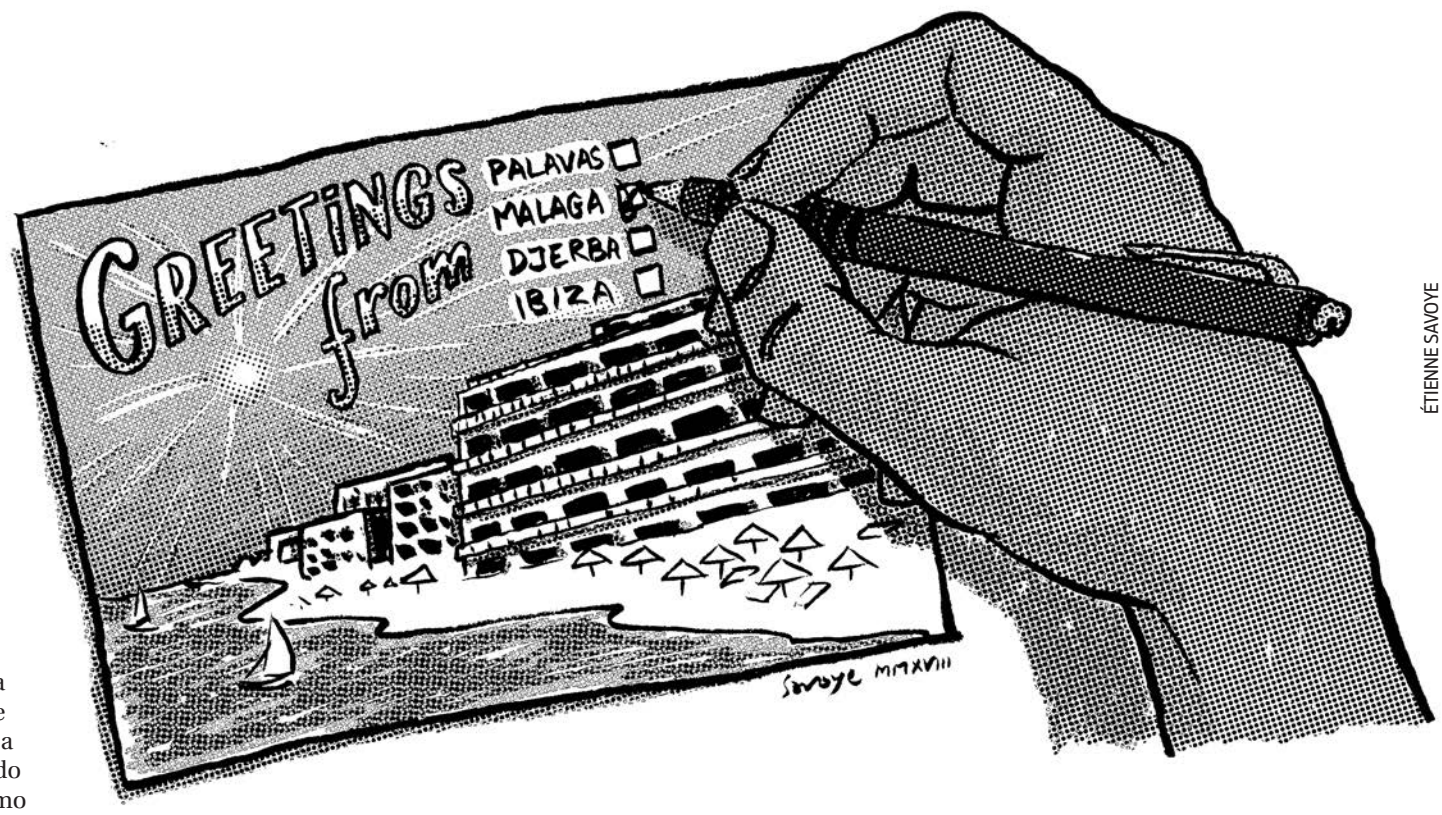
Como é que chegaste a uma reflexão crítica sobre o Turismo?
No início, havia os sonhos de adolescente, a atração pelas viagens e pela aventura. Um imaginário muito forte em minha casa, que se combinou com um interesse pelas ciências humanas: a sociologia, a etnologia e a antropologia. Mas, durante as minhas viagens, constatei que era cada vez mais difícil escapar às organizações turísticas. Essa preocupação deu lugar a uma tese de sociologia sobre o imaginário da viagem, o que me levou de volta à análise crítica desse fenómeno relativamente recente na história da humanidade. Para que haja turismo é preciso pôr em marcha uma ordem turística do mundo, a instauração de um modelo económico e cultural que, contrariamente às ideias difundidas, contribui para destruir a diversidade humana e territorial. Turismo e sociedade de consumo são indissociáveis. Essa denúncia não vai forçosamente ser fácil – a indústria turística beneficia desde há muito de um largo consenso sobre os seus benefícios. É como se ela tivesse em si mesma uma ética que tornasse toda a crítica difícil.

Originalmente tratar-se-ia mesmo de uma conquista social, essa de 1936, a das férias pagas. Como é que depois isso evolui e degenera?
Efectivamente há, a partir de 1936, essa visão supostamente emancipatória que consistia em libertar – provisoriamente – o trabalhador graças à aquisição do direito a férias pagas. O que, claro está, é um engodo: essas férias pagas permanecem dependentes do trabalho e do salário. Mais do que de uma libertação, trata-se de um atenuar da pena. Há uma questão que se coloca: como ocupar esse tempo libertado sem que se deixe instalar o vício e o deboche que, como é sabido, se alimentam da ociosidade? Associações, sindicatos e diversas organizações propuseram actividades para preencher e ocupar um tempo, no fim de contas, cada vez menos "livre". Na história das férias pagas nasce ainda o turismo social: uma forma de educação popular guiada pela ideia de descobrir o outro e o mundo. Mas, com a eficácia que lhe é conhecida, o capitalismo apoderou-se dessa tendência, que rapidamente se mostrou rentável. Depois disso, a procura turística não parou de crescer, por entre um consentimento geral.
Resultado: fomos imersos na indústria «desinibida» do turismo de massa. Este organizou extensivamente os territórios com fins mercantis. O turismo, não mais como uma procura da diversidade, mas como uma procura de diversão, tende a transformar regiões inteiras em zonas comerciais a céu aberto. Nos territórios que não são dotados de capital turístico, implantam-se outros espaços de toda a espécie: centros de férias, parques temáticos ou zonas de lazer. São universos artificiais dedicados a acolher os turistas.

No teu livro, *A Usura do Mundo*, ressuscitas um velho termo da psiquiatria, a «dromomania», para representar esse imperativo da mobilidade.
A «dromomania» significa a mania de andar de um lado para outro. Mas a mobilidade – não simplesmente o feito de *estar* em férias, mas de *partir* em férias – foi supervalorizada. Como se ficar em casa fosse uma coisa de mau gosto! Para se ser moderno, mesmo pós-moderno, é obrigatório partir, sentir-se «nómada». Para se ser feliz, inteligente e sereno, é necessário que saiamos da nossa casa. Há uma conotação positiva ligada ao facto de nos deslocarmos. Há a ideia de que voltamos, forçosamente, de uma viagem ou de uma estadia turística com o espírito mais aberto. Como se um mundo onde as pessoas se movessem mais facilmente fosse um mundo mais harmonioso. Nada prova essa ideia. Na actualidade, o Mediterrâneo mostra como o turismo desenfreado pode coabitar com a mais feroz repressão dos migrantes. O mundo não se tornou melhor depois de as pessoas passarem a mover-se sem reflectir, de maneira quase compulsiva, com finalidades turísticas. Antes da invenção da máquina a vapor, do motor de explosão e do planeamento das vias de comunicação, deslocarmo-nos era uma dificuldade. Uma aventura. Não sabíamos nunca o que o encontraríamos na estrada, tudo podia acontecer. Era preciso monitorizar as deslocações, torná-las fisicamente indolores, para que nos pudessemos mover facilmente, anulando o máximo de riscos inerentes à viagem.
Os poderes públicos e os operadores privados planificaram o espaço de maneira a torná-lo acessível sem grande esforço, em segurança. Essa malha do território em eixos de circulação, zonas turísticas e comerciais, canaliza e orienta as deslocações. Já não estamos no imaginário do viajante mochileiro, mas dentro do circuito organizado e balizado. Com Jack Kerouac ou Nicolas Bouvier [escritores viajantes], a viagem era indissociável da ideia subversiva da evasão. Quando Bouvier partia, podia permanecer anos na estrada, ao sabor do vento. Essa filosofia foi substituída por um conjunto de itinerários estruturados em torno de etapas obrigatórias, vendidos como clichés.

> Na actualidade, o Mediterrâneo mostra como o turismo desenfreado pode coabitar com a mais feroz repressão dos migrantes

Falas ainda de desenraizamento, seja para o turista como para o migrante…
O desenraizamento é a realidade própria do homem moderno. Nos textos de Jack London encontramos esse imaginário da aventura ligada à viagem. London vive na miséria em São Francisco. Decide partir em busca de ouro para o Alasca, que não irá encontrar, mas escreverá um livro que fará a sua reputação. Esse Jack London é talvez mais próximo do migrante de hoje, que foge do seu país por uma vida melhor, do que do turista. Hoje em dia, os verdadei-



ÉTIENNE SAVOYE

ros heróis da viagem são os migrantes.
Mas há uma outra leitura que liga os turistas e migrantes. O capitalismo necessita de consumidores e de produtores. O turista é a versão deslocalizada do consumidor, ao mesmo tempo que o migrante é um produtor – pelo menos em potencial – desenraizado.
A mundialização económica necessita de uma mão-de-obra móvel que possa ser empregue em função das suas necessidades. De indivíduos prontos para romper com o seu território, a sua família, prontos para o exílio.

Remodelando o mundo, a indústria turística produziu "não-lugares". Espaços clonados, indiferenciados, que se podem encontrar em qualquer ponto do globo.

Essa é uma expressão que tomo de empréstimo do antropólogo Marc Augé, autor de *Não-Lugares – Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade* [editado em Portugal]. Apesar de o turismo ter vindo a ser, desde há muito tempo, apresentado como uma busca de autenticidade e de diversidade, acaba a produzir lugares similares, onde quer que estejamos no mundo. Lugares que obedecem a modelos e critérios de qualidade e de acessibilidade idênticos. Nada se assemelha mais a uma vila balneária do Mediterrâneo francês do que uma vila balneária do Mediterrâneo tunisino ou espanhol. Por outro lado, esses não-lugares obedecem frequentemente a lógicas de reclusão. Tornam-se cada vez mais em espaços fechados, dedicados ao lazer e ao consumo, frequentados por gente que se conhece e sem qualquer contacto com o mundo exterior. Não há aí mais do que as relações comerciais de um prestador ao cliente.
Sinal dos tempos: essa lógica de reclusão é transformada em modelo pelos profissionais do turismo. Ela será, segundo eles, um meio de lutar contra os malefícios do turismo «selvagem» ou de tipo Airbnb. Os turistas que chegam a uma cidade e que aí se disseminam de maneira anárquica serão mais nocivos para o território do que os viajantes reagrupados em locais dedicados. Um certo discurso de contenção separa-se hoje em dia das virtudes do turismo durável. Recentemente, um artigo do Quotidien du Tourisme relatava a proposta de dirigentes de sociedades, explicando que, para que o turismo seja menos prejudicial, será necessário organizá-lo de forma mais precisa: com locais e circuitos dos quais as pessoas não possam escapar. A hiper-organização como solução para lutar contra as nocividades do turismo não-organizado. O é igualmente uma forma de os industriais do turismo produzirem uma contra-ideologia face à moda Airbnb.

O turismo não permite mais do que a vida turística. Expande-se através da privatização do espaço comum, mas a gestão das suas nocividades fica a cuidado dos poderes públicos. Trata-se de uma externalização dos custos demasiado forte para o residente

E sabemos que, nesse último campo, se assiste ao despontar de novas tendências, com a venda de «experiências». Não só o particular aluga um quarto, mas pode ainda propor, daqui em diante, ao seu cliente uma ida à pesca na montanha, ou uma noite de flamenco num bar em Paris. Aquilo que estava na ordem da gratuitidade entre amigos, ou simplesmente do encontro do acaso, torna-se, com a uberização, uma fonte de lucro. Toda a gente se arma em agente turístico potencial e tudo se torna «turisticamente» explorável.

Em Barcelona erguem-se vozes contra uma peste turística, invasiva, e que incendeia o imobiliário. Achas que assistimos à emergência de um pensamento crítico?

Sim, penso mesmo que alcançámos um patamar, este ano, com o conceito emergente de «sobreturismo» para designar os lugares tomados por uma saturação turística. Os termos «turismofobia» ou «turistofobia» são cada vez mais utilizados. Os operadores turísticos inquietam-se com essas contestações que agitam cidades como Barcelona, Dubrovnik ou Veneza, face a essas perpétuas frotas turísticas. Em 2016, a presidente da autarquia de Barcelona infligiu fortes multas a seis plataformas de alojamento online. Em Novembro passado multou à volta de 600 000 a Airbnb e a HomeAway por alojamentos ilegais. A pressão imobiliária é tal que a autarca intervém para que os barceloneses não sejam esmagados na procura de habitação.
Assiste-se, nesses *hotspots*, a uma intensificação da pegada turística, que persegue a vida local, tornando-a impossível. Os trabalhadores não podem ir trabalhar por causa dos engarrafamentos; o mais banal gesto da vida quotidiana, como comprar pão, implica estar meia hora numa fila. O turismo não permite mais do

«Estou a precisar de ir de férias, senão vou-me abaixo.» «Estou a precisar de recarregar baterias.» Essas respostas automáticas recordam como as nossas condições de vida se tornaram insuportáveis. A tal ponto que nos esquecemos desse quotidiano em espaços produzidos para esse mesmo efeito.

que a vida turística. Expande-se através da privatização do espaço comum, mas a gestão das suas nocividades fica a cuidado dos poderes públicos. Trata-se de uma externalização dos custos demasiado forte para o residente. Sem contar com os aspectos ambientais e sanitários. No Mediterrâneo, há uma grande actividade de cruzeiros. Sabemos que um navio de cruzeiro emite em média, num dia, tantas partículas finas quantas são emitidas por um milhão de viaturas. Oito por cento dos gases com efeito de estufa são produzidos pela indústria turística.

Mas, apesar desse processo de mudança, a crítica da indústria turística nem sempre é fácil?

Há uma série de freios psicológicos; uma espécie de encantamento que faz com que as pessoas não tenham consciência do que está subjacente à indústria turística. A descoberta e a viagem são colocadas na primeira linha do prazer turístico, mas toda a infraestrutura que permite ao sistema ser aquilo que é não é perceptível.

Poderíamos assinalar esse velho conceito de «alienação»…

Sim, mas «alienação» contém a ideia de sofrimento, ao passo que o turismo toma a forma de um certo hedonismo. A adicção turística é por isso bem mais forte. Toda a gente tem o desejo de partir em férias e de gozar o sol, os *cocktails*, os passeios. Ouvimos frequentemente as pessoas dizerem: «estou a precisar de ir de férias, senão vou-me abaixo.» «Estou a precisar de recarregar baterias.» Essas respostas automáticas recordam como as nossas condições de vida se tornaram insuportáveis. A tal ponto que nos esquecemos desse quotidiano em espaços produzidos para esse mesmo efeito. O turismo é uma indústria da compensação: «eu sofro, eu trabalho todo o ano, pelo que me concedo algumas semanas de pausa.»
A definição de turismo tornou-se de tal forma extensiva que tudo pode tornar-se «turismo». Consequência: deixas de poder criticar o fenómeno. Vais ver a tua mãe à Bretanha? Estás a fazer turismo. Está em viagem de trabalho e, ao fim do dia, antes de voltar ao hotel, vais ver uma exposição? Estás a fazer turismo. Há uma espécie de naturalização da actividade turística que torna tudo potencialmente turístico. Criticar o turismo é, então, como criticar o acto de respirar, beber e comer.
É por isso que é preciso voltar às raízes do problema. Historicamente, o desenvolvimento do turismo está ligado ao desenvolvimento do capitalismo. Espalha-se com a sociedade industrial. Sair do capitalismo e da sociedade de consumo é sair do turismo. É seguir rumo a uma sociedade de bem-estar, respeitadora das vidas humanas e não-humanas.

"À falta de Deus, há câmaras"

TEXTO E FOTOS: **ZITA MOURA**
ZITABMOURA@JORNALMAPA.PT

Numa manhã de início de Verão, em Junho passado, os residentes da República dos Corsários das Ilhas acordaram para encontrar a fachada do muro de sua casa caiada de branco. Não seria isto invulgar, ou questão de debate, não fosse por ser uma fachada de uma República de Coimbra a ser coberta de branco mortiço que abafou as frases anti-capitalistas e contestatárias que lá se liam antes.

Logo ao lado, o Museu Machado Castro também se vai cobrindo de manchas brancas. Por trás, o Largo de São Salvador parece uma manta de retalhos, entre os muros amarelecidos das casas velhas, e o branco mortiço dos quadrados brancos que vão tapando as pichagens que se liam nas paredes do Museu e das residências. Mais abaixo, chegando à Sé Velha, o panorama é idêntico.

Até há alguns anos, lia-se numa das paredes laterais da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra «Isto já não é o que nunca foi». E a cidade dos estudantes está numa convulsiva luta interna pela sua identidade.

Em Maio passado surgiram notícias que davam conta da ameaça de Coimbra perder o estatuto de Património Mundial nas zonas classificadas pela UNESCO por conta das pichagens que vão cobrindo as paredes e monumentos da cidade. Declarações do presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Manuel Machado, davam conta da hipótese de vir a instalar câmaras de videovigilância nas zonas da Alta mais afectadas por este fenómeno. E desde a Primavera que as acções de limpeza da cidade se têm intensificado, resultando num quadro bizarro de prédios velhos com rectângulos brancos, que se esforçam tão somente por cobrir as mensagens neles escritas.

Um postal de Coimbra que se pinta de branco

Inês é residente da República Corsários das Ilhas há ano e meio, cursa um mestrado em Curadoria e fala acerca de um «postal de Coimbra que a Câmara quer pintar». As casas comunitárias vêm atravessando um período conturbado, que, à primeira vista, pouco ou nada terá que ver com a questão das pichagens, mas Inês e Santana, por sua vez residente da República Marias do Loureiro, acreditam que é parte de uma mesma estratégia.

> É no calor da ameaça de despejo de algumas Repúblicas, ao abrigo das regras do Novo Regime de Arrendamento Urbano, e da concretização do despejo da República Farol das Ilhas, que surge a discussão acerca do vandalismo do património histórico da cidade e da potencial instalação de câmaras de video-vigilância que visam protegê-lo

Actualmente, as Repúblicas encontram-se numa fase de reconhecimento enquanto Património Municipal, depois de terem sido consideradas Património Mundial pela UNESCO em 2013 - processo que em si mesmo levantou dúvidas e contestação entre algumas das Repúblicas.

É no calor da ameaça de despejo de algumas Repúblicas, ao abrigo das regras do Novo Regime de Arrendamento Urbano, e da concretização do despejo da República Farol das Ilhas, que surge a discussão acerca do vandalismo do património histórico da cidade e da potencial instalação de câmaras de videovigilância que visam protegê-lo.

«Isto é um branqueamento de uma identidade que não tem só a ver com as Repúblicas, mas claro que elas estão associadas a esta contra-cultura. O facto de nos terem pintado a fachada tem a ver com isto de quererem que nos enquadremos neste postal de Coimbra». Inês critica a postura do presidente da autarquia e sublinha a história de contestação e sublevação das Repúblicas: «como se as Repúblicas tivessem de corresponder às configurações do Manuel Machado».

Em jeito de graça, remata: «É a história de amor da Alta. Alguém escreve, vêm e pintam de branco, e depois escreve-se por cima. Mas esta história de amor tinha de romper nalgum momento.»

Entre a degradação e o convívio, sobra a vigilância?

As escadas da Igreja de São Salvador têm servido de assento a concertos, horas de convívio e boémia, o declive acentuado da pequena praça já conheceu muitas gerações de conimbricenses, de estudantes e de gentes das Repúblicas. Ali em redor contam-se quase dez Repúblicas e ainda que nem todas sejam frequentadoras daquele sítio, é certo e sabido que naquele Largo se vai encontrar uma cara conhecida.

Robert, estudante de Filosofia, diz que entre as obras no bar que foi abrir no Largo com dois outros jovens e a gestão do mesmo, não saiu dali durante quatro anos. Viu gente a entrar e sair das casas, das Repúblicas e das residências, paredes a serem pichadas e pintadas de branco para depois serem pichadas de novo, assistiu à degradação da habitabilidade do Largo pelos colossais buracos que se iam abrindo na calçada de pedra antiga e assegura: «nunca vi a mínima preocupação da Câmara».

O estudante de Filosofia dá uma no cravo e outra na ferradura: «não houve um aumento na quantidade de pichagens, o que houve foi uma diminuição da qualidade, e deixaram de pichar só paredes públicas e brancas para picharem em todo o lado». Mas acrescenta que as pintadas nas paredes foram tão somente o gatilho que a Câmara precisava: «talvez tenham percebido o valor turístico da Igreja, e quiseram mostrar que fazem alguma coisa. São poucos os eleitores na União de Juntas de Freguesia, portanto convém agradar-lhes.»

Entre 2013 e 2016 os sistemas de videovigilância instalados na Baixa de Coimbra estiveram a funcionar carecendo da autorização da Comissão Nacional de Protecção de Dados, mas em Maio deste ano foi reestabelecida a autorização para captação de imagens em grande parte da Baixa. Robert não considera este um dado relevante: «o escândalo moral é haver câmaras em todo o lado, não é não estarem autorizadas, senão estamos no legalismo. Qual é a finalidade dos vídeos? Que o pessoal não faça asneiras por medo de ser apanhado?
À falta de Deus, há câmaras.»

O Quiosque morreu, viva o Quiosque!

ZITA MOURA
ZITABMOURA@JORNALMAPA.PT

Um ponto amarelo na fronteira entre a cidade das pessoas e a cidade para os turistas. O Quiosque do piorio, casa e sede da Associação Simplesmente Notável, que dava pés às Worst Tours, morreu. Ou antes, foi morto. Foram dois anos de convivência e criação de laços com as pessoas das Fontaínhas e de São Lázaro, ali diante da Faculdade de Belas Artes e do Jardim de São Lázaro.

O metro quadrado mais cobiçado da cidade deu que falar aquando do anúncio, por parte da Câmara Municipal do Porto, senhoria do quiosque, que o contrato de arrendamento seria cessado antes ainda do estipulado com a Associação - sem razão aparente. Recuou nessa intenção a Câmara, e permitiu aos inquilinos permanecerem no espaço até ao final do contrato, mas não a renovação do mesmo. Em 2016 foram dar vida a um quiosque abandonado há mais de uma década, e até ao passado dia 1 de Junho foi alegria, optimismo e crítica que aquela esquina entre a Avenida Rodrigues de Freitas e a Rua D. João IV conheceram.

E como se celebra a morte do pior quiosque da cidade? Com uma marcha fúnebre, um andor, música, serpentes e dragões especulativos, carpideiras psicadélicas e muitas cabeças a virar. Foi certamente uma visão estranha para as centenas de pessoas que enchiam a Rua de Santa Catarina, numa tarde de Verão como qualquer outra numa cidade gentrificada. Cerca de 25 pessoas choravam e carpiam o Quiosque: «ai o meu lindo quiosquinho!», «deita abaixo, que é desinteressante!».

Desde a Oficina Arara, numa zona do Porto que a gentrificação ainda não se deu conta de existir, saiu uma bizarra marcha fúnebre, tão bizarra como a situação que ditou a morte do Quiosque do Piorio.

Foi em Novembro de 2017 que a Associação foi notificada de que teria até ao final do ano para abandonar o espaço. Invocava a Câmara o direito de denúncia de contrato, mas não explicava em nenhum momento as razões que levavam à cessação do mesmo. Após uma recolha de assinaturas, e a proposta de privatização do quiosque por parte dos seus inquilinos (por sua vez rejeitada), foi permitido à Associação permanecer ao leme do quiosque até ao termo do contrato.

Ter-se-á falado em demolir o quiosque numa reunião do executivo em Dezembro. Escreviam os responsáveis pela Associação no seu Facebook: «A razão apresentada pelo Presidente da Câmara para a demolição do quiosque seria a falta de "interesse" do dito, no contexto da requalificação dos passeios da zona do Bonfim, que, como toda a zona este da cidade do Porto, disso anda bem precisada.»

No final, o Quiosque deu luta. Foi palco de videoclips, de performances, de «bancos» imobiliários, de conversas, de banca para zines, e continuou a servir a sua função de agregador numa zona abandonada do Porto. Não foi sem esbracejar que caiu.

Ao chegar à esquina entre a Avenida Rodrigues de Freitas e a Rua D. João IV, a marcha fúnebre mais bizarra da cidade encontrou uma autêntica festa de despedida, como se quer um funeral. Ao final do dia, o pequeno quiosquinho amarelo forrou-se de tinta preta, e foi assim que amanheceu no dia a seguir ao fim do contrato.

E dois meses volvidos, assim lá permanece. Negro, mudo, desinteressante.

Passeios do Piorio

A primeira das Worst Tours acontece em 2012, quando três arquitectos imaginam passeios pela cidade que se centrassem na discussão e na conversa sobre a cidade em si mesma. Chamam-lhes "passeios do piorio" porque caminham sem trajecto pré-determinado, os guias não são guias, e, na verdade, os passeios são debates e conversas sobre o Porto. Conhecem e levam a conhecer os "bairros, vielas, esquinas, urbanismo, praças, história, política, tascas, e locais caídos dos mapas". Mais tarde, fundam a Associação Simplesmente Notável e instalam-se no quiosque, que se torna o ponto de partida destes "passeios de piorio"

SITUAÇÃO ATUAL DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E À REDE DE GÁS NATURAL EM PORTUGAL

AUTOR **JOÃO VINAGRE**
INFOGRAFIA **X. ESPADA**

CONCESSÃO SANTOLA X1

(Furo de Aljezur), Lavagante e Gamba. 9.100 Km² na Bacia do Alentejo

Fevereiro 2007 O contrato de concessão é assinado com o consórcio Hardman/Galp/Partex.
Março 2010 A concessão passa a ser detida pelo consórcio Petrobras/Galp.
Fevereiro 2014 A concessão passa a ser detida pela empresa Galp.
Dezembro 2014 É anunciado o acordo com a ENI, bem como a extensão do prazo da concessão. A concessão passa a ser detida pelo consórcio ENI/Galp.
Março 2016 A Galp pretende avançar com o primeiro poço exploratório na costa alentejana no Verão desse ano.
Julho 2016 A Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL) interpôs uma providência cautelar contra o contrato de prospeção (furo de Aljezur) no Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé
Agosto 2016 Através de uma consulta pública, mais de 40.000 pessoas declaram-se contra a autorização para a realização de um furo de prospecção de petróleo e gás ao largo do mar frente a Aljezur.
Janeiro 2017 A Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) emitiu um título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM), que autoriza o consórcio ENI/Galp a fazer um furo entre os 2500 a 3000 metros de profundidade e a operar por um período de 60 dias, para procurar petróleo no mar, cerca de 80 quilómetros a sul de Sines e 47 quilómetros ao largo da orla costeira, ou seja, ao largo de Aljezur, na designada Bacia do Alentejo.
Janeiro 2017 Descobre-se o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional para encontrar um documento assinado a 11 de Janeiro de 2017 pelo Director-Geral Miguel Sequeira que decidiu autoriza as concessionárias Galp e ENI a realizar 60 dias de operações, com aviso prévio de 10 dias nas datas que lhes apetecer até 2019.
Março 2017 A Câmara e a Assembleia Municipal da vila aprovaram em reunião, e por unanimidade, a "*Moção contra a Prospecção e Exploração de Petróleo na Costa Sudoeste de Alentejo e Algarve*". A Câmara Municipal de Odemira prepara uma providência cautelar contra a exploração de petróleo no mar do Alentejo, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja.
Maio 2017 O Supremo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa admitiu liminarmente a providência cautelar interposta pela Câmara Municipal de Odemira suspendendo, assim, os trabalhos, depois da acção interposta no TAF ter sido indeferida.
Setembro 2017 A ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, na conferência promovida pelo Eurasian Energies Futures Initiative do Atlantic Council, em Washington, incentivou investidores para o negócio da exploração de gás e petróleo em Portugal.
Janeiro 2018 O Secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches, informa sobre a extensão, por mais um ano, dos direitos de prospeção de petróleo nas concessões "Lavagante", "Santola" e "Gamba", no Oceano Atlântico.
Fevereiro 2018 Autarcas de vários municípios algarvios e alentejanos e associações empresariais, juntamente com movimentos cívicos e ambientalistas, assinaram uma moção contra a pesquisa e exploração de petróleo na Bacia do Alentejo.
Março 2018 É aberta uma consulta pública sobre o projeto de pesquisa de petróleo ao largo da Costa Vicentina com o objectivo de decidir se vai ou não ser submetido a avaliação de impacte ambiental. O concórcio ENI/Galp queria avançar com o furo em Setembro/Outubro de 2018
Abril 2018 António Costa, no debate quinzenal na Assembleia da República, respondeu, quando questionado por André Silva do PAN, "*Sim, obviamente cumpriremos a lei, faremos se for necessário, não faremos se não for necessário*".
Maio 2018 As empresas obtiveram licença para furar entre 15 de Setembro a 15 de Janeiro de 2019. A licença foi autorizada depois da Agência Portuguesa do Ambiente anunciar que o furo não necessitava de avaliação de impacte ambiental.
Maio 2018 Governo autoriza a realização do furo de Aljezur sem Avaliação de Impacte Ambiental contra as quase 2000 participações que se declaram contra na consulta publica após o parecer positivo da APA. A decisão de dispensa de AIA foi tomada em conjunto com as CCDR (Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional) do Algarve e Alentejo, as direções gerais da Autoridade Marítima, Património Cultural, Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, Saúde, Entidade Nacional do Mercado de Combustíveis, Instituto de Conservação da Natureza e Instituto Português do Mar e da Atmosfera que concluíram que "não existem impactos negativos significativos". O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, declara que não serão concedidas novas licenças para prospeção de petróleo na costa portuguesa até 2019.
Julho 2018 O secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches, defende que os trabalhos de prospeção de petróleo que da Galp/ENI devem começar na data proposta. Na apresentação do estudo BP Statistical Review of World Energy 2018, em resposta ao jornal expresso declara: "*O país deve querer conhecer os seus recursos e depois tomar a decisão se os deve explorar ou não*".
Julho 2018 Protestos contra a exploração de petróleo em Portugal em + 20 praias do país.
Julho 2018 Ativistas encenaram o mundo dos negócios e o laisse fair da classe política. Chegaram de manha ao Ministério do Ambiente, entraram e começaram a espalhar o "*dinheiro sujo de petróleo*".
13 de Agosto 2018 Providencia cautelar da PALP aceite: Hoje é um dia memorável para o Algarve, para os movimentos anti petróleo e para o País e para todos os que se empenharam nesta causa.
Saiu a decisão do tribunal referente à PC da PALP que transcrevemos a seguir:

> ***III. Decisão***
>
> *Face ao exposto, defere-se o presente processo cautelar e em consequência:*
> *suspende-se a eficácia do acto de emissão do TUPEM;*
> *intima-se as Contra-interessadas a não prosseguirem com quaisquer trabalhos, sejam eles preparatórios da prospecção ou da execução da mesma.*

20 de Agosto 2018 Governo recorre da providência cautelar para avançar com furo em Aljezur.

POMBAL + BATALHA
Coimbra, Leiria e Santarém
2509 km²

(Municípios - Pombal, Soure, Leiria, Ourém, Marinha Grande, Batalha, Nazaré, Alcobaça, Porto de Mós, Caldas da Rainha, e Rio Maior)

CONCESSÃO BATALHA

1244,33 Km²

Setembro 2015 Assinado o contrato de concessão com a empresa Australis Oil & Gas Portugal. Pode perfurar a região até 2023, com licença de produção por 25 anos.
Março 2018 A Australis Oil and Gas apresenta os documentos para a Apreciação Prévia de sujeição a Avaliação de Impacte Ambiental.
Março 2018 O Ministério do Ambiente lança a consulta publica relativa ao documento da Australis.
Junho 2018 A APA informa que "*não é possível concluir sobre o projecto de Sondagem de prospecção e pesquisa de hidrocarbonetos na área de concessão Batalha*".
Julho 2018 Matos Fernandes, Ministro do Ambiente, em resposta às dúvidas do autarca de Alcobaça, Paulo Inácio, declara que o projeto foi rejeitado por falta de informação no documento enviado pela Australis Oil and Gas para a avaliação de necessidade de estudo de impacte ambiental, sugerindo à Australis avançar "*já para um estudo de impacte ambiental*" para não "*voltar a sujeitar-se ao procedimento prévio*".

CONCESSÃO POMBAL

1266,21 Km²

Setembro 2015 Assinado o contrato de conceção com a empresa Australis Oil & Gas Portugal, no qual se refere especificamente a técnica de fraturação hidráulica.
A empresa queria iniciar estudos geológicos e geoquímicos do subsolo em 2017 para, em 2020, iniciar as primeiras sondagens (perfurações) que seguirão até aproximadamente 2030, onde terá de iniciar a fase de produção, que terá um prazo de 25 anos.
Dezembro 2017 A Entidade Nacional para os Mercados de Combustíveis reúne com 12 câmaras dos concelhos de Pombal e Batalha.

TERMINAL DE GNL (GÁS NATURAL LIQUEFEITO) DE SINES

Maio 2009 Inicia-se o projecto "*The Sines LNG Terminal Expansion Project*".
Setembro 2012 O projeto é inaugurado pelo Secretário de Estado da Energia, Artur Trindade.
Abril 2014 O terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines, recebeu pela primeira vez, pela mão da REN Atlântico, um navio metaneiro.
Dezembro 2014 A EDP e a Corpus Christi Liquefaction, subsidiária da Cheniere Energy, assinaram um acordo para a compra de Shale Gas norte-americano por 20 anos a começar em 2020.
Setembro 2016 A Comissão de Ambiente do Parlamento Europeu aprovou uma proposta que recomenda que seja instalada no arquipélago dos Açores uma estação de abastecimento de navios com Gás Natural Liquefeito.
Maio 2018 O Primeiro Ministro António Costa anuncia o porto de Sines como porta de entrada de gás de xisto norte-americano.

GASODUTO CELORICO BEIRA

160 Km

15 Janeiro 2018 A Agência Portuguesa do Ambiente deu parecer negativo ao projecto da REN para a construção de um gasoduto entre Celorico da Beira (Guarda) e Vale de Frades (Bragança), que atravessaria, pelo menos, 35 quilómetros da Paisagem Cultural do Alto Douro Vinhateiro, que desde 2001 está na lista do Património Mundial da UNESCO.
15 de Março 2018 A REN discutia com o Governo uma alternativa de traçado da terceira interligação com a rede de gás natural espanhola que não passe por Património Mundial da UNESCO.
"*Trata-se de 700 metros, não é algo que não se possa corrigir e encontrar alternativas*". João Conceição administrador da REN.

«Parar o Furo» na Cova do Vapor: a maior mensagem de sempre no dia mais quente de sempre

FRANCISCO COLAÇO PEDRO
FOTOS: LUÍS LICHT

É, até à data, o dia mais quente de sempre em Lisboa. Nunca o telhado que cobre o bar da associação de moradores, as folhas das plantas que sustêm as dunas ou a pele dos banhistas que desfrutam da praia da Cova do Vapor experimentaram esta temperatura.

E é o dia duma enorme acção contra o furo de prospecção de petróleo que ameaça arrancar ao largo de Aljezur.

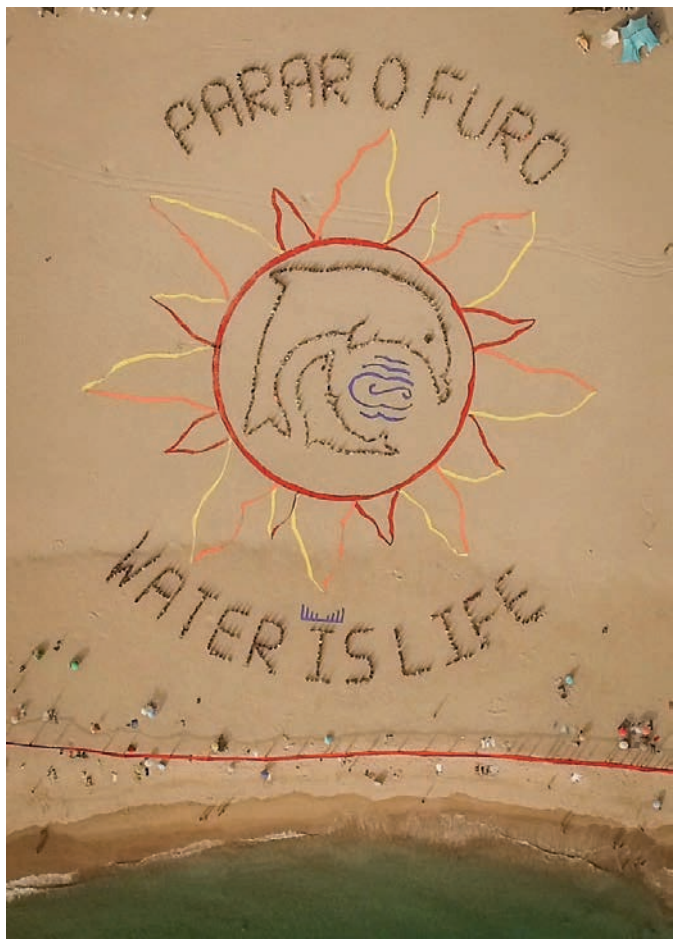
São 800 pessoas, vindas na maioria da capital ou da Costa Vicentina. E há até quem venha de Standing Rock ou do povo Arhuaco, na Colômbia, onde travam lutas semelhantes e que, por estes dias, participam no encontro de activistas Defend the Sacred, na ecoaldeia de Tamera, Odemira.

Os 44 °C que revelam os termómetros parecem querer lembrar que as alterações climáticas não são uma ameaça futura, mas uma realidade actual, sobre a qual é fundamental agir agora. Mas também que o sol e o calor podem ser recursos a utilizar através de tecnologia mais limpa e inteligente. No topo do areal reluzem o que parecem ser excêntricos dispositivos aeroespaciais, mas que não são mais do que fornos solares incrivelmente simples. Trazidos pelos habitantes de Tamera, deles saem fornadas de saboroso pão caseiro e batatas com azeite e alecrim que alimentam a multidão tarde fora.

E mostram, por fim, que as condições desafiantes, mesmo se dramatizadas pelos *media*, não demovem as pessoas de saírem de casa e de se juntarem pelo que acham justo. Esta é apenas uma de um sem fim de acções criativas contra o furo que estão a preencher o Verão, dinamizadas frequentemente pelo Climáximo ou por outros colectivos locais.

Terminada a foto aérea, interrompido o convívio que surgiu em cada letra de «Parar o furo, *water is life*», a multidão desce para um mergulho eufórico nas águas que unem o Tejo ao Atlântico.

Sentada na duna, uma rapariga entoa os versos de Quadrilha, na música que acompanhou uma acção semelhante no ano passado, em Odeceixe: «O mar não é de ninguém, ninguém é dono do mar.»



Acordos de Paris: atestado de morte ao planeta?

Um estudo recente defende que as metas de Paris para o clima representam não a porta aberta para a salvação mas o buraco para o abismo, em que o planeta é deixado em roda livre num processo de aquecimento que se auto-alimenta.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Exploramos o risco de reacções que se auto-reforçam poderem levar o Sistema Terra para um limiar planetário que, se ultrapassado, pode impedir a estabilização do clima em aumentos de temperaturas intermédios e causar um aquecimento continuado, num percurso de "Terra Estufa" mesmo à medida que as emissões humanas forem sendo reduzidas. Atravessar o limiar iria levar a uma temperatura média global muito maior do que em qualquer era interglaciar – ou seja, as eras mais amenas que aparecem entre eras glaciares – dos últimos 1,2 milhões de anos e a uma subida do nível do mar maior do que em qualquer altura do Holoceno. Examinamos as provas de que tal limiar pode existir e onde pode estar. Se o limiar for atravessado, a trajectória daí resultante irá provavelmente causar sérias perturbações nos ecossistemas, nas sociedades e nas economias. É necessária a acção humana colectiva para afastar o Sistema Terra dum potencial limiar e estabilizá-lo num estado habitável próximo duma era interglaciar. Tal acção implica a gestão de todo o Sistema Terra – biosfera, clima e sociedades – e poderá incluir a descarbonização da economia global, melhoramentos nos sumidouros de carbono da biosfera, alterações comportamentais, inovações tecnológicas, novas formas de governação e transformação de valores sociais.

> Mesmo se a humanidade reduzisse as emissões de gases de efeito estufa, o próprio planeta – o «Sistema Terra» e as suas dinâmicas internas cheias de reacções não lineares – encarregar-se-ia de derrapar para um estado de estufa duradouro

O Antropoceno é a proposta de uma nova época geológica baseada na observação de que os impactos humanos em processos planetários essenciais se tornaram tão profundos que levaram a Terra para fora do Holoceno, época na qual se desenvolveram a agricultura, as comunidades sedentárias e, por fim, as sociedades humanas social e tecnologicamente complexas. A formalização do Antropoceno enquanto uma nova era geológica está a ser considerada pela comunidade estatigráfica mas, independentemente do resultado desse processo, torna-se óbvio que as condições do Antropoceno excedem as do Holoceno em vários aspectos. O conhecimento de que, agora, a actividade humana rivaliza com as forças geológicas para influenciar a trajectória do Sistema Terra tem implicações importantes tanto para a ciência do Sistema Terra como para o processo de decisões em sociedade. Reconhecendo que diferentes sociedades de todo o mundo contribuíram de formas diferentes e desiguais para as pressões que sofre o Sistema Terra e que terão capacidades variáveis para alterar trajectórias futuras, a soma do total dos impactos humanos no sistema precisa de ser tida em conta para analisar futuras trajectórias do Sistema Terra.»

> Se as calotes polares continuarem a derreter, se a biodiversidade continuar a ser devastada, se as emissões de gases de efeito estufa não diminuírem drasticamente, a Terra entrará num «ponto de ruptura», a partir do qual não há retrocesso

Assim começa o estudo "Trajectórias do Sistema Terra no Antropoceno", do Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS), publicado no passado dia 6 de Agosto. Nesse estudo, reforça-se a teoria segundo a qual, mesmo se a humanidade reduzisse as emissões de gases de efeito estufa, o próprio planeta – o «Sistema Terra» e as suas dinâmicas internas cheias de reacções não lineares – encarregar-se-ia de derrapar para um estado de estufa duradouro.

Se as calotes polares continuarem a derreter, se a biodiversidade continuar a ser devastada, se as emissões de gases de efeito estufa não diminuírem drasticamente, a Terra entrará num «ponto de ruptura», a partir do qual não há retrocesso. Incontáveis mecanismos interligados poder-se-ão pôr em marcha uns aos outros, conduzindo a libertações colossais de CO2 e de metano para a atmosfera, contribuindo ainda mais para o aquecimento global do planeta.

«Quando um limiar é ultrapassado, o processo de reacções auto perpetua-se», pode ler-se no es-

Um mundo assim, a ser habitável, não comportaria mais de um milhão de pessoas.

tudo. E, se o processo entrar em acção, será um caminho «dirigido por reacções biogeofísicas fortes e intrínsecas, difíceis de serem influenciadas pela acção humana, um caminho que não poderá ser revertido, parado ou substancialmente abrandado.» Um fenómeno que faria com que, daqui a alguns anos, a temperatura média da Terra se pudesse estabilizar com +4 ºC ou +5 ºC em relação à era pré-industrial e com níveis das águas do mar 10 a 60 metros mais altos do que hoje. Um mundo assim, a ser habitável, não comportaria mais de um milhão de pessoas, defende o estudo. Os impactos duma tal alteração nas nossas sociedades seriam «massivos» e «abruptos». Neste momento, as emissões de gases de efeito estufa já provocaram uma subida de 1 ºC na temperatura média da Terra, aumentando a frequência e a intensidade de fenómenos climáticos extremos, como as canículas e as secas, mas também os incêndios, as cheias e as tempestades, conforme temos vindo a testemunhar.

Esta parece ser já uma lengalenga banal, que toda a gente ouve e repete, uma lengalenga que chegou até aos corredores do poder que se contentaram com definir um aumento de 2 ºC em relação à era pré-industrial, propagandeando-o como um objectivo ambicioso e suficiente. Ora, este estudo aponta para esse mesmo número, mas, em vez de salvação, vê o tal ponto de ruptura, o tal limiar. «Sugerimos 2 ºC, porque há o risco de um aquecimento de 2 ºC poder activar vários elementos de ruptura, aumentando mais a temperatura e activando outros elementos de ruptura, numa reacção em cadeia de efeito dominó que poderia levar o Sistema Terra para temperaturas ainda maiores. Este tipo de reacções em cadeia contém, na essência, o processo dinâmico que leva a limiares nos sistemas complexos».

O estudo chega a estas conclusões com base em estudos publicados anteriormente sobre outros pontos de ruptura na história da Terra. Os cientistas também examinaram as condições planetárias num passado distante, tais como o Plioceno (entre há cerca de 5 e 2 milhões de anos, uma fase de transição entre o Mioceno, mais quente, e o Pleistoceno, com suas glaciações), período em que as concentrações de CO2 eram semelhantes às actuais, ou seja, cerca de 400 ppm (partes por milhão). Durante o Cretácio (período compreendido entre 145 milhões e 66 milhões de anos atrás, quando os dinossauros alcançam seu auge na escala evolutiva, mas no fim do qual ocorreu a extinção em massa desses grandes répteis e de diversas espécies da Terra), os níveis de CO2 eram ainda maiores, cerca de 1 000 ppm, muito por causa da actividade vulcânica.

Dizer que um aumento de 2 ºC é um limiar de não retorno «é novo», afirmou Martin Siegert, co-director do Grantham Institute (Imperial College, Londres), que não esteve envolvido no estudo. Os autores do estudo «coligiram ideias e teorias anteriormente publicadas para apresentarem uma narrativa sobre como funcionaria a superação do limiar», disse. «É bastante selectiva, mas não é extravagante».

Esta parece ser já uma lengalenga banal, que toda a gente ouve e repete, uma lengalenga que chegou até aos corredores do poder que se contentaram com definir um aumento de 2 ºC em relação à era pré-industrial, propagandeando-o como um objectivo ambicioso e suficiente

Pontos de Ruptura

«Poços de carbono» enfraquecidos
Durante as últimas décadas, as florestas e os oceanos absorveram mais de metade das emissões de carbono. Mas as florestas são cada vez menos e cada vez mais pequenas e os oceanos mostram há muito sinais de saturação de CO2. O seu papel de mitigação corre o risco de enfraquecer.

Permafrost
O metano e o CO2 retidos na permafrost, solo que deveria estar permanentemente gelado na Rússia e no Canadá, correspondem a cerca de 15 anos de emissões humanas. Em caso de degelo, o gás libertado aceleraria o aquecimento, provocando mais degelo e mais libertação de gases. Uma bomba climática ao retardador.

Hidratos de metano
Os hidratos de metano, gases que se encontram em quantidades significativas em camadas profundas do pergelissolo (solo gelado do Ártico), são igualmente vulneráveis ao aquecimento. Sabe-se desde 2009 que o aquecimento da água naquela região já começou a libertar gás, mas a comunidade científica parece não saber a que ritmo. Suspeita-se que os hidratos de metano estejam ligados a episódios rápidos de aquecimento de há milhões de anos atrás e representam, portanto, uma ameaça potencial.

Declínio das florestas
Um aquecimento de 3 ºC poderia, a prazo, provocar o desaparecimento de 40% da floresta amazónica, de acordo com um estudo publicado em 2016 na revista Nature Climate Change. E os incêndios, que este estudo não inclui, poderiam ainda acelerar essa destruição, susceptível de libertar milhões de toneladas de CO2 para a atmosfera.

Menos gelo, mais mar
A camada gelada que existe reflecte cerca de 80% da radiação solar. Mas, com o derretimento deste mar gelado, o oceano que o substitui, pelo contrário, absorve 80% dessas radiações, acelerando o aquecimento. No Ártico, o primeiro Verão sem mar gelado deverá acontecer em meados deste século. Uma situação que se pode repetir de quatro em quatro anos num mundo com +2 ºC. A comunidade científica concorda em que há uma temperatura limite a partir da qual a calote polar que cobre a terra na Antártida ocidental irá derreter. Mas não se entendem se isso acontecerá num mundo com +1 ºC ou com +3 ºC. Outra questão em aberto é saber quanto tempo demorará essa calote a derreter. E também outra, a da Gronelândia, que se encontra num processo semelhante. O desaparecimento destes dois glaciares, com a consequente libertação de água doce para o oceano em enormes quantidades, implicaria uma subida do nível do mar de 13 metros. A calote da Antártida oriental, mais sensível ao aquecimento do que se pensava antes, representa 12 metros adicionais em potência. Lembremo-nos de que dois terços das grandes cidades do mundo estão menos de 10 metros acima do nível do mar, tal como os terrenos agrícolas que, um pouco por todo o lado, são usados para alimentar os seus habitantes.

Flotilha de Liberdade: uma história a três tempos

Esta é uma história contada a três tempos. A história de um país em cerco, feito prisioneiro a céu aberto, e de um enorme movimento de solidariedade e defesa dos direitos humanos; a história de uma Flotilha que leva as palavras "Regresso" e "Liberdade" pintadas nos cascos de navios que vão carregados de esperança; e a história de uma abordagem ilegal, verdadeira pirataria levada a cabo por um estado racista e opressivo.

ZITA MOURA
ZITABMOURA@JORNALMAPA.PT
FOTOS: ZITA MOURA

Começamos *in media res*. A 15 de Maio de 1948, a avó de Youssef dá à luz um rapaz, enquanto foge da sua casa, montada nas costas de um burro em direção ao Líbano. É o dia da *Nakba*. Israel dá o pontapé de saída num excruciante processo que dura há 70 anos, de perseguição, massacre e violência para com o povo palestiniano. A expansão do território israelita vai para cima das aldeias palestinianas, e são queimadas casas e mortas pessoas, com o aval de uma Europa acabada de assistir ao Holocausto. O silêncio é ensurdecedor, enquanto centenas de milhares de palestinianos (cerca de 700 mil, segundo dados da ONU) fogem em direção à Jordânia, Líbano, Síria, Egipto, Cisjordânia e Gaza, com as suas casas a arderem nas costas. Muitos levam a chave de casa ao pescoço. Muitos continuam a tê-la lá.

A *Nakba* é "a catástrofe". O princípio dela, pelo menos. É logo em 1948 que os territórios de Gaza se veem separados dos restantes territórios palestinianos. A Cisjordânia (ou West Bank) e Gaza ficam separadas por centenas de quilómetros de controlo israelita, mas a livre circulação não está totalmente restrita aos cidadãos que encontraram refúgio em Gaza. Esta frágil circunstância vai sendo progressivamente desrespeitada por Israel com a construção de novos colonatos em território palestiniano, e o controlo sobre a Faixa de Gaza a tornar-se cada vez mais brutal, nomeadamente com a influência do Egipto, que trata este território como estando sob influência egípcia. Em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias, as forças israelitas capturam a faixa de Gaza ao poder egípcio. Em 2005 Israel retira as tropas do espaço ocupado palestiniano, e em 2006 o Hamas é eleito como principal força política de Gaza. Em 2007, Gaza deixa de ser terra de gente, e passa a ser prisão a céu aberto. O Egipto, fronteira a sul de Gaza, tranca as suas fronteiras, e Israel tranca Gaza em si própria – detendo o controlo sobre o espaço aéreo e marítimo, e controlando os sete acessos por terra a Gaza, Israel torna-se carcereiro deste território.

Não é fácil contar a história da Palestina, nem sequer a da faixa de Gaza, mas o que se pode contar é o seguinte: um território com 365 km² (o Distrito do Porto tem 2395 km²); onde vivem quase dois milhões de pessoas, com uma densidade populacional de mais de 5000 habitantes por quilómetro quadrado; com seis horas de electricidade por dia (que podem vir a qualquer momento do dia, controladas por Israel); com seis milhas náuticas de permissão para pescar; com todos os acessos por mar, terra ou ar, vedados por Israel; com 50% das crianças com menos de dois anos a sofrerem de anemia. Não há livre circulação de pessoas nem bens. Não entram materiais de construção em Gaza, nem mesmo para reconstruir o que Israel destrói. Não entra comida, e também não é permitido aos palestinianos que a pesquem. Não entra medicação, a não ser sob autorização expressa de Israel ou do Egipto.

Esta é uma história contada a três tempos e não é fácil de contar. Estamos ainda no primeiro tempo da história, mas continuamos a avançar. Desde os anos 60 que se registam movimentos de solidariedade com a causa palestiniana, assim conta Jans, um homem sueco com o nariz coberto de protector solar, e a responsabilidade da capitania de um barco à vela onde se lê "*Freedom*" no casco. Mas já lá chegaremos. A Cisjordânia de 2007 já está largamente cercada por um muro que irá alongar-se por 750 km, que separa os territórios ocupados pelos israelitas dos territórios que ainda pertencem à Palestina. A comunidade internacional pouco ou nada diz acerca dos massacres de Israel. Em Agosto de 2008, dois navios furam o bloqueio marítimo de Gaza e chegam à costa. Os navios "*Liberty*" e "*Free Gaza*" foram os primeiros a atracar no porto de Gaza em mais de 40 anos.

Esta foi a primeira missão da Flotilha da Liberdade. Ao longo dos últimos onze anos, activistas de todo o mundo comandaram mais de trinta barcos com a missão de furar o bloqueio de Gaza - apenas cinco conseguiram. As múltiplas iniciativas da Coligação da Flotilha da Liberdade tiveram diferentes objectivos: levar ajuda humanitária para os dois milhões de pessoas presas numa prisão a céu aberto com 365 km² chamada "Faixa de Gaza", chamar atenção política, social e mediática para a ocupação ilegal de Israel nos territórios palestinianos, e até entregar os navios aos pescadores palestinianos, cujos recur-

sos são cada vez mais escassos.

Foram muitas as histórias de luta e conquistas dos activistas ao leme destes navios, mas mais ainda as histórias de terror infligidas pelas forças de ocupação israelitas. Em 2010, a Flotilha de sete navios foi atacada, e as forças israelitas mataram nove pessoas a bordo do navio *Mavi Marmara*. Em 2011, um barco foi sabotado estando ancorado na Grécia, quando mergulhadores interferiram com os propulsores do navio durante a noite. Quem embarca num navio cuja bússola marca o Norte em Gaza sabe que a viagem vai ser turbulenta, e que as ondas vêm tão somente para embalar a viagem. Episódios de perseguição em alto mar, interdição de ancorar em determinados portos, sabotagens nocturnas, abordagens pelas forças israelitas, violência, tortura. Mas sorrisos e velas ao alto.

A história da Flotilha da Liberdade é longa e rica, e uma história que vive para uma missão. A de levar navios cheios de esperança até Gaza. É aqui que começa o segundo andamento da nossa história.

Um território com seis horas de electricidade por dia (que podem vir a qualquer momento do dia, controladas por Israel); com seis milhas náuticas de permissão para pescar; com todos os acessos por mar, terra ou ar, vedados por Israel; com 50% das crianças com menos de dois anos a sofrerem de anemia.

"Queremos ir dizer olá aos nossos amigos em Gaza"

Al Awda e *Freedom*: "O Regresso" e "Liberdade". São os nomes dos dois barcos que até dia 22 de Junho estiveram ancorados na Marina de Cascais, e rumaram até Gaza. Um veleiro e uma velha traineira escandinava aguardavam, pacientes, a hora de voltarem a fazer-se ao mar. Lá longe, em Paris, outras duas embarcações que integram a Flotilha da Liberdade eram impedidas de atracar no Rio Sena.

"*Free Gaza*", lê-se no casquilho do *Al Awda*. Ao lado, uma Mona Lisa envolta numa bandeira palestiniana posa diante do Muro de Gaza, com os dedos em V. Os mastros do *Al Awda* e do *Freedom* ostentam orgulhosas bandeiras palestinianas, lado a lado com bandeiras sueca, norueguesa e portuguesa. A tripulação circula dentro e fora dos barcos, conversando em inglês, sueco, norueguês, ou castelhano, o que for necessário para chegar a entendimentos.

Lasse, Charlie e Mikkel estão na cozinha do *Al Awda*, conversando descontraidamente. Lasse é norueguês, Charlie é sueco, e Mikkel é holandês, residente na Suécia. Os três homens, corpulentos e imponentes, com simpáticos sorrisos nos lábios, têm a pele torrada pelo sol, rugas vincadas na rosto, e as mãos calejadas.

Charlie é marinheiro. Tornou-se pescador muito jovem, porque na ilha sueca em que nasceu, era esse o destino natural da maioria dos jovens. Depois de deixar de pescar, continuou a trabalhar em embarcações, a executar as mais variadas funções. Costuma prestar apoio a navios que transportam refugiados. Já integrou a Flotilha da Liberdade duas outras vezes, em 2012 e 2015. De ambas as vezes, foi travado pelo exército israelita antes de conseguir chegar a Gaza. Ele, como todos os outros tripulantes, estão a contar ser travados, detidos e deportados pelas autoridades israelitas antes de conseguirem furar o cerco. Mas isso não os impede de levarem as embarcações que compõem a Flotilha até Gaza.

Se alguns dos tripulantes já são veteranos da Flotilha, outros são principiantes. É o caso de Divina, 38 anos e mãe de duas crianças de 11 e 12 anos, que embarcou na Flotilha a 13 de Maio, na Suécia, e vai permanecer até ao final. Sendo mãe, ela sente de forma muito próxima os horrores a que são submetidas as crianças de Gaza, e com os olhos reluzentes (seja da luz intensa, seja de lágrimas que teimam em querer correr) fala sobre um relato que lhe chegou.

"Falaram-nos de uma criança que ficou nas praias de Gaza, em 2011, à espera dos barcos, que tinha um balão na mão para que os tripulantes a vissem. Não conseguiram chegar lá. Espero que este ano a mesma criança esteja na mesma praia à nossa espera, porque não nos esquecemos dela", assegura, convictamente. E as crianças dela? Ficaram preocupadas? "Disseram-me 'claro que tens de ir, mãe, porque é que não vai toda a gente?'."

O sol está tórrido e queima, mas Jans não deixa isso transparecer. Jans, sueco, idoso, médico, com o nariz coberto de protector solar, e um ternurento sorriso nos lábios, vai desvelando algumas histórias da Flotilha, entre as quais como se comprou o navio do qual ele é capitão, o *Freedom*. O veleiro atracado ao lado do *Al Awda* ondula tranquilo com o seu capitão, enquanto Jans explica como o dinheiro que se investiu naquele barco na verdade vem de uma vitória ganha contra o estado israelita. Em 2012, um dos barcos da Flotilha é ilegalmente apreendido por Israel, e a Coligação da Flotilha avança em tribunal contra o próprio estado israelita. Curiosamente, como frisa o capitão, a Coligação vence. A Coligação venceu o caso, e Israel foi obrigado a ressarcir em dinheiro o valor do navio apreendido – dinheiro esse com que depois se compra o *Freedom*.

"Temos excelentes advogados aliados a nós, em Israel, estão muito isolados mas são verdadeiros heróis", diz, serenamente. E acrescenta, em tom brincalhão: "às vezes perguntam-nos se somos financiados por alguma organização terrorista. Nessas alturas tenho de perguntar: 'O estado de Israel conta?'". Sobre a exposição a que estão sujeitos, Jans confronta-a com toda a naturalidade: "Quanto mais visíveis formos, mais difícil é matar-nos. É muito difícil esconder seja o que for dos Serviços Secretos israelitas". Não o assustam os jornais, nem as entrevistas, nem os serviços secretos israelitas. Mas não vai ficar até ao fim da viagem, ainda assim, em Palermo sai da Flotilha: "A minha mulher obrigou-me a prometer".

Entretanto aproxima-se Christien, também ele idoso e com a coluna muito direita, também ele tripulante do *Freedom*, mas mais silencioso que Jans. Fizeram-se amigos na Suécia há já mais de 40 anos, e tentam acertar agulhas quanto à janela temporal. Chegam a acordo. Foi no Movimento de Solidariedade com o Vietname que se fizeram amigos. E seguiram. Seguiram a luta e a amizade. Para estes dois homens, a luta e a solidariedade são-lhes naturais. Na tripulação destes dois navios, e dos outros três que se irão juntar já em portos italianos, a maioria dos rostos são escandinavos. Contam-se pessoas dos EUA e do Canadá, também, mas a maioria dos tripulantes são da Europa do Norte. Em Cascais estavam apenas três tripulantes árabes. Oldoz é uma delas.

É Iraniana, e diz de forma sucinta e orgulhosa: "eu nasci na revolução". Oldoz nasce no Irão, em 1980, logo após a revolução contra o regime do Xá, no seio de uma família activista e politicamente activa. Portanto, não há outra coisa que lhe faça sentido a não ser integrar a Flotilha: "sempre estive envolvida na causa palestiniana, nós (iranianos) temos a frase 'as nossas irmãs e irmãos palestinianos, temos de libertar as nossas irmãs e irmãos palestinianos". Sobre a relação do Irão e de Israel, dá uma gargalhada e sintetiza: "inimigos jurados".

Oldoz integra a Flotilha não só como cidadã e activista, mas como representante do partido sueco pelo qual é candidata ao parlamento nacional, a Iniciativa Feminista. Mas a viagem é paga do seu próprio bolso, como todos os demais tripulantes. Para além de política, é "actriz e palhaça", diz, entre gargalhadas, e acrescenta: "Não tenho medo de uma zona de guerra. Fiz parte dos Palhaços sem Fronteiras, estive em zonas de guerra, zonas de crise, isso não me assusta. Mas estou assustada de morte com os soldados israelitas, porque são imprevisíveis. O que se tem passado nas últimas semanas, a apontarem e matarem pessoas desarmadas e pessoal médico, é inimaginável em qualquer outro país. Mas o mundo continua a olhar para o lado". A inimizade de Israel e do Irão é parte do medo que sente relativamente à aproximação a Gaza. "Eles vão procurar os corpos árabes. À primeira vista é desses corpos que vão atrás. Eles veem que eu nasci num país árabe e O meu passaporte sueco diz que nasci no Irão, mas só depois é que eles veem os passaportes.vão atrás de mim por ser muçulmana, mesmo não sendo crente."

E depois de já ter trabalhado em campos de refugiados no Líbano, que descreve como "pequenos estados" tal é a escala que

atingem, Oldoz explica de forma consternada o estado de espírito que vivem os palestinianos. "O estado de espírito deles? Qualquer um consegue perceber isso. Se vives aprisionada e estás inocente, vives numa prisão no teu país, que nem é um país, é um pedaço de terra... Onde não há cuidados de saúde, onde 95% da água está contaminada, onde não há escolas, nem educação, nem trabalho, a electricidade só vem três ou quatro horas por dia e nunca sabes quando vem, que estado de espírito seria o teu? Não é uma vida digna de viver. Estão dois milhões de pessoas naquele pedacinho de terra. É fisicamente impossível imaginar quantas pessoas ali vivem. E metade são bebés, crianças, sem esperança." É esperança que Oldoz lhes quer levar. No cais do *Freedom*, onde conversamos, circulam tripulantes com cordas e coletes, nos afazeres que um veleiro cheio de esperança exige. No cais de cima do *Al Awda*, ao lado, fala Youssef.

Youssef é filho do homem nascido nas costas de um burro no dia da Nakba. Ele e outro tripulante são os únicos palestinianos a bordo, e, para além de Oldoz, os únicos árabes. Os pais de Youssef cresceram em campos de refugiados no Líbano, "mas conseguiram sair enquanto se podia sair", explica o jovem de cabelos encaracolados e sorriso largo. Os avós paternos conseguiram juntar dinheiro suficiente para que o pai de Youssef fosse estudar Medicina para o Egipto, e depois de este se ter feito cirurgião e ter ido trabalhar para o Dubai, trouxe a família para se juntar a ele. A mãe de Youssef já nasce no Líbano, e perde o seu pai aos onze anos, quando é raptado por libaneses. Youssef nasce no Dubai e com dez anos vai com os pais para a Nova Zelândia. A família materna está toda na Austrália, onde está também a avó, "que ainda é viva, com todos os seus filhos, netos e bisnetos". Foi uma história de vitória para esta família palestiniana. Mas é uma história muito diferente para muitas outras famílias.

Al Awda e Freedom: "O Regresso" e "Liberdade". São os nomes dos dois barcos que até dia 22 de Junho estiveram ancorados na Marina de Cascais, e rumaram até Gaza. Um veleiro e uma velha traineira escandinava aguardavam, pacientes, a hora de voltarem a fazer-se ao mar.

"Nunca estive em Gaza ou na Palestina, na minha vida. E é por isso que não quero ir na última parte da viagem. Há duas razões pelas quais não quero ir: a primeira razão é porque quero ir à Palestina como turista, e se fizer esta última parte da viagem automaticamente fico banido de visitar Israel ou a Palestina durante 10 anos. Não quero esperar outros dez anos, quero visitar tão cedo como possível, idealmente em setembro ou outubro. A segunda razão é que os meus pais fizeram-me prometer que eu não ia na última parte da viagem. Estão muito preocupados comigo."

Youssef e todos os outros tripulantes sabem que as pessoas palestinianas que estejam a bordo das embarcações, se e quando forem abordadas pelas tropas israelitas, são tratadas de forma muito mais violenta. Tal como Oldoz dizia, ser árabe aos olhos de um soldado israelita é perigoso. "Já perguntei a muitos veteranos, e pela experiência deles, independentemente do que diz o teu passaporte, se o teu último nome soa como sendo do Médio Oriente, ou pareces ser do Médio Oriente, podes ser tratado de forma diferente. É um regime racista e todos sabemos isto. Eu sou a única pessoa árabe no *Freedom*, todos os outros são suecos ou canadianos ou americanos. Estão preocupados pelas razões correctas. E devo dizer que os israelitas são tratados de forma diferente também. Não só os árabes. São tratados como traidores."

Mas preocupa-o mais a ausência de mais pessoas árabes nesta Flotilha e nesta causa. Não encontra uma explicação plausível para isso a não ser o receio que é incutido nas pessoas de países árabes no que diz respeito a manifestações políticas – especialmente "a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos, o Dubai, o Bahrein", enumera. Confessa que o preocupa a ideia de ser travado no aeroporto, ao regressar ao Dubai, e que lhe perguntem o que é que ele andou a dizer e porquê. Youssef olha para a Palestina e para Gaza com um olhar muito mais esperançoso que Oldoz. "É chocante e inspira respeito ver como eles praticam a vida em Gaza. Os miúdos vão à escola todos os dias com roupas limpas. É inimaginável a força com que lutam. E isso é mais uma razão para eu lutar por eles também. Queremos ir lá, furar o embargo, vamos sem carga, sem armas, sem comida, sem remédios, somos só nós e os nossos barcos. Queremos ir dizer olá aos nossos amigos em Gaza. A nossa única carga é esperança e os próprios navios."

A violência de Israel persiste, entre o simbólico e o homicida

A terceira parte desta nossa história não se conta com raios de sol, nem ondas cintilantes em Cascais. A tripulação da Flotilha da Liberdade saiu de Cascais e parou em mais cinco portos europeus, a caminho de Gaza. A última paragem foi em Palermo, onde os tripulantes fizeram uma formação de resistência pacífica, contando com a abordagem das forças israelitas. Todo e cada um dos tripulantes com quem o MAPA falou disseram o mesmo: sabiam que iriam ser travados e vítimas de abordagem, mas isso não os travaria.

Foram mais cinco semanas de viagem desde que desancoraram de Cascais até chegarem perto de Gaza. A 3 de Agosto, o *Al Awda* é travado a 42 milhas náuticas de Gaza. A 5 de Agosto, a 49 milhas o *Freedom* conhece o mesmo destino. Escreveram os tripulantes no site da Flotilha:

"Antes de todas as nossas comunicações eletrónicas serem cortadas de e para o nosso barco, pelo menos quatro navios de guerra já tinham aparecido. Após algumas directivas ilegais via rádio para o nosso capitão e a nossa insistência de que temos o direito de passagem inocente em águas internacionais, soldados mascarados e armados abordaram o '*Al Awda*' sem permissão. Agrediram vários participantes desarmados e usaram *tasers* quando alguns dos participantes tentaram legalmente resistir a este desvio, recorrendo aos dois dias de treino de resistência não-violenta em Palermo. Outros participantes foram agredidos pelos soldados neste exercício das Forças de Ocupação Israelitas que foi tudo menos pacífico, por tudo que possam considerar como 'razões'."

Ainda em águas internacionais, sob bandeiras sueca e norueguesa, e exercendo o seu direito de passagem inocente, mais de 30 tripulantes foram agredidos, retidos e sequestrados pelas forças israelitas. Em condições normais, dir-se-ia que foram detidos, mas nada nas circunstâncias que se viveram foi normal. A Divina, sueca e mãe de duas crianças, com problemas de saúde crónicos, foi-lhe apreendida a sua medicação, conforme relatou dias mais tarde na sua página de Facebook. Foram retirados cartões bancários e telemóveis a todos os activistas retidos, e alguns estiveram encarcerados mais de três dias.

Entretanto, todos os activistas foram libertados e deportados, e estão de regresso a casa. Os dois navios foram apreendidos. Os palestinianos encarcerados em Gaza não conseguiram nem sequer vislumbrar a traineira e o veleiro que vinham firmes no seu caminho para ancorarem nos seus portos.

A terceira parte desta nossa história não é o fim dela. Esta é uma história que continuará a ser contada, dia após dia, ano após ano, até que Israel levante o cerco a Gaza e a toda a Palestina. Mas é uma história que se afigura longa. Em Julho, o Parlamento Israelita aprovou uma lei que descreve Israel como sendo "o estado-nação do povo judeu", que unifica Jerusalém como capital de Israel, e que coloca o hebreu como idioma oficial do país, acima do árabe. O massacre cometido pelas forças israelitas que dura desde Março, quando começa a Grande Marcha do Retorno, a 30 de Março, protagonizada por palestinianos que reivindicam o seu direito a regressarem a casa, já ceifou a vida a pelo menos 164 manifestantes – todos eles desarmados – e já feriu mais de 18 mil pessoas.

Enquanto o cerco a Gaza e a violência contra o povo palestiniano persistir, certamente mais e mais pessoas irão tentar furar o bloqueio. Por mar, por terra, pelos *media*, pela política, pelos parlamentos, pela força, pelos tribunais. O certo é que a Palestina não está esquecida. Afinal, Youssef ainda tem que ir dizer "Olá" aos seus amigos em Gaza.

Europa-Fortaleza
Fronteiras abertas à xenofobia

A política fronteiriça e migratória da União Europeia, que não é mais do que um percurso de cedência à agenda de extrema-direita, teve uma actualização em Junho, em Conselho Europeu, que mantém a lógica recente de securização e externalização de fronteiras sem preocupações humanitárias, abrindo cada vez mais portas para a instalação definitiva de discursos e práticas xenófobas.

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

No auge da chamada «crise de refugiados», em 2015, houve mais de um milhão de pessoas que tentou entrar em território europeu através do Mediterrâneo. Este ano, que já vai bem para lá de meio, esse número desceu para 41 mil. Apesar desta diminuição drástica das chegadas de refugiados, a forma de a União Europeia (UE) lidar com as migrações que têm o seu território como destino continua a estar na ordem do dia dos seus dirigentes.

A cedência dos partidos tradicionais à agenda da extrema-direita, que se traduz na incorporação de preocupações e, inevitavelmente, discursos xenófobos em alturas de campanha, trouxe o «medo do migrante» para as vidas das pessoas que não o tinham. A política de fronteiras da UE, os seus discursos securitários e as suas aplicações belicistas não fazem menos pela expansão duma narrativa em que esse medo construído é facilmente transformado em rejeição e ódio.

Consciente de que quem faz bem esse trabalho de fecho de fronteiras e de expulsão de estrangeiros é a extrema-direita, não se pode estranhar que uma grande parte do eleitorado europeu, por exemplo em Itália, Hungria, Alemanha, França, Áustria, Polónia, República Checa ou Eslováquia, onde a questão dos migrantes, ou refugiados, foi tema principal nas eleições, se tenha virado para partidos dessa área ideológica.

A UE já sujara as mãos de sangue pela quantidade de pessoas que, graças às suas políticas fronteiriças, se entregam a traficantes, acabam em redes de escravatura, são aprisionadas ou violadas por milícias e exércitos, ou naufragam e morrem num caminho que é cada vez mais perigoso. Conseguiu, com isso, que o número de migrantes a chegar a costas europeias diminuísse cerca de 95% em relação ao pico atingido em Outubro de 2015. Talvez não haja menos pessoas a tentar chegar à Europa. O que acontece é que um grande número delas, em grande parte fruto de acordos entre a UE os chamados «países de trânsito» de migrantes, acaba por nem chegar perto do continente europeu e fica retido pelo caminho.

Esta higienização das praias europeias, esta externalização do sofrimento, não é, no entanto, suficiente para a turba xenófoba e para a burocracia que pretende manter-se no poder a qualquer custo. A turba quer mais e a burocracia segue-a fiel, legitimando-a e dando-lhe ânimo, numa espiral cujas perspectivas não são animadoras. Sinais como a proibição de ONGs efectuarem salvamentos de migrantes em perigo no mar não auguram, na verdade, mais do que horizontes sombrios.

Em suma, até agora, o esforço para filtrar e deter migrantes não desejados foi feito por políticos do centro liberal e parte da justificação para o fazerem era o de estas políticas, desagradáveis e indesejáveis, serem necessárias para impedir um retrocesso populista de extrema-direita. Hoje, muito graças a isso, a chegada de políticos dessa área ideológica ao poder de vários Estados aumentou a sua influência desmesuradamente. E, se até aqui, o objectivo era o de fingir que o problema não existia, agora é o de implementar um sentimento de crise e pânico que transforme estes migrantes em ameaça concreta à existência da própria ideia de Europa.

Do Aquarius ao Conselho Europeu

No início de Junho passado, o navio Aquarius, que transportava 629 migrantes resgatados no mar pelas organizações SOS Mediterranée e Médicos Sem Fronteiras, foi impedido de aportar em Itália, em violação da regra que dita que o porto seguro mais próximo o deveria acolher. Matteo Salvini, ministro da administração interna italiano, de extrema-direita, aproveitava a situação para ganhar e demonstrar força para o Conselho Europeu sobre políticas de migração que decorreria dali a dias, mais precisamente entre 28 e 29 de Junho.

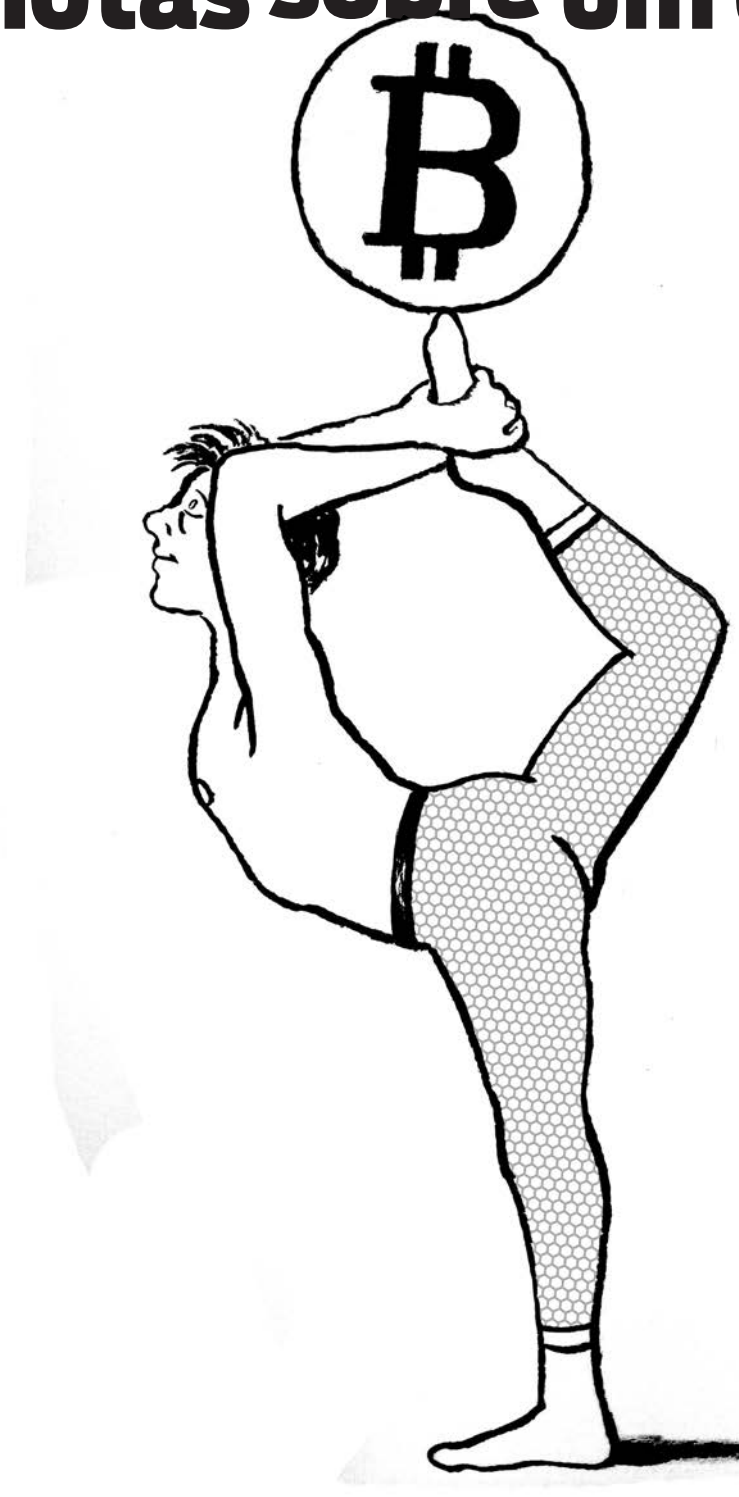
Nessa cimeira, com um ponto de partida tão radicalizado, os resultados foram os que tinham sido cozinhados nas vésperas. Medidas de ainda maior fechamento de fronteiras externas através da sua crescente militarização e do aumento do poder da Frontex tanto em termos de pessoal como de abrangência de mandato. Adiamento de reformas internas relativas a asilo. Aprofundamento da política de acordos, principalmente com países africanos a que a UE dá dinheiro em troca de retenção de migrantes. E um, no mínimo controverso, plano de instalação de centros de «desembarque» fora do espaço europeu, provavelmente em Estados costeiros do norte de África, para «processar» migrantes resgatados no mar e distinguir entre «requerentes de asilo» (que podem ficar enquanto o processo de pedido de asilo se desenrola) e «migrantes económicos» 8que são imediatamente enviados de volta).

Este plano é perigoso por várias razões. A ideia da obrigação de o porto seguro mais próximo acolher refugiados parece ser substituída por essa outra de devolução à costa africana, de onde partiram, para Estados onde a noção de «seguro» é bastante criativa. Por outro lado, a separação entre «migrantes bons» e «migrantes maus», concedendo-lhes direitos tão manifestamente diferentes, parece uma táctica clássica de divisão de quem tem interesses comuns, uma divisão que, no caso, tanto alterará comportamentos entre os migrantes como entre as populações que possam vir a recebê-los. Para além de que é fundamental entender-se que um «migrante económico» não é menos «refugiado» do que um «requerente de asilo».

Este tipo de políticas tem, assim, implicações que não se limitam aos direitos dos migrantes que tentam chegar mas que se alargam às decisões institucionais que se tomarão nos próximos anos e que terão um impacto profundo nos que já cá estão a tentar construir uma vida nova. Cavalgando esta onda, será fácil a imposição de agendas que utilizem a imigração para impor uma ideia de nação baseada no privilégio étnico e, consequentemente, na rejeição de estrangeiros. Para já, enquanto todos os quadrantes, mais liberais ou mais de extrema-direita, propõem soluções que olham para os migrantes como seres indesejáveis cuja segurança ou direitos vêm em segundo lugar, o caminho está aberto.

Falta um discurso e uma atitude que recorde o argumento básico de que os direitos dos migrantes são, antes de mais, direitos humanos. Que poucas pessoas migrariam se, nos seus locais de origem, tivessem oportunidade de sobrevivência. E que, por muito que os Estados queiram moldar a forma como os humanos se movem pelo mundo, a verdade é que esse não é um direito que lhes assiste, muito menos quando o preço a pagar é a morte de tanta gente. Essa é a mensagem que transmitem as *okupas* gregas que servem de abrigo a migrantes e também todas as pessoas e organizações que, diariamente, apoiam refugiados, se opõem às condições hostis das fronteiras da UE e às suas políticas neo-coloniais. Uma realidade que se vê no terreno mas cuja voz política é inexistente ou silenciada.

Breves notas sobre um evento cómico



JÚLIO SILVESTRE
JULIOSILVESTRE@JORNALMAPA.PT
ILUSTRAÇÃO: TIAGO BAPTISTA

Decorreu a 19 e 20 de Julho, na Alfândega do Porto, um colóquio auto-denominado Anarcha Portugal, que a subtítulo seria o "primeiro colóquio mundial de livre-pensadores". Do programa ficamos a saber que estiveram presentes mais de 25 oradores, para debater temas como o futuro das criptomoedas, a tecnologia blockchain, economias circulares, soberania pessoal ou permacultura. Num apelo destinado maioritariamente a empresários, start-ups, e entusiastas da revolução digital, o dito programa adornava respeitáveis chavões: "descentralização consciente", "ecossistemas regenerativos", "sustentabilidade", "pensar fora da matriz". Para o elenco foram convidadas várias personalidades, entre as quais, directores executivos ligados à nova cripto-economia, Vít Jedlika, presidente da Liberlândia, ou Walter Block, um prosélito do chamado "anarco"-capitalismo. Na lista de fiadores deste inverosímil colóquio, estavam por coincidência, várias empresas ligadas à Bitcoin, o Partido Pirata, ou o Instituto Mises, um think tank português dedicado à divulgação das teorias da Escola Austríaca de Economia.

A oferta multidisciplinar de palestras e workshops terá elucidado aqueles que lá estiveram sobre como alcançar uma sociedade pacífica, voluntária, e auspiciosa, uma verdadeira "re-evolução" material e espiritual que está a chegar. E não era para menos, no programa constava que se reuniriam as "mentes mais abertas" em diversas áreas de estudo, do tantra às ciências sociais, ou às filosofias governativas, discutindo esses temas na presença de artistas, programadores, desenhadores, e "especialistas do bem-estar"[1]. Aqueles que comprassem o bilhete teriam ainda como oferta massagens de relaxamento, sessões de ioga, uma festa de dança "descentralizada" e até cripto-comediantes...

Não fossem os traços burlescos deste colóquio e pouco mais haveria para acrescentar a um evento que, ao estilo da Web Summit, encontra em Portugal um ambiente óptimo para o turismo high-tech, pela presença de finórios anfitriões, que adulam a figura do investidor, bem como tudo o que entoa novidade e vislumbra negócio. Mas o Anarcha Portugal merece mais consideração, trata-se afinal de um evento de "livre-pensadores" que discutem ideias e trazem propostas "visionárias", como o leitor se dará conta ao longo deste texto.

Já viu um porco a andar de bicicleta?

O termo "anarco"-capitalismo foi cunhado nos Estados Unidos, por Murray Rothbard, em meados do século XX, e refere-se a uma ideologia que propõe um determinado sistema político e económico onde todas as funções do Estado, incluindo o direito e a segurança, são serviços fornecidos por empresas privadas, num suposto mercado de livre concorrência. Por outras palavras, a ideia não é terminar o aparato coercitivo do Estado como a polícia, os tribunais ou o exército, mas transferir essas funções para a "iniciativa privada". No programa está também a abolição de toda a propriedade pública e comunal, através da privatização de estradas, rios, praias ou florestas…

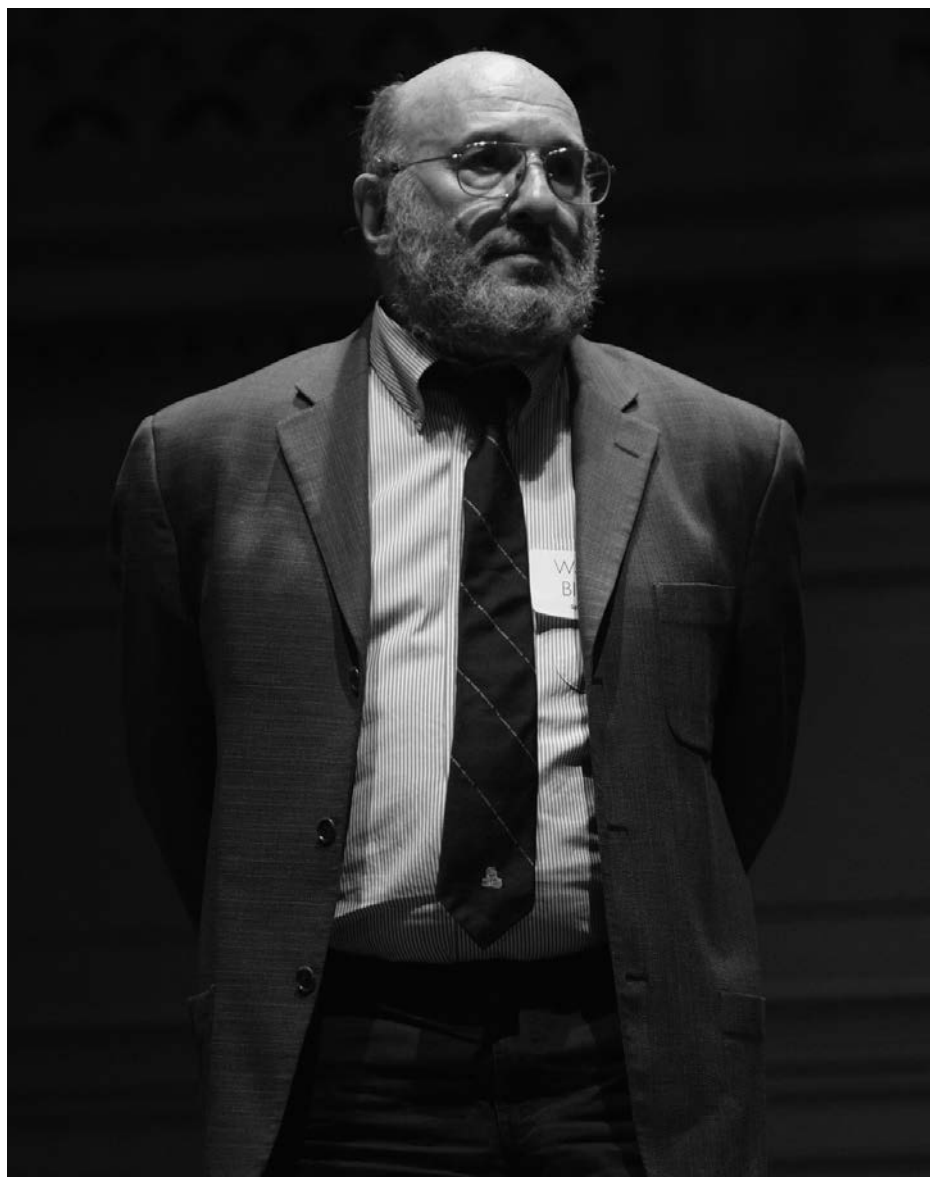
> Nos Estados Unidos a partir dos anos 70, o termo "libertário", utilizado há mais de um século como sinónimo de "anarquista", passou a estar associado aos defensores do capitalismo de "livre mercado"

Começando pela designação, estamos logo à partida perante um paradoxo, basta olhar para a etimologia das palavras: anarchos, do grego, significa "ausência de governante", "ausência de lei", ou "ausência de autoridade". É preciso ter muita imaginação para conceber uma economia capitalista a funcionar nestas condições! Também a definição de "capitalismo" que esta corrente emprega, descrito como um mercado livre feito de transacções pacíficas e voluntárias, é igualmente incorrecta. Ignora as condições políticas que historicamente permitiram que este sistema se desenvolvesse e estão inscritas na sua identidade: a necessidade permanente da violência do Estado para garantir o seu funcionamento e expansão, principal motivo de guerras, invasões e conflitos. Não é por acaso que parte das propostas "anarco"-capitalistas estão centradas na aplicação da lei[2], e na forma como o mercado pode fornecer esses serviços...

Rothbard foi aluno do economista austríaco Ludwig von Mises, derivando o seu invento a partir das teorias económicas associadas a esta escola, a qual preconiza a supremacia da "liberdade individual", entendida em exclusivo, como liberdade de mercado. Esta concepção de "indivíduo" resume-se a uma versão do homo economicus, uma espécie de criatura atrofiada que sobrevive apenas na racionalidade dos mercados. Da mesma família, embora mais contido e razoável, o economista e filósofo Friedrich Hayek, encontrou nas ditaduras de Pinochet e Salazar[3], importantes referências para o exercício dessas "liberdades"... Rothbard foi contudo mais criativo: deduziu que a melhor forma de pôr em prática essas teorias, seria a total privatização do Estado. Para isso decidiu misturar elementos do liberalismo clássico, e recuperar selectivamente, fora de contexto, algumas ideias de conhecidos anarquistas americanos[4], pervertendo claro, a sua interpretação e sentido.

Depois de trazido à vida este Frankenstein das ideologias políticas, que mais precisamente se apelidaria de "novo feudalismo", a confusão estava lançada. Nos Estados Unidos a partir dos anos 70, o termo "libertário" utilizado há mais de um século como sinónimo de "anarquista"[5], passou a estar associado aos defensores do capitalismo de "livre mercado". Ironicamente esta estirpe está nos antípodas do pensamento anarquista, que apesar da sua pluralidade, sempre se posicionou com veemência e sem margem de equívoco na tradição anti-capitalista. Por outro lado isto não faz mossa à "esquerda", pois normalmente demoniza o anarquismo, entre outras razões pela sua oposição ao Estado, principal instrumento para a "libertação" dos povos, arrogando-se como única alternativa ao liberalismo.

Aproveitando a ambiguidade das palavras, estes novos "libertários" tentam forjar como emancipadora uma ideologia que tem por base a plutocracia. Daqui se



Walter Block, figura proeminente do "anarco"-capitalismo, discípulo de Murray Rothbard e Robert Nozick, e um dos principais convidados do Anarcha Portugal, afirma que partindo de fundamentos "libertários" seria legítimo uma família pobre vender os seu filhos a pedófilos ricos – o único crime perante o direito "libertário" estaria no não cumprimento do contrato.

entende que nessa cartilha nada venha sobre hierarquia, poder ou privilégio. No seu sistema, "soberania individual" é apenas para indivíduos proprietários, vítimas da "tirania" dos impostos; escravatura assalariada é o resultado das escolhas individuais, da ordem espontânea dos mercados… Por tabela, aqueles que não se submeterem aos protocolos estabelecidos pelos "direitos naturais" dos proprietários, ou pelas ofertas do mercado, entrarão em conflito com as "agências privadas de segurança", responsáveis pela manutenção da lei e da ordem "libertária"! Portanto, uma sociedade pacífica e voluntária…

Até há pouco tempo, o "anarco"--capitalismo resumia-se a meia dúzia de economistas, alucinados com o mecanismo dos preços, sem expressão significativa fora do meio académico. Entretanto, com o crescimento da internet e a proliferação da Bitcoin, passou a ter outros partidários, na sua maioria empresários ligados ao desenvolvimento desta tecnologia, ou simplesmente investidores com falta de escrúpulos e demais delinquentes financeiros, a precisar de uma justificação para a suas actividades. Claro que existem outras criptomoedas, desenhadas a partir de um modelo bem diferente da Bitcoin, em que o seu uso não permite a especulação, nomeadamente aquele feito pelas cooperativas integrais (6), em que a moeda não é por si uma mercadoria, mas um meio de facilitar as interacções dos membros da cooperativa. Mas isto não parece interessar ao Anarcha Portugal…

A rapaziada liberal que só pensa em paz e amor

Walter Block, membro sénior do Instituto Mises no Alabama, foi uma das cabeças de cartaz do colóquio. É actualmente uma das figuras proeminentes do "anarco"-capitalismo, continuando o legado de Murray Rothbard e Robert Nozick. Num dos seus ensaios[7] assume explicitamente a defesa de "contratos voluntários de escravidão", desde que estabelecidos com um "aperto de mão". Segundo o professor de economia, este é um contributo para «fortalecer o libertarianismo, tornando-o internamente mais consistente». Sem dúvida um contributo notável, assim ficamos todos mais elucidados sobre as intenções de tal ideologia! Mas Block vai mais longe e dá-nos exemplos, cenários possíveis sobre a essência do seu ideal. Num dos seus livros[8] classifica proxenetas, polícias corruptos, chantageadores e agiotas, como "heróis económicos" que beneficiam as comunidades… Noutro ensaio[9] afirma que partindo de fundamentos "libertários" seria legítimo uma família pobre vender os seu filhos a pedófilos ricos – o único crime perante o direito "libertário" estaria no não cumprimento do contrato…

A propósito do colóquio ter acontecido na cidade do Porto, e dos processos de gentrificação que têm assolado a cidade, convém partilhar com o leitor outra brilhante asserção do professor: «a gentrificação torna o mundo um lugar melhor». Num texto[10] inicialmente escrito com esse título, vai discorrendo sobre a superioridade moral de investidores e proprietários que «contribuíram mais para todos os outros do que os pobres», apresentando a especulação imobiliária como uma manifestação legítima das virtudes do laissez faire e da autonomia dos mercados… É comum na retórica desta estirpe ignorar a intervenção do Estado, por exemplo nas expulsões, ou nas decisões das autarquias que favorecem os negócios imobiliários. Acrescentando à lista de barbaridades, numa palestra que apresentou numa universidade de Baltimore[11], W. Block asseverou que as mulheres e os negros recebem salários mais baixos porque produzem menos…

> É comum na retórica desta estirpe ignorar a intervenção do Estado, por exemplo nas expulsões, ou nas decisões das autarquias que favorecem os negócios imobiliários

Outra das hilariantes personagens convidadas pelo Anarcha Portugal foi Vít Jedlicka, fundador e actual presidente da Liberlândia, eleito em 2015 com dois votos[12] – o da esposa e o de um colega! Para o empreendimento do país "mais livre do mundo", o político e analista financeiro inspirou-se em vários países, onde considera existir grande "liberdade económica", como a Suíça, o Liechtenstein, Hong Kong ou Singapura… Durante o evento, Vít Jedlicka foi orador num risível painel intitulado "o caminho para as sociedades sem estado" que mais honestamente se poderia chamar "o caminho para os paraísos fiscais". Não admira portanto que os pedidos de cidadania se multipliquem, e também não é difícil adivinhar o perfil dos seus requerentes… Na definição do seu presidente, a Liberlândia governa-se por um sistema de mérito no qual quem mais paga tem mais direito de voto… De igual modo, quem mais "ajuda" o "país" com doações em dinheiro ou Bitcoins, poderá usar esses "méritos" para reclamar cidadania - um verdadeiro sistema de "vistos gold" de fazer inveja a muitos diplomatas!

Não deixa de ser curioso que no mesmo evento se reúnam os "activistas pela paz" de Tamera, gurus da espiritualidade Nova Era e estas sinistras figuras, bajuladoras de uma ideologia perniciosa, que tem por base a redução de toda a actividade humana a relações de mercado. O que traz ao mesmo colóquio severos apologistas da privatização dos recursos naturais e da lógica extractivista, consultores da permacultura e eco-psicólogos?

Vender gato por lebre

«O Porto foi anarca por dois dias» era o título de uma notícia que saiu no Diário de Notícias, referindo-se ao cómico evento. Das duas uma: ou o jornalista não fez o trabalho de casa e escreveu tudo o que lhe disseram, ou a "lavagem" foi propositada. Às duas estamos habituados… Para aqueles que levaram a banhada e lá foram enganados, é de mencionar que a cidade do Porto tem um vasto historial de presença libertária. Basta relembrar a última feira anarquista do livro, que aconteceu em Março passado em vários espaços da cidade, e os temas que lá foram abordados; ou as várias experiências de ocupação de edifícios devolutos e as lutas contra a especulação imobiliária; e as livrarias, associações e colectivos que durante todo o ano dinamizam na cidade eventos diversos, e que há muito estão de portas abertas a debates e discussões, longe da frivolidade das modas e da realidade virtual…

NOTAS

1 *wellness experts*. Isto estava mesmo escrito na página web do evento!

2 Do inglês, *Law enforcement*.

3 É conhecida a carta de aconselhamento escrita por Friedrich Hayek a Salazar, bem como os elogios tecidos ao regime de Augusto Pinochet. Margaret Thatcher considerava-o um "guia espiritual".

4 Benjamin Tucker e Lysander Spooner.

5 150 years of Libertarian, The Anarchist FAQ Editorial Collective, 2008

6 Pesquisar por Cooperativa Integral Catalã

7 Toward a Libertarian Theory of Inalienability, W. Block, The Journal of Libertarian Studies, 2003.

8 Defending the Undefendable, W. Block, 1976.

9 Libertarianism vs Objectivism, Reason Papers, Vol. 26, 2000.

10 Gentrification Makes the World a Better Place, W. Block, LewRockwell.com, Fev. 2015

11 Injustices in the Politics and Economics of Social Justice, W. Block, Loyola College, 2008.

12 Welcome to Liberland, the World's Newest Country (Maybe), Gideon Lewis-Kraus, nytimes.com, 11-08-2015

CooperAcção ao Sul de Portugal

Ecos de uma rede de redes em germinação

A ideia, mesmo se vaga, é clara: reconhecer possibilidades concretas de cooperação e estabelecer ligações entre pessoas e organizações do Sul do país interessadas em agir nesse sentido. A estratégia passa por auscultar interesses e disponibilidades, visibilizar iniciativas e necessidades, e mobilizar acções de «co-criação comunitária». Entendida como o despoletar de um processo – sem grandes promessas ou prescrições – a iniciativa oferece pistas para quem quer compreender, estabelecer ou fortalecer redes comunitárias noutras partes do território.

TEXTO: SARA MOREIRA
SARITAMOREIRA@GMAIL.COM
FOTOS: DORA SIMAY
MAPA: ANSELMO CANHA

«Who is in my network,
What links us, to be exact?
Better ask to understand
the force
that cuts through rock the
water's course
and binding like to like
makes also opposites attract.»
Susan Saxe – *"**Ask a stupid question**" in **Reclaim the earth***

«Mobilizar para ver o que acontece», como quem abana uma árvore para ver se a fruta cai – é a imagem que ocorre após ouvir uma breve apresentação da iniciativa CooperAcção ao Sul de Portugal.

Somos dez pessoas sentadas à volta de uma mesa no fresco da Oficina São Luís, em Odemira. Há papéis, canetas, post-its, cartazes, um mapa, melancia e água fresca. Falamos em português, mas metade de nós como língua estrangeira. O espaço comunitário alberga o núcleo regional do Grupo de Acção e Intervenção Ambiental (GAIA Alentejo), onde o facilitador da sessão, Jose Donado, está a desenvolver o seu Serviço Voluntário Europeu desde Novembro de 2017. Temos pouco mais de duas horas para uma primeira abordagem à análise dos dados de um inquérito que pretendia auscultar «possibilidades de cooperação» e endereçar um «convite ao activismo comunitário» na região.

A iniciativa – «continuamente co-criada por muita e diversa gente» – surge a partir de uma série de visitas que o voluntário galego de 23 anos fez a diversas comunidades da região e onde pode vivenciar e conversar sobre o tanto que está a ser feito pelo Baixo Alentejo: pessoas que cuidam da terra, do espírito e da comunidade – cultivando, curando, alimentando, criando – disseminando ideias e práticas que guiam um estilo de vida mais sustentável. Como potenciá-las em comum?

«Os objectivos principais eram criar pontos de encontro entre as diferentes pessoas com interesses em comum, promovendo a criação de projetos comunitários. E ajudar as pessoas com necessidades a encontrar quem pudesse satisfazer estas necessidades dentro da própria comunidade», fomentando assim a auto-suficiência local, explica Jose sobre o embrião de projecto que pretende reconhecer e aprofundar esse sentido possível de comunidade.

> A extensão do território alentejano, o choque de culturas entre novos e velhos habitantes e a diversidade linguística que hoje caracterizam o ecossistema local são factores que podem estar a dificultar a almejada cooperação

Não é a primeira investida com a intenção de estabelecer ligações entre pessoas e iniciativas da região: a CooperAcção ao Sul constrói-se aliás em diálogo com redes já estabelecidas, como a Rede Cooperar (ReCo), com enfoque na produção e distribuição agro-alimentar (ver Jornal Mapa nº 8, Dezembro de 2014), e a Regional Network e o seu Mapa da Autonomia Regional no Sul de Portugal, iniciado em meados de 2016 num encontro de comunidades em Tamera e que reúne hoje cerca de 130 iniciativas de produtores, fornecedores e espaços comunitários da região (https://tinyurl.com/mapaautonomiasul).

Lançado em Junho de 2018 pelo GAIA Alentejo, o inquérito CooperAcção ao Sul de Portugal constrói-se sobre essas e outras iniciativas, actualizando-as e tentando aprofundá-las, em prol de uma «comunidade mais resiliente, sustentável, eficiente, participativa e auto-organizada».

O que está a ser feito? O que falta fazer? Como podem as pessoas com vontade de cooperar estar mais perto umas das outras? Quais os interesses e necessidades comuns? O que dificulta a cooperação? Como contornar as barreiras? O que poderia uma rede de redes, "como organismo maior", fazer em conjunto?

(In)visibilidades e suas (im) possibilidades

«Reconhecer as possibilidades» passa por mapear as necessidades e recursos existentes da região. Foi esse um dos gatilhos definidos na preparação conjunta do inquérito: «precisamos de dar visibilidade ao que na rede já existe e do que há necessidade, para assim criar domínios de interesse que vão favorecer o bem comum».

Partindo de um conjunto concreto de iniciativas afins, bastante centradas em São Luís, o convite ao activismo comunitário passava então por dar a conhecer parte daquilo que já está em curso. Longe de representar um quadro completo das iniciativas comunitárias existentes na região, a lista partia claramente das afinidades de quem impulsionou a convocatória, deixando embora espaço para que outras pudessem vir a integrar. De fora fica «um número de iniciativas informais não declaradas que não tem contacto ou website», como apontou um dos participantes sobre a necessidade de vivência continuada no território para (re)conhecer (quanto mais compreender) a complexidade do ecossistema.

À sua forma, a CooperAcção ao Sul abre com modéstia um espaço para que este entrosamento possa continuar a ser facilitado – convidando à submissão, actualização e mapeamento colectivo de iniciativas que queiram integrar a rede regional.

Cooperar em quê? Complementos directos para a acção

Apresentada como «instinto humano», nem para todos é imediato o significado de cooperação neste contexto alargado – «participação activa» é outra ideia que à partida levanta dúvidas entre os participantes. Para além de dar visibilidade a uma série de iniciativas abertas à comunidade, desvendando desse modo algumas possibilidades concretas de cooperar e participar, fazem-se também avanços na procura das necessidades individuais no colectivo, sejam elas materiais, sociais ou intelectuais.

Começando pelas coisas simples como os intercâmbios de línguas, a partilha de boleias, as ajudadas no campo, ou a ligação entre potenciais espaços comunitários e dinamizadores de oficinas de diversas artes e ofícios. Ou a feliz coincidência entre quem produz alimentos de proximidade e quem tem cozinhas locais gratas por poder servi-los à sua clientela.

Para identificar os interesses comuns e aqueles em que as pessoas gostariam de participar activamente, foi feito um levantamento a partir de temas genéricos considerados relevantes, desde a água e alimentação, às formas de organização social e governança. O consumo e produção agrícola local foi o tema mais consensual entre os participantes, com potencial para resultar na prática de forma mais imediata (através da integração na base de dados local da ReCo, onde produtores e consumidores já se ligam através das suas ofertas e das suas necessidades). As questões da ecologia e do meio-ambiente também estão visivelmente no centro das

Quadro-resumo dos resultados do inquérito

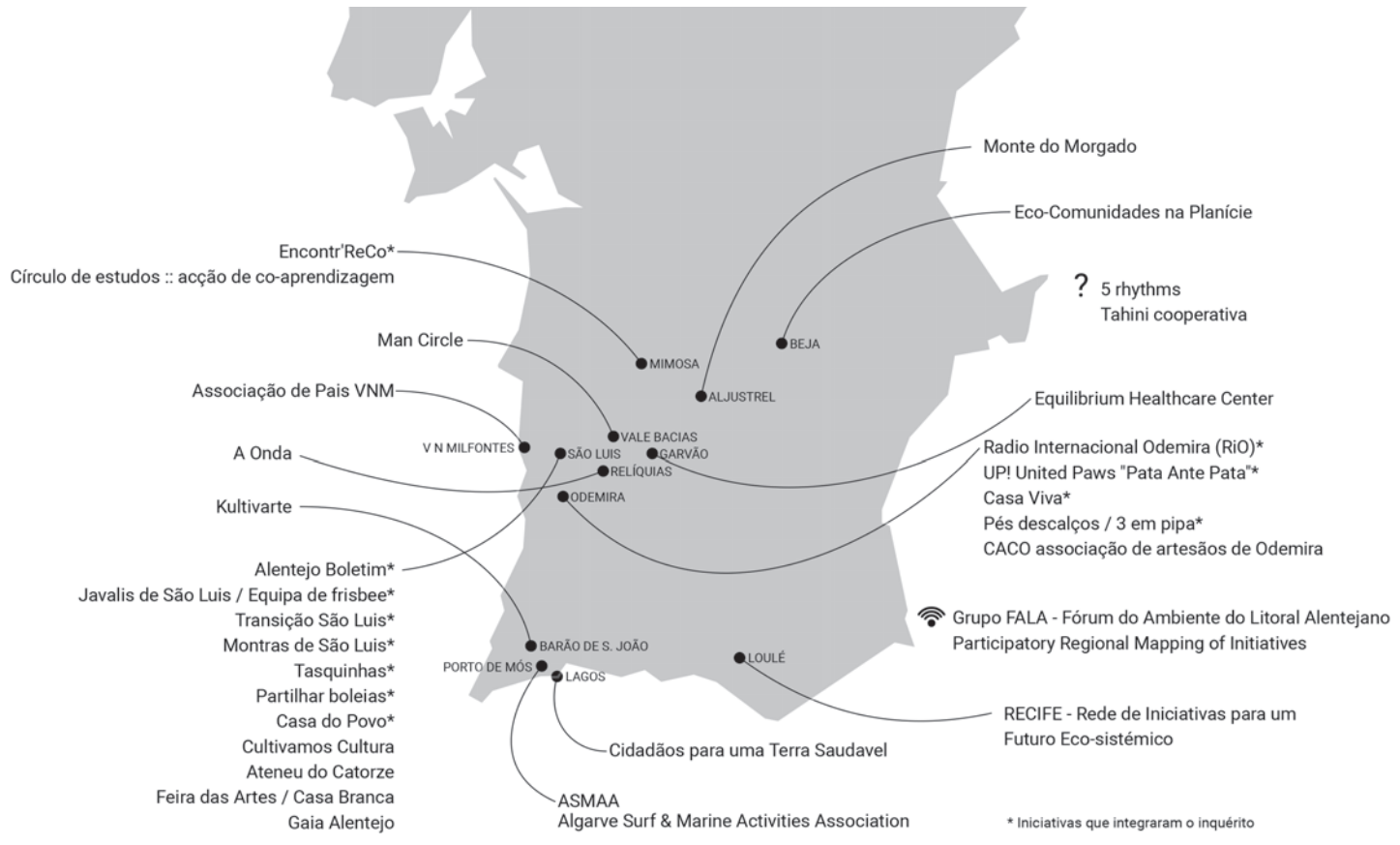
O inquérito CooperAcção ao Sul de Portugal foi lançado a 7 de Junho de 2018, e em pouco mais de um mês recebeu 99 respostas através da internet ou em papel. A poucos dias do fecho desta edição recebemos os dados em bruto em primeira mão.

Cerca de 60 participantes são residentes em Odemira, o concelho com maior área de Portugal e foco da atenção deste inquérito. Mas também houve várias contribuições de outras zonas do Alentejo e do Algarve. No que toca a representatividade etária e de género, 54 participantes identificaram-se como mulher e 39 como homem; mais de metade das participantes têm entre 31 e 50 anos de idade. Muitos são novos rurais, outros já se sentem locais, alguns voluntários temporários, poucos alentejanos de gema. A comunidade em estudo é fortemente internacional, com cerca de metade dos participantes oriunda de catorze países e quatro continentes – incluindo Alemanha, Israel, Reino Unido, Marrocos, Argentina e Brasil.

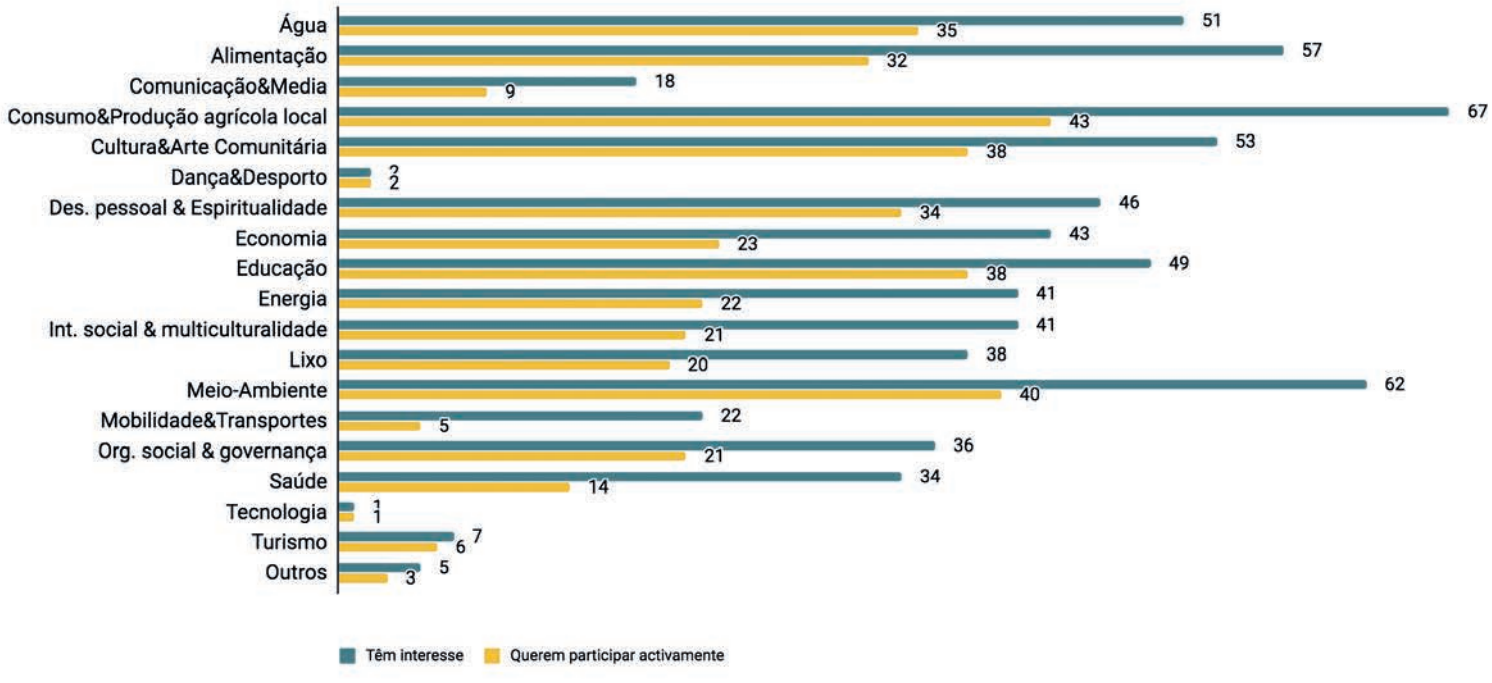
Sobre as barreiras linguísticas que podem estar a impedir o avanço da cooperação, 75% dos inquiridos que não têm o português como língua materna afirmaram que gostariam de aprendê-la. No sentido inverso, 57% dos falantes de português gostariam de usufruir das possibilidades da rede para aprender novas línguas.

Numa região mal servida de transportes públicos e onde as distâncias entre montes e localidades pesam por vezes nas solas («é já ali!»), a utilidade de uma rede de boleias também se revelou interessante para os inquiridos, com um quarto dos participantes a indicar disponibilidade regular para partilhar transporte, e cerca de 40% com disponibilidade irregular.

> Mapa de Iniciativas Abertas à Comunidade



> Interesses comuns e vontade de participar activamente



preocupações comuns, bem como a arte e a cultura comunitárias. Estes temas que movem a maioria serão os que mais provavelmente poderão resultar em grupos de reflexão-acção. O que fazer então com as minorias que apontam questões gritantes, como a «escravatura», a ameaça do fracking e o uso de glifosato nas estufas no Parque Natural?

O síndrome das capelinhas, o «tabu dos camones» e outras barreiras à cooperação

A extensão do território alentejano, o choque de culturas entre novos e velhos habitantes, e a diversidade linguística que hoje caracterizam o ecossistema local, são factores que podem estar a dificultar a almejada cooperação.

No terreno percebe-se rapidamente a existência de uma certa fragmentação social, marcada por fossos de linguagem (oral ou cultural) que separam comunidades distintas: entre as falantes e não-falantes de português, ou entre os novos rurais e os «indígenas» locais. Abordar as questões da(s) língua(s) e do envolvimento com a comunidade local foi portanto objecto de especial interesse.

Manter a chama acesa

> «Cabe a cada um de nós apreciar em que medida – por menor que seja – podemos contribuir para a criação de máquinas revolucionárias capazes de acelerar a cristalização de um modo de organização social menos absurdo que o atual.»
> Félix Guattari, ***Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo***

Adoptando a metodologia da sociocracia para a tomada de decisões consensuais, numa sessão dinamizada no mês de Maio no Monte Mimo definiu-se colectivamente o «pensamento base do processo» da CooperAcção ao Sul de Portugal. Um dos pontos assentes foi a percepção da dificuldade em manter vivo este tipo de processos a longo prazo. Falou-se de experiências passadas e em curso, e de «um sentido de distanciamento, que se manifesta na falta de envolvimento nas tarefas de manutenção da rede».

Trata-se do trabalho reprodutivo de cuidar da rede e nutrir a comunidade – muitas vezes invisível e pouco apoiado – mas fundamental para manter oleada a engrenagem de qualquer associação.

Por agora, a activação de diferentes grupos de trabalho para dar continuidade à CooperAcção já está em curso, nomeadamente no que toca a análise de dados, programação web e mapeamento de iniciativas. A comissão de organização do evento de apresentação que deverá acontecer no final de Setembro também já iniciou trabalhos. Neste evento, ainda com local e data a definir, serão apresentados os resultados do inquérito, e pretende-se explorar possibilidades reais de cooperação, ligando pessoas e projectos com interesses comuns – para além de celebrar esse exercício salutar de convocar a comunidade a reflectir sobre ela própria.

Exercício esse que tem despertado o interesse de outras comunidades em outros territórios, com vontade de adaptar o processo às suas realidades locais. Talvez a imagem não fosse do abanão da árvore para ver se a fruta cai, mas sim da pedra rasa lançada sobre a superfície do charco, provocando um movimento de ondas que se propagam concentricamente – como réplicas que abrem a possibilidade de círculos de redes a várias escalas.

A evolução do projecto pode ser acompanhada no blog do GAIA Alentejo (gaiaalentejo.wordpress.com) e na página de Facebook CooperAcção.

Notas sobre Biopolítica H+

ctr11300

PARTE III

κοινωνία
ILUSTRAÇÃO TIDI

I develop the concept of «delirium» as a way of understanding the biotechnological project of reinventing life beyond the limit.
This delirium, I argue, is inseparable from the dynamics of contemporary debt imperialism and the role of the United States within it.
Desenvolvo o conceito de *delirium* como uma forma de compreender o projecto biotecnológico de reinventar a vida para além do seu limite.
Este *delirium*, segundo creio, é inseparável da dinâmica de um imperialismo de dívida contemporâneo e do papel que os Estados Unidos nele desempenham.
Melinda Cooper, *Life as Surplus*

De acordo com Melinda Cooper, a situação actual apresentaria profundas diferenças relativamente ao paradigma biopolítico descrito por Foucault. A normatividade teria dado lugar à excepção e à ideia de excedente. Vários acontecimentos nos servirão para delinear a cronologia das transformações epistémicas e pragmáticas, científicas e tecnológicas, políticas e económicas que nos permitirão contextualizar as notícias recentes acerca dos avanços biomédicos, que como chuva caem na comunicação social.

Comecemos nos anos setenta, no decorrer dos quais diversos processos encontraram um ponto de convergência que foi também um ponto de viragem radical.

Com o fim do sistema áureo, decidido pela administração Nixon em 1971, e com a sua substituição pelos sistemas de câmbios flutuantes, dissolveram-se todos os padrões institucionais de medição do valor da moeda. Enquanto o padrão-ouro permaneceu em vigor, argumenta Cooper, os limites políticos e económicos da nação americana foram estritamente circunscritos. Foi o padrão-ouro que impediu os Estados Unidos de terem deficits excessivos na balança dos pagamentos, uma vez que as nações estrangeiras podiam sempre cobrar dinheiro em excesso por ouro. Como nação, os Estados Unidos eram suportados por uma base pelo menos nominal, e as relações internacionais tinham uma garantia convencional para a troca de valores. A partir de 1971, estando os bancos estrangeiros impossibilitados a trocar os seus dólares pelo ouro, nenhuma outra opção lhes foi deixada que não fosse a compra de títulos do Tesouro dos EUA. Por outras palavras, os países que detinham um excedente de dólares só podiam fazer uma coisa com eles - comprar dívida do Tesouro dos EUA, colocando-os na posição de estender um empréstimo contínuo ao governo dos EUA, cuja dívida, entretanto, crescia proporcionalmente. Ter-se-ia estabelecido, desde então, uma dinâmica segundo a qual o endividamento é imposto como factor incontornável do imperialismo capitalista norte-americano, factor que, como demonstra o estudo de Michael Hudson, se pretende que seja sem fim e sem reparação.[1] Depois de cerca de 30 anos, durante a presidência de G.W. Bush, o Tesouro dos EUA tinha uma dívida internacional de mais de 60 biliões de dólares, um deficit que financia não só o seu comércio, mas também o seu governo federal. A análise de Hudson - enfatiza Cooper - parece levar à conclusão inquietante de que o Estado americano é rigorosamente desprovido de fundamento, uma vez que a possibilidade da sua contínua auto-reprodução passou a coincidir com a temporalidade da sua dívida perpétua. Em termos económicos, então, a própria ideia de nação americana tornou-se puramente promissória ou fiduciária - exige fé e promete redenção, mas ao fim das contas recusa-se ao seu cumprimento. A sua dívida crescente já está renovada, assim que se aproxima da redenção - já nasceu de novo antes de poder chegar a termo: «A América é o não-nascido renascido de novo» (referência ao movimento anti-aborto do fundamentalismo evangélico: «A direita evangélica nascida de novo é renascida como uma cruzada para salvar o nascituro»). O imperialismo da dívida dos EUA vai-se reproduzindo com um esquecimento absoluto da realidade. Este é o *delirium* da dívida como forma do capital, que permite que o capital se reproduza num reino de pura promessa, em excesso relativamente

Com a criação, também em 1971, do NASDAQ como primeiro mercado electrónico constituído por uma rede de computadores, autoriza-se a inclusão de toda uma gama de activos intangíveis e especulativos, como as carteiras de patentes de produtos ainda não comercializados, na cotação dos títulos da bolsa.

aos limites reais da Terra, operando entre os pólos da exaustão total e da maníaca superprodução, da obsolescência prematura e da promessa de excedente.

Outros autores citados por Cooper, os economistas políticos Michel Aglietta e Regis Breton (2001)[2], sustentaram que a liberalização financeira inicial, nos Estados Unidos, inaugurou um novo «regime de acumulação dominado pelas finanças», no qual a avaliação dos lucros futuros se torna o factor decisivo para a determinação do preço corrente. Giovanni Arrighi[3] argumenta que as medidas da contra-revolução monetarista de 1979-82 tiveram o efeito de canalizar os fluxos da finança global para os dólares e para o mercado dos EUA. A enorme capacidade de, a partir dos anos 90, investir na I&D ligada às ciências da vida derivaria destas manobras institucionais. Os mercados financeiros tornaram-se a efectiva condição generativa da produção. Na verdade - conclui a Cooper - «promessa» é o elemento fundamental da produção pós-fordista; é o que permite que a produção permaneça num estado de permanente auto-transformação, armando-a com capacidades para responder às circunstâncias mais imprevisíveis, para antecipar e escapar ao possível «limite» do seu crescimento, muito antes de este se atualizar.

Com a criação, também em 1971, do NASDAQ (*National Association of Securities Dealers Automated Quotation*) como primeiro mercado electrónico constituído por uma rede de computadores, autoriza-se a inclusão de toda uma gama de activos intangíveis e especulativos, como as carteiras de patentes de produtos ainda não comercializados, na cotação dos títulos da bolsa. Nos anos oitenta, com a administração Reagan, houve uma reforma para a promoção da propriedade intelectual como elemento estratégico do futuro económico do EUA, com o intuito de longo prazo de incorporar todos os tipos de produtos e processos biológicos no âmbito das invenções patenteáveis. Em 1980 foi emanado o *Patent and Trademark Amendments Act* (ou *Bayh-Dole Act*), com o qual se preparou o cenário para as alianças público-privadas, decididamente empresariais, que viriam a caracterizar todo o campo da pesquisa em ciências da vida nas décadas sucessivas. Doravante, instituições e laboratórios de ciências financiados publicamente não só deveriam ser autorizados, mas obrigados a patentear os resultados de suas pesquisas. Essas patentes, inicialmente financiadas pelo sector público, poderiam então ser exploradas de forma privada pelos detentores das patentes, que poderiam optar por emitir licenças exclusivas a grandes empresas privadas, entrar em *joint ventures* ou criar as suas próprias empresas de *start-up*. A lei *Bayh-Dole* deu efetivamente origem a uma nova personagem académica, o empreendedor científico, e a uma nova forma de aliança público-privada, a *joint venture*, em que académicos e capitalistas de risco se juntam para comercializar os resultados da pesquisa financiada pela tesouraria pública. Um elemento crucial para o sucesso dessas alianças público-privado na ciência da vida foi o surgimento de formas de investimento essencialmente incertas e de alto risco.

Na esteira da precedente ausência, no direito americano, de uma clara distinção entre invenção e descoberta, da extrema liberalização do mesmo durante a era Reagan, e da série de acordos internacionais sobre o comércio e as medidas alfandegárias, negociados desde 1947 nos *rounds* do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) – em cuja fundação participaram 23 países, e que foi instituído pela *Conference on Trade and Employment* das Nações Unidas –, finalmente, em 1994, no *Uruguay Round*, que desde 1986 trabalhara com a participação de 123 países, foi criada a WTO (*World Trade Organization*), o árbitro e guardião, enfim, o juiz e o polícia das novas regras do jogo mercantil codificadas nos TRIPs (*The Agreement on Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights*).[4] Este acordo forja o quadro legal para a futura indústria do conhecimento, nomeadamente, no que diz respeito à regulamentação dos domínios informáticos e biotecnológicos. Um código dos códigos, ou seja, do *software* e dos genes. A «economia da criatividade» ficara regulamentada e, ao mesmo tempo, libertara-se a produção de excedentes a partir de processos digitais e vitais ou, recorrendo a um neologismo, «digitovitais».

Desta forma, conclui Cooper, o modelo de comércio do mercado de acções trabalhou em conjunto com a evolução da jurisdição das patentes para institucionalizar o mercado, essencialmente promissório, das inovações biomédicas e biotecnológicas. Flanqueadas pelos dispositivos regulamentais que facilitaram os investimentos especulativos de alto risco, as promessas contidas nas tecnologias digitovitais tornaram-se um sector estratégico da biopolítica neoliberal do **H+**. A indústria *biotech* americana resultara de decisões políticas, institucionais e legislativas que criaram as condições para que um promissório mercado viesse à luz. Justamente, a este intervencionismo e proteccionismo do governo americano, nomeadamente, mas não apenas, no que diz respeito à recente viragem tecnocientífica da economia pós-fordista (repare-se que o prefixo pós- não implica o fim da indústria em massa, mas apenas a sua absorção num sistema mais complexo), se refere o título *Lo stato innovatore. Sfatare il mito del pubblico contro il privato*, de Marianna Mazzucato. Segundo esta estudiosa, desde os tempos dos seus fundadores, os EUA estão dilacerados entre duas tradições políticas, uma descendente do pensamento «intervencionista» de Alexander Hamilton (1755-1804), disputada pelos partidários do mote de Thomas Jefferson (1743-1826) «o governo que governa melhor é o que menos governa». Fiéis à sua mentalidade pragmática, argumenta a Mazzucato, os americanos teriam deixado o controle da retórica aos jeffersonianos, e o controle da política económica aos hamiltonianos. Após a vitória na Segunda Guerra Mundial, o governo federal apressou-se a pôr em prática as recomendações contidas no relatório de Vannervar Bush de 1945, que invocava programas regulares de apoio público a pesquisas científicas. No período pós-guerra, o Pentágono trabalhou em estreita colaboração com outras organizações de segurança, como a AEC (*Atomic Energy Commission*)[5] e a NASA (*National Aeronautics and Space Administration*). As colaborações entre diferentes órgãos do Estado levaram ao desenvolvimento de tecnologias como computadores, jactos, energia nuclear civil, lasers e biotecnologias. A DARPA, criada em 1958 em resposta ao lançamento, pelos russos, do satélite Sputnik, com 3 biliões de dólares por ano e 240 funcionários, funciona como mediadora para agilizar sinergias entre a pesquisa académica e o desenvolvimento de tecnologias para as forças armadas. A DARPA é uma encarnação da biopolítica tecnocientífica do **H+**, em que o governo direcciona recursos para áreas específicas, abre novas oportunidades e regula as interacções entre operadores públicos e privados envolvidos no desenvolvimento tecnológico e comercial. Além de criar contactos entre os vários actores da rede, reunindo pesquisadores universitários e empresários interessados em criar uma nova empresa, conectando *start-ups* e *venture capitals*, encontrando empresas para comercializar uma determinada tecnologia ou ajudando uma empresa a adquirir contratos públicos para apoiar o processo de comercialização, trabalha para aumentar o número de cientistas e de engenheiros activos em certos sectores, propiciando, a longo prazo, o aceleramento do progresso técnico.[6] Depois da revolução informática, encaminhada nas décadas de 60 e de 70, logo se foi preparando a revolução *biotech*.

A DARPA é uma encarnação da biopolítica tecnocientífica do H+, em que o governo direcciona recursos para áreas específicas, abre novas oportunidades e regula as interacções entre operadores públicos e privados envolvidos no desenvolvimento tecnológico e comercial.

NOTAS:

1 M. Hudson, Super Imperialism: The Origin and Fundamentals of U.S. World Dominance, London: Pluto, 2003; Global Fracture: The New International Economic Order, London: Pluto Press, 2005.

2 M. Aglietta, R. Breton, «Financial Systems, Corporate Control, and Capital Accumulation», Economy and Society 30, no. 4: 433-66, 2001; M. Aglietta, A Orlean, La monnaie: Entre violence et confiance, Paris, Odile Jacob, 2002; eds. La monnaie souveraine, Paris, Odile Jacob, 1998.

3 G. Arrighi, «The Social and Political Economy of Global Turbulence», New Left Review 20: 5-71, 2003.

4 A respeito do TRIPs a Cooper remete-se às seguintes obras: S.K. Sell, Private Power Public Law: The Globalization of Intellectual Property Rights, Cambridge: Cambridge University Press, 2003; P. Drahos, J. Braithwaite, Information Feudalism: Who Owns the Knowledge Economy?, London: Earthscan Publications, 2002.

5 Para a história de como esta entidade promanou no desenvolvimento institucional da ecologia de ecossistemas (o estudo das interações biótico-abiótico e do fluxo de nutrientes num ecossistema), e de como a junção de teoria evolucionária e ecologia se realizou mediante o esforço para enfrentar a presença da incerteza nos modelo estacionários e de auto-regulação, veja-se o capítulo Ecology and the Atomic Age em J.B. Hagen, An Entangled Bank: The Origins of Ecosystem Ecology, New Brunswick, N.J.: Rutgers University Press, 1992.

6 F. Block, «Swimming Against the Current: The Rise of a Hidden Developmental State in the United States», Politics & Society, Vol 36, Issue 2, 2008; E.R.H. Fuch, «Rethinking the Role of the State in Technology Development: DARPA and the Case for Embedded Network Governance», Research Policy, Vol. 39, pp. 1133-1147, 2010.

Código laboral
Os planos da precariedade

ZNM
ILUSTRAÇÃO CATARINA SANTOS

Em novembro de 2015, o Partido Socialista (PS) assinou uma série de acordos bilaterais com o Bloco de Esquerda (BE), o Partido Comunista Português (PCP) e os Verdes (PEV). O principal fim era viabilizar um acordo parlamentar que lhe permitisse formar governo e, consequentemente, impedisse uma solução governativa à direita encabeçada pelo Partido Social-Democrata (PSD), vencedor das eleições legislativas. As posições conjuntas dos diversos partidos assumiam a vontade de «virar a página» das políticas de austeridade dos últimos anos, impostas no contexto da intervenção da Troika (Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e Comissão Europeia) em Portugal.

O conjunto de medidas consensualizadas entre PS e BE incluía a execução de um «Plano de Combate à Precariedade», a ser definido por um grupo de trabalho composto por deputados de ambos os partidos. Cerca de um ano depois, as principais linhas deste plano viriam a ser apresentadas: reforço da ação da Autoridade para as Condições do Trabalho, combate aos falsos «recibos verdes» e alterações ao regime contributivo dos trabalhadores independentes, limitação dos contratos a prazo e do recurso ao trabalho temporário ou diminuição da precariedade na administração pública.

Um processo contraditório

Ao longo dos últimos anos, caracterizados por uma conjuntura económica de crescimento, algumas destas medidas foram, de facto, implementadas. Para quem trabalha a «recibo-verde», por exemplo, não só passou a ser mais fácil aceder ao subsídio de desemprego, como o regime contributivo passou a implicar uma menor taxa e a assegurar uma maior compatibilidade com os rendimentos atuais. Ao nível do setor público, o governo iniciou o Programa de Regularização Extraordinário dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP), destinado à eliminação progressiva de trabalho precário nos organismos públicos e à passagem de trabalhadores com funções permanentes a contratos igualmente permanentes. Por fim, mais recentemente, o parlamento aprovou vários diplomas a restringir o âmbito, a duração e a renovação dos contratos a termo certo e de trabalho temporário.

Contudo, a introdução destas medidas tem decorrido num processo, no mínimo, paradoxal, dado que inclui políticas orientadas por um objetivo completamente distinto. As alterações ao código laboral propostas pelo PS a partir do acordo de concertação social (assinada pela União Geral de Trabalhadores e confederações patronais), e cujo avanço dependeu da abstenção do PSD, vêm impor o alargamento quer dos contratos de curta duração (até 35 dias) a qualquer setor económico-produtivo, quer do período experimental dos contratos permanentes para os 180 dias (cerca de 6 meses), bem como um regime de penalização do abuso de contratos a prazo que, à mercê de diversos condicionalismos (por exemplo, o estabelecimento da média da contratação a prazo por setor como critério), acaba por ser inconsequente. As anteriores medidas parecem assim ser compensadas por novos dispositivos de contratação temporária. Ao mesmo tempo, algumas das reformas laborais aprovadas pelo governo anterior, como a da redução dos custos de despedimento, foram completamente ignoradas, não tendo sido objeto de qualquer tipo de alteração.

> Estes números traduzem um impasse que abrange a política laboral do atual governo, a «geringonça» que a sustém e a lógica institucional que lhes é subjacente.

A incoerência, no entanto, ocorre tanto no plano formal, como no material. A par dos atrasos, a execução do PREVPAP em diversas áreas, como a saúde ou o ensino superior, tem-se pautado pela exclusão de trabalhadores precários, com base no argumento do cariz temporário das suas funções e independentemente do número de anos de serviço. Durante este período, o Estado continuou a contratar trabalhadores a recibo-verde, aumentando o seu número para cerca de 18 000 (mais 14,6% do que no ano anterior). Desta forma, terá contribuído para a tendência, ao nível do mercado de trabalho, de redução de contratos permanentes em detrimento de vínculos precários e mal remunerados[1].

Estes números traduzem um impasse que abrange a política laboral do atual governo, a «geringonça» que a sustém e a lógica institucional que lhes é subjacente. Neste sentido, não deixam de refletir as limitações inerentes a uma ação que, limitada a negociações e acordos de bastidores, deixa o terreno das relações socio-laborais entregue às empresas.

E, apesar de tudo...

Ao longo dos últimos meses ocorreram greves em diversas áreas, da educação à saúde, passando pelos transportes e logística. Entre estas, por corresponder a um setor onde a precariedade é a regra e pelo menor enfoque mediático que mereceram, destacam-se várias greves em call-centers. No passado dia 2 de julho, os trabalhadores da Manpower do contact-center da EDP em Seia realizaram uma paralisação de 24 horas. Esta iniciativa surge na continuidade de uma greve organizada em início de maio deste ano e que contou com uma adesão de cerca de 75% dos 600 trabalhadores desta Empresa de Trabalho Temporário (ETT). Convocadas pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Actividades do Ambiente do Centro Norte (SITE-CN), ambas as ações visaram o aumento das remunerações mensais, limitando-se o valor do salário ao mínimo definido por lei (580 euros), e a integração dos trabalhadores na EDP[2].

Mais a sul, em Setúbal, dezenas de funcionários da Teleperformance pararam o trabalho durante três horas, concentrando-se à frente da empresa. A greve parcial, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Call-Center (STCC), reflete as condições de trabalho típicas destas empresas, adotando como principais objetivos o aumento dos salários base, a contratação direta de todos os operadores com vínculo à ETT Emprecede, o alargamento dos prémios de assiduidade ao universo dos trabalhadores e o fim do assédio moral exercido pela administração da Teleperformance[3]. O mesmo tipo de exigências mobilizou os operadores de call-center da companhia de seguros Fidelidade, em Évora, parte dos quais exercem o seu trabalho através da empresa Newspring Services. A greve, ocorrida no passado dia 28 de maio, foi convocada pelo Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins (Sinapsa), constituindo a resposta ao recurso abusivo a contratos precários (alguns com mais de uma década), à inconstância dos horários e aos baixos salários[4].

Por fim, no passado dia 5 de julho, os trabalhadores da Konecta Lisboa, responsáveis pela prestação de serviços de call-center da Vodafone Espanha, suspenderam o trabalho durante uma hora e manifestaram-se à frente do local de trabalho. A greve resulta do despedimento de três operadores que são membros ativos do STCC. A convocatória da ação refere que «Empresas como a Konecta usam e abusam do facto dos trabalhadores não conhecerem as leis ou a língua do pais, de forma a impor mais precariedade e um verdadeiro terrorismo psicológico». (5) Além de demonstrar solidariedade para com os colegas despedidos, a iniciativa foi igualmente motivada pela defesa do aumento salarial na ordem de 50 euros, de um vínculo permanente após um ano de serviço e do pagamento integral de horas extraordinárias e dos dias de feriado.

NOTAS

1 https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/documentos/barometro/16BarometroCrises_Novo_emprego.pdf

2 https://www.facebook.com/csmanpowergroup/posts/1795493053823383

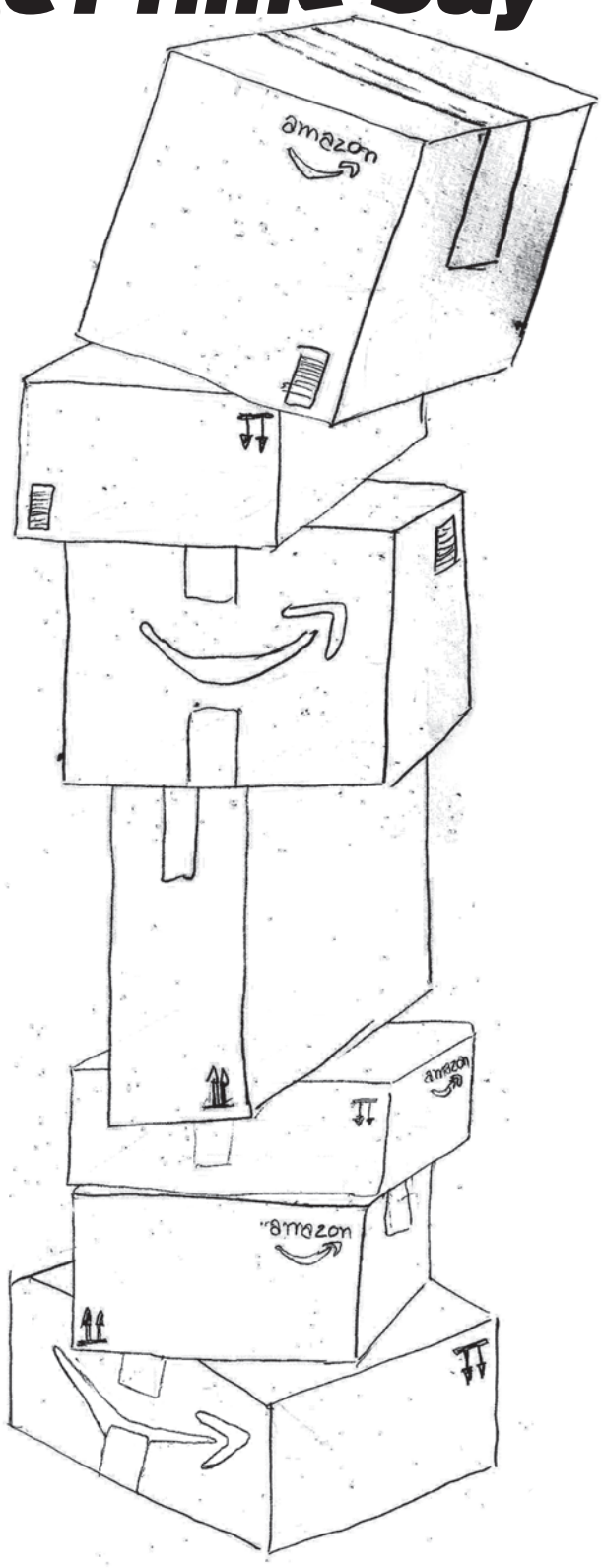
3 https://taslogado.wordpress.com/2018/05/06/greve-teleperformance-de-setubal-8-de-maio-2018/

4 https://www.abrilabril.pt/trabalho/trabalhadores-da-fidelidade-exigem-o-fim-dos-contratos-precarios

5 https://taslogado.wordpress.com/2018/07/01/trabalhadores-da-konecta-lisboa-em-greve-contra-perseguicao-sindical-e-por-direitos-5-de-julho-2018/

Madrid: greve dos trabalhadores da Amazon atinge *Prime Day*

ZNM
ILUSTRAÇÃO CATARINA SANTOS



No passado mês de julho, os trabalhadores do centro logístico da Amazon em San Fernando de Henares (Madrid) realizaram uma greve de três dias, exigindo alterações ao acordo coletivo de trabalho. Convocada por Comissiones Obreras (CCOO), Unión General de Trabajadores (UGT) e Confederácion General del Trabajo (CGT), a paralisação do trabalho ocorreu durante os dias 16, 17 e 18 de julho, de forma a afetar o *Prime Day*, uma campanha anual de descontos que envolve um aumento exponencial do volume de vendas.

O acontecimento insere-se num processo de mobilização verificado desde o início deste ano em defesa de um novo acordo coletivo e contra a adesão da empresa ao convénio provincial de transporte e logística. A acontecer, esta implicaria um retrocesso em termos de salários, remunerações de horas extraordinárias e trabalho noturno, baixa por doença e carreira (com o congelamento das categorias intermédias). Perante tal, e conforme a vontade expressa de 75% dos trabalhadores reunidos em plenário, uma greve de dois dias foi marcada para 21 e 22 de março, a qual contou com a adesão de 98% dos trabalhadores, segundo dados avançados pelos sindicatos.

O trabalho na Amazon

Embora o sucesso tenha resultado especificamente da tentativa de implementação de uma série de medidas, bem como de uma postura de relutância em relação a processos negociais da parte da empresa, a elevada participação na greve deve-se ao modelo de produção aplicado pela Amazon nos seus centros logísticos.

Fruto da articulação entre gigantescas infraestruturas físicas e aplicação de tecnologias digitais na sua organização e gestão[1], o trabalho surge enquadrado num sistema *neotaylorista*. Além da redução da ação do trabalhador a uma série de tarefas estandardizadas, como acontecia na linha de montagem das velhas fábricas industriais, o seu estrito cumprimento é assegurado por um aparelho de vigilância tecnológico, a partir do qual o nível de produtividade é calculado e sujeito a avaliação à luz dos objetivos definidos pela administração. O relato de um dos delegados sindicais da unidade de San Fernando de Henares menciona a monitorização de todos os gestos, «para que não tenhas de mover os teus pés durante 8 horas por dia, enquanto te dedicas a tarefas de embalagem («*pack*», com uma produção de até 3-4 artigos por minuto, dependendo do tamanho) ou à receção de mercadorias («*receive*», aguardando a chegada de uma caixa com itens pequenos que possam elevar a sua produção diária individual)»[2]. Os resultados alcançados por cada trabalhador são, por sua vez, comunicados por capatazes ao longo da jornada de trabalho. O imperativo cumprimento das metas de produção é responsável quer por elevados níveis de stress psicológico, quer por problemas de saúde física, provocados pelo carregamento de pesos. De acordo com os dados avançados pelas CCOO, 50% dos trabalhadores apresentam lesões, chegando a taxa de absentismo por baixa a atingir os 18%[3].

> Fruto da articulação entre gigantescas infraestruturas físicas e aplicação de tecnologias digitais na sua organização e gestão, o trabalho surge enquadrado num sistema *neotaylorista*

Apesar de se tratar de uma empresa líder de mercado, propriedade do magnata Jeff Bezos, atual líder do ranking de bilionários da Forbes, os salários das categorias inferiores é equivalente aos praticados noutros centros logísticos, correspondendo a um valor inferior à média da remuneração a nível nacional, cerca de 23 000 euros brutos anuais. Por fim, importa referir que entre 30 a 40% da força de trabalho se encontra empregada através de empresas de trabalho temporário (ETT), como a Adecco ou a Manpower. O recurso a este dispositivo laboral permitiu, inclusivamente, que 100 trabalhadores temporários fossem alvo de retaliação após a greve, tendo sido informados por correio eletrónico da não renovação dos seus contratos semanais. Tal situação, aliada ao início da aplicação do convénio setorial a partir de 1 de abril, conduziu a greves parciais no dia 18 de maio, as quais contaram com 65% de adesão dos trabalhadores de turno[4].

A greve de julho

Por esta altura, o comité de empresa da Amazon, composto por delegados de vários sindicatos, já pensava num próximo passo a realizar. Perante o fracasso das negociações, nas quais se exigiam aumentos salariais e a assinatura de um novo acordo de empresa, este viria a ser dado nos dias 16, 17 e 18 de julho, numa ação coordenada a nível europeu. O seu objetivo, segundo a convocatória de apelo a uma greve europeia**5**, era evitar que a produção de um centro logístico em greve fosse deslocada para outra unidade e, ao mesmo tempo, impedir o sucesso do *Prime Day*.

A participação, conforme esperado, foi maior entre os trabalhadores permanentes – com 80% a recusar-se ao trabalho – do que no seio dos operadores temporários, receosos da possibilidade de um cenário semelhante ao dos 100 colegas anteriormente dispensados. Cientes dos efeitos da precariedade ao nível da mobilização, a Amazon terá contratado nas semanas anteriores mais de três centenas de trabalhadores através de ETT. A greve ficou ainda marcada por uma carga policial contra um piquete informativo durante uma mudança de turno, a qual terá provocado feridos e duas detenções sob a acusação de atentado contra a autoridade, desordem pública e desobediência.

Na Alemanha, cerca de 3000 trabalhadores de seis centros logísticos aderiram igualmente à greve. Nas unidades polacas, face a uma legislação repressiva, vários trabalhadores realizaram greves de zelo, limitando a sua produtividade ao mínimo requerido[6].

NOTAS

1 Ao ponto de uma grande parte do lucro da empresa ter origem no aluguer de plataformas cloud (Amazon Web Services), o qual inclui servidores informáticos, ferramentas de software ou aplicações. Nick Srnicek, Platform Capitalism, Cambridge, polity, 2017, p. 84.

2 Marc Blanes, «"Vas flojo, solo el 80%": crónica de un día en un almacén de Amazon». https://www.elsaltodiario.com/laboral/vas-flojo-solo-el-80-cronica-de-un-dia-en-un-almacen-de-amazon

3 Nahiara Alonso, «La protesta laboral contra Bezos prende en Europa». https://elpais.com/economia/2018/07/20/actualidad/1532105579_797649.html

4 Amazon en lucha, «El almacén de Amazon en San Fernando de Henares vuelve a detenerse durante 6 horas debido a las huelgas parciales». https://amazonenlucha.wordpress.com/2018/06/02/el-almacen-de-amazon-en-san-fernando-de-henares-vuelve-a-detenerse-durante-6-horas-debido-a-las-huelgas-parciales/

5 Amazon en lucha, «Llamamiento a una huelga europea frente a Amazon». https://amazonenlucha.wordpress.com/2018/05/16/llamiento-a-una-huelga-europea-frente-a-amazon/

6 Libcom, «Amazon Strikes on Prime Day». https://libcom.org/news/amazon-strikes-prime-day-21072018

O futebol e o seu mundo, o erro de jogar à defesa e os ataques fora de jogo

JORGE VALADAS
JOVALAD@CLUB-INTERNET.FR

Após a vitória no Mundial, um milhão de jovens desceram à rua nas grandes cidades francesas num delírio irracional de patriotismo machista e futebolístico. Nos Champs Elysées em Paris a «festa» acabou com as tradicionais pilhagens de comércios de luxo e com os confrontos com a polícia, e mais de 300 jovens foram presos. Confirmou-se uma vez mais que só em raros momentos a juventude alienada e precarizada dos bairros periféricos tem acesso a estes lugares exclusivos. Um jovem, a quem se pedia um comentário sobre esta parvoíce colectiva, respondeu sem hesitação ao jornalista: «Assim vamos ser felizes durante um mês». Está tudo dito, «durante um mês»! Mais claro do que isto não se pode ser sobre o ambiente de vazio e de frustração, de ausência de perspectivas, que tem infectado toda uma sociedade. Uma semana depois o quotidiano cinzento retomou os seus direitos e a tristeza voltou aos rostos.

Um dos vectores deste ambiente pesado é o sentimento de derrota social permanente que se vive em França. Que vai do fatalismo à resignação. E, já que só se perde, que haja pelo menos a oportunidade de festejar com quem nos podemos identificar e que é bem pago para ganhar. A recente onda de greves em França, que afectou os caminhos-de-ferro, as universidades, os hospitais e os correios, desenrolou-se mais uma vez num cenário pessimista. Como se se pressentisse que o jogo estava feito, como se a vitória dos gestores do poder fosse imparável. Aquilo a que os militantes chamam «resistência», mais não é que a vã atitude defensiva das velhas organizações ditas «operárias», que produz desilusão nos que lutam e alimenta a arrogância dos que governam. As derrotas acumuladas, os recuos e as concessões acabam por deixar uma marca profunda na consciência social. E os que continuam a opor-se à ordem económica e ao seu cortejo de desastres humanos, à corrida mortífera do mundo capitalista, não podem deixar de se interrogar sobre as instituições e formas de acção que reproduzem estes falhanços e estas derrotas sucessivas. Por isso mesmo, lutas como a da ZAD de Notre Dame des Landes, que conseguiu o abandono do projecto do aeroporto, ganham um relevo particular. Na medida em que mostram a capacidade de afrontar de outra maneira o sistema, revelam as suas falhas e fragilidades. Elas valorizam capacidades de iniciativa, de criatividade e de acção colectiva espontânea, fora dos quadros burocráticos, abrem perspectivas de uma vida que deseja ser vivida de outra forma. Não se trata de mais uma resistência, que apenas propõe a defesa do que é já insuportável, trata-se de uma resposta em forma de proposta positiva. Isto explica por que razão os trabalhadores, revoltados pela arrogância capitalista e desarmados pela falência do velho movimento operário e das organizações que dele se reclamam, encontram referências e motivação nestes novos movimentos, nas acções directas e no novo imaginário. Voltaremos ao assunto mais adiante.

A greve dos ferroviários franceses em defesa do serviço público dos transportes começou no princípio de Abril de 2018 e veio ilustrar, uma vez mais, a ineficácia das antigas organizações sindicais perante os ataques capitalistas e a fraca capacidade de reacção autónoma dos trabalhadores. O calendário de uma greve intermitente, imposto pelos grandes sindicatos sem discussão preliminar dos trabalhadores, foi apresentado como uma táctica destinada a proteger a energia e os meios financeiros dos ferroviários. Na realidade ela submeteu-os às decisões das direcções sindicais, planificou com antecedência o ritmo da greve e constituiu um passo atras na experiência de luta neste sector, onde, desde as grandes greves de 1980, os movimentos eram organizados a partir de assembleias abertas a todos os trabalhadores. A desmobilização foi crescendo, prolongou-se, e, finalmente, a greve foi perdida deixando mais um sabor de derrota.

Após mais de um século de funcionamento no seio da máquina capitalista, as burocracias sindicais interiorizaram a negociação e o compromisso, a co-gestão das lutas e das situações, como a única maneira de agir e de pensar. Para eles, esta é a única maneira de ocupar o lugar que lhes é atribuído, sem ultrapassar os limites do razoável e do responsável, contribuindo assim para a defesa do interesse geral, ou seja, do interesse do sistema tal como ele é. Nos dias de hoje, os «chefes da classe trabalhadora» começam a aperceber-se de que a situação mudou e de que um sector importante da classe capitalista recusa a co-gestão. Mas como reagir? O que está em jogo é a própria natureza do sindicalismo moderno e esta mudança traz consequências graves para os aparelhos, alerta para o seu enfraquecimento, sugere mesmo a sua morte provável. Por seu lado, os elementos mais belicosos da classe capitalista têm tendência a considerar hoje os sindicatos como supérfluos, mesmo como negativos. No caso francês, isto explica a fria arrogância com a qual o patronato e o seu governo enfrentam as lutas sociais importantes, como foi a dos ferroviários. O objectivo é destruir mais um serviço público, para depois o privatizar. Mas é também uma ocasião para enfraquecer as velhas instituições sindicais, sobretudo onde elas têm ainda uma força que é o resultado das lutas do passado. Os burocratas que, durante anos, frequentaram os homens da burguesia nos conselhos de empresa e outras instituições descobrem com surpresa que são desprezados, vistos como simples figurantes decorativos.

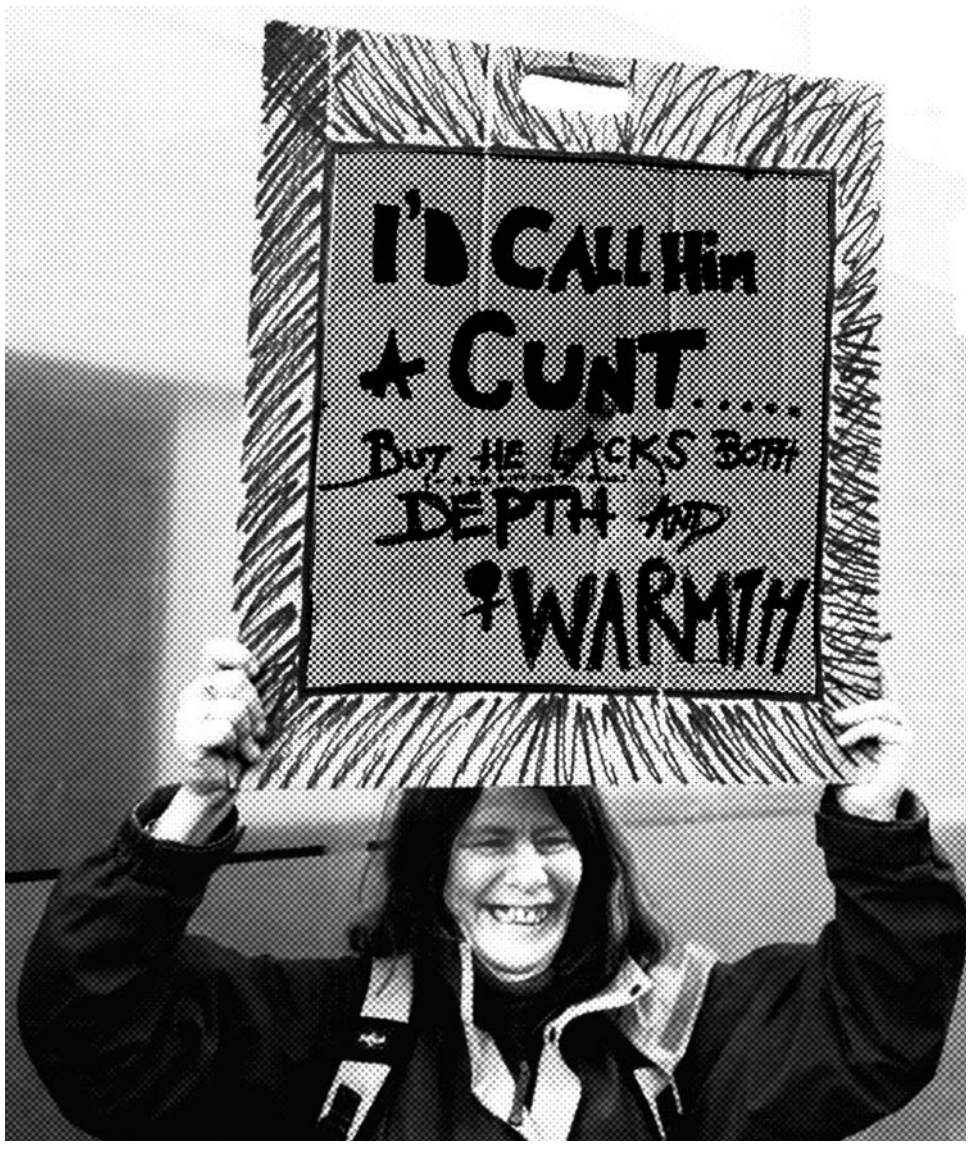
Estas novas relações de força entre as classes foram-se impondo, de alguns anos a esta parte, nos grandes países do capitalismo ocidental. O período tatcheriano na Grã-Bretanha e a era de Reagan e dos Clinton nos Estados-Unidos foram marcando o novo caminho. De igual modo, em França, a classe capitalista procurava minar o poder sindical que havia readquirido força após o Maio de 68. O realinhamento liberal da social-democracia e a consequente implosão da velha classe política, da direita e da esquerda, acompanhou a desindustrialização e a fragilização do movimento operário e permitiu a afirmação da orientação actual do macronismo.

Entramos assim numa nova era: o regresso – em condições históricas diferentes – a relações entre as classes que deixarão de ser mediatizadas pelas instituições do velho movimento operário. O modelo de co-gestão do pós-guerra é obviamente rejeitado por um sector importante da classe capitalista, que prefere uma relação de força aberta, de confronto. Desta forma, a classe capitalista pensa poder libertar-se de um máximo de constrangimentos na produção de lucro. Cada derrota sindical reforça a determinação dos capitalistas. Mas este projecto veicula também perigos improváveis, dos quais não é certo que toda a classe capitalista esteja plenamente consciente, tão segura ela está da sua força. Alguns sectores da classe política reconhecem o estado de fraqueza no qual se encontram os sindicatos e propõem, pelo contrário, a sua «reabilitação», única maneira de manter uma paz social indispensável. Outros exprimem mesmo alguma inquietação face ao aparecimento de correntes sindicalistas combativas, que se reclamam das práticas do sindicalismo revolucionário de um passado que se pensava definitivamente liquidado. Correntes que afirmam explicitamente que a única maneira de fazer frente à nova situação é recusar o compromisso e preparar a construção de uma nova relação de forças a partir de acções colectivas directas. Em França, o reforço lento mas contínuo do sindicato de luta SUD (Solidaires, Unitaires, Democratiques) e a crescente dificuldade da direcção burocrática da CGT em controlar a sua base, seduzida pelas acções não negociáveis, são a prova de que existe uma radicalização da base sindical.

FELIZMENTE CONTINUA A HAVER LUAR

Não obstante, a grande massa dos trabalhadores continua a decifrar confusamente a nova situação de paralisia consequente à derrocada do antigo projecto da esquerda. Embora todos os sinais indiquem que a classe capitalista tem a intenção de continuar a aumentar a exploração, generalizando a precaridade e a insegurança material e o empobrecimento moral dos trabalhadores, a maioria continua a acreditar nos métodos do passado, baseados no compromisso com os patrões.

Nas circunstâncias presentes, o salto de consciência exigido para passar de uma forma de acção a outra é difícil de conceber. Ele implica passar da ideia de «resistir» à ideia de atacar. As tácticas da resistência não só se revelam ineficazes como delimitam um campo de frustrações sobre o qual nascem racismos, egoísmos, xenofobias e formas diversas de nacionalismos, que atribuem as causas das fraquezas e dos aviltamentos dos espíritos aos fracos e frágeis. A dificuldade dos trabalhadores de ultrapassar o peso da sua experiência passada, a sua alienação em relação às velhas formas de organização e de luta, é visível. A auto-organização, capaz de orientar a iniciativa contra as forças capitalistas, é adiada, vista como quimérica na medida em que implica um empenho no qual não se acredita. Dado que as condições de sobrevivência nas nossas sociedades do capitalismo moderno aparecem ainda sólidas o instinto de conservação da vida submete-se ao quadro da economia capitalista.



Assim, confortamo-nos com a ideia de preservar o que não nos foi ainda tomado, com a esperança de que isso não se produzirá. No entanto, basta fazer a lista das «conquistas» perdidas nestes últimos anos para duvidar da eficácia da resistência. Uma nova lucidez de classe só surgirá por via de novas lutas, da aventura da auto-organização, de um questionamento prático da delegação nos especialistas da negociação. Isto é, exige uma nova orientação, o abandono do terreno respeitável da acção sindical tradicional.

A degradação contínua das condições de reprodução da vida social nos velhos países capitalistas tem um impacto devastador sobre as relações de força sociais e, consequentemente, sobre a fragilização do contrato social que é o fundamento da democracia representativa. O exemplo norte-americano é, a este respeito, particularmente instrutivo. Assim, aquando das recentes greves selvagens dos professores e do pessoal das escolas secundárias em alguns Estados, vários e diversos testemunhos vieram ilustrar o empobrecimento de sectores de trabalhadores que até há pouco eram considerados como fazendo parte das «classes médias». Por exemplo, o caso dos professores do Estado do Kentucky obrigados a fazer trabalhos de limpeza ou a vender o seu sangue a fim de completar os seus magros rendimentos no final do mês. O que é hoje ainda impensável para um professor belga, sueco ou francês, era-o também para os professores norte americanos de há alguns anos a esta parte. Prova de que, do nosso lado do Atlântico, a liquidação das «conquistas sociais» é mais lenta. Nos Estados-Unidos, a proletarização das antigas «classes médias» tem sido rápida e insere-se na dissolução do contrato social interclassista, afectando particularmente a juventude escolarizada e as mulheres assalariadas. O ataque contra o antigo poder dos sindicatos tem sido uma das prioridades das administrações que se têm sucedido, e as medidas da administração Trump continuam a desmantelar o já frágil quadro de protecção jurídica e social dos trabalhadores contra as discriminações e as formas mais selvagens de exploração. De forma declarada, um sector dominante da classe capitalista norte-americana considera os sindicatos como nocivos e dispendiosos para a gestão dos negócios. Acrescente-se a este cenário a impunidade total das forças repressivas contra os pobres e as minorias, bem como os massacres sucessivos da juventude, inclusivamente no interior das escolas, e está pintado o quadro de uma sociedade em implosão e desorientada.

Neste cenário de desastre, onde nada de positivo se esperava, nasceu e tomou forma um movimento autónomo de oposição à logica do sistema. As greves massivas espontâneas, já mencionadas, dos professores e pessoal das escolas em vários Estados, impuseram-se como uma referência em contracorrente das impotentes mobilizações tradicionais dos sindicatos. Em finais de Fevereiro de 2018, no Estado de Virgínia do Oeste, os grevistas ocuparam durante duas semanas as escolas, paralisando, com o apoio de uma parte da população, a totalidade do sistema educativo público. Após enormes manifestações que bloquearam o parlamento do Estado, os grevistas obtiveram satisfação sobre o aumento dos salários, o bloqueio da redução das prestações do sistema de saúde e a garantia de que estas duas vitórias não seriam financiadas por uma redução das prestações sociais dos mais pobres. Exigência solidária que suscitou uma forte onda de simpatia para com os grevistas. Mas o mais surpreendente foi a capacidade de auto-organização. Em Estados onde os funcionários não têm o direito de greve, toda a greve é, por definição, selvagem. E ela foi massiva, praticamente total, pois esta era a única maneira de todos protegerem cada um. Organizada através das redes sociais, a greve não teve, no início, o apoio das fracas estruturas sindicais, mas estas viram-se depois forçadas a acompanhar o movimento. Porém, os grevistas, dezenas de milhares, na maioria jovens e mulheres, conservaram sempre o domínio das suas acções, organizados em assembleias por escola, abertas aos pais de alunos e, portanto, às comunidades. A organização e a distribuição de refeições — em regiões pobres onde a maioria dos jovens só come como deve ser nas cantinas escolares — foi um factor suplementar de coesão do movimento. Após a primeira vitória, o movimento alastrou a outros Estados: Kentucky, Oklahoma e Arizona. Estados que são, paradoxalmente, bases eleitorais de Trump. Significativo também foi o facto de estas mobilizações terem recusado a negociação, tendo estabelecido uma plataforma de objectivos não discutíveis e a obter imediatamente. «The Time is Now! (É agora o momento!)», dizia o *slogan* dos grevistas de Oklahoma. Quando os grevistas gritavam aos políticos no parlamento «This is what democracy looks like!», reconhecemos o espírito de Occupy, de outros movimentos novos como Black Lives Matter, ou mesmo um dos princípios de luta radical do sindicalismo revolucionário do passado, dos Wooblies: não há nada a negociar, há uma relação de força a criar para obter o que se exige.

Voltemos ao velho mundo e à situação francesa, à experiência da ZAD. Finalmente, foi num conflito que se desenrolou fora do terreno assalariado tradicional que a urgência de mudar de espírito de luta encontrou uma resposta à altura. Os ocupantes da ZAD de Notre Dame des Landes souberam criar e desenvolver formas de luta e de mobilização capazes de se oporem a um grande projecto capitalista e a potentes interesses capitalistas. A vitória permitiu sair do lamaçal das derrotas sucessivas a que temos sido habituados. Perante as manobras e manipulações das forças políticas e económicas, o acontecimento tomou uma dimensão que foi além do quadro local e das peripécias da sua própria dinâmica, dos seus avanços e recuos, das divisões e derivas burocráticas que se afirmaram no seio do movimento. Embora o combate e a vitória da ZAD tenha recebido o apoio de trabalhadores em luta, o facto é que, por enquanto, tal não foi suficiente para apagar as ilusões e incitar ao abandono das velhas receitas. À parte algumas acções minoritárias, foi essencialmente nas manifestações que a solidariedade se exprimiu; a recusa do «aeroporto e o seu mundo» tornou-se a plataforma mínima de uma oposição radical à lógica da economia, exprimindo o desejo de viver de uma outra maneira. Embora a classe dirigente se tenha visto obrigada a ceder e a enterrar o projecto do aeroporto, ela não podia, por sua vez, aceitar a ideia da manutenção de um vasto território fora do seu controlo directo. Abriu-se assim uma nova frente de conflito, na qual o poder introduziu a questão da partilha das terras e a regularização oficial dos diversos projectos alternativos. Novas divisões foram introduzidas, a prazo, com o objectivo de pôr termo à gestão colectiva de um território pelos zadistas e suas estruturas. Processo que está ainda em curso.

Nas sociedades como na vida, temos sempre a liberdade de esperar que as coisas não se passem como nós pensamos que se vão passar. Por vezes assim é, e assim se confirma esta liberdade. Deixemos, portanto, o pessimismo e o desânimo para quem se entregou definitivamente aos bichos. E conservemos a esperança de que os humanos nos continuarão a surpreender.

AFONSO CAUTELA [1933-2018] "OS DOSSIÊS DO SILÊNCIO"

ANTÓNIO CÂNDIDO FRANCO

Originário do distrito de Beja, com ligações próximas às terras do escritor Fialho de Almeida, esse *país das uvas* que corre da Vidigueira até Ferreira do Alentejo, ligações nunca esquecidas e tomadas como sinal predestinado da sua estrela, Afonso Cautela cursou o magistério primário e foi de início professor primário no Alentejo e Algarve. Muito jovem, ligou-se ainda ao jornalismo regional alentejano, criando um suplemento literário, "Ângulo", integrado no jornal *A Planície*, da vila de Moura, que veio a ter repercussão e audiência inesperadas na segunda metade da década de 50 do séc. XX.

Na sequência, Cautela criou *Zero – cadernos de convívio, crítica e controvérsia*, de que saíram dois números (1958) e que foram quase na íntegra redigidos por ele. Os opúsculos revelaram uma acerada vocação crítica, ficando como uma das melhores expressões das inquietações da juventude portuguesa da década de 50, marcada pela decepção gelada da Guerra Fria e pela capacidade de sobrevivência duma ditadura anormalmente resistente. «Geração da gaveta» – assim crismou então Afonso Cautela os que atingiram os 20 anos na década de 50 do século XX e que haviam já nascido depois da ditadura e do Estado Novo.

No rescaldo desses primeiros anos, Cautela publicou uma curtíssima obra poética, *Espaço mortal* (1960) e *O nariz* (1961), que o colocam na primeira linha dos poetas então revelados, dando a perceber a sua afinidade com o surrealismo, movimento que se manifestara em Portugal no final da década de 40 num círculo restrito mas muito interventivo. Embora o divórcio do jovem poeta dos meios lisboetas fosse quase total, a sua acção não passou despercebida a Mário Cesariny, que escolheu uma nótula sua, "A falência do neo-realismo", publicada em *Zero*, para abrir a colectânea *Surrealismo Abjeccionismo* (1963). Na primeira metade dessa década, Afonso Cautela consagrou-se sobretudo à problematização do surrealismo e duma das suas franjas, o realismo fantástico, que muito então o atraiu.

Não mais voltou a publicar livros de versos, até que um dos seus amigos, José Carlos Costa Marques, que o havia lido logo em 1960, e mais tarde o reencontrara por outras razões, o instou a dar a público uma nova sequência poética, *Campa rasa e outros poemas* (2011), cuja edição se deveu em exclusivo ao editor. Anos mais tarde, quando Cautela se desinteressara já quase de todo do destino público da sua poesia, o mesmo Costa Marques organizou-lhe a obra poética com o título *Lama e Alvorada – poesia reunida 1953-2015*, cujo vol. I constituído por "inéditos e dispersos" surgiu em 2017 (Afrontamento). Prevê-se a saída próxima do vol. II, republicando os três livros do autor, com exclusão dos "outros poemas" de *Campa Rasa*, incluídos no primeiro volume a título de dispersos.

Como quer que seja, foi como grande jornalista de intervenção que Afonso Cautela se notabilizou no seu tempo e entre os seus contemporâneos. Abandonando o ensino primário, para o qual não sentia vocação, veio para Lisboa e acabou por ingressar no jornalismo profissional, primeiro no diário *República* (1965-68), depois n' *O Século* (1972-1977) e por fim n' *A Capital* (1982-1996). Foi o primeiro jornalista português a ter uma consciência ecológica e foi ele o primeiro logo no início da década de 70 a trazer para a grande imprensa portuguesa os temas da natureza. Não se limitou a dar eco às espectaculares revelações que então tinham lugar e faziam a capa das grandes folhas internacionais – a bomba demográfica de Paul Ehrlich, os dois relatórios do MIT para o Clube de Roma sobre os limites do crescimento (1972; 1974), o choque petrolífero de 1974, a candidatura presidencial de René Dumont em França (1974) – mas palmilhou o país de lés a lés na companhia dum fotógrafo para denunciar em reportagens acutilantes e acusadoras os crimes que se cometiam contra o ar, contra a terra, contra os rios, contra as árvores, contra tudo o que era natureza e caía sob a alçada do silêncio. Ficaram célebres as suas virulentas impugnações da eucaliptação das serras portuguesas no sul do país para servirem os interesses da insaciável máquina da indústria do papel.

Depois do 25 de Abril de 1974, criou e legalizou em cartório notarial de Lisboa (*Diário da República*, 5.3.1975) o Movimento Ecológico Português (M.E.P.) e tomou a cargo a publicação do jornal *Frente Ecológica* (1975-1977), de que saíram 15 números e que subintitulou "órgão do militante ecológico" ou "boletim mensal do movimento ecológico". Beneficiando das tribunas de imprensa de que dispunha, foi dos primeiros em Portugal a acusar publicamente a burla da energia nuclear aplicada a fins civis e a clamar pela urgente mobilização contra a construção duma central nuclear em Ferrel, no concelho de Peniche. Com Delgado Domingos, José Carlos Costa Marques e José Luiz de Almeida Silva, este do jornal *Gazeta das Caldas* (Caldas da Rainha), promoveu debates públicos sobre o dossiê energético e esteve na origem das concentrações populares que bloquearam entre 1976 e 1978 o arranque dos trabalhos.

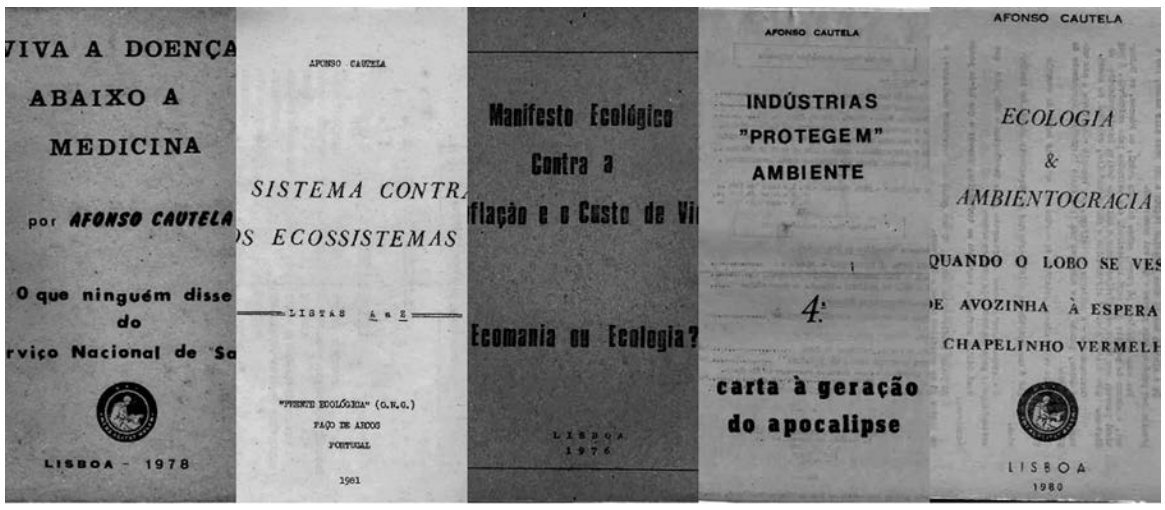
No ano em que fez 80 anos, numa das últimas entrevistas que deu, disse o seguinte: *os grandes silêncios e silenciamentos do Ambiente em Portugal – que levariam a radicalizar o movimento – continuam cada vez mais silenciados, como é o caso do triângulo trágico Fogos-Eucaliptos-Deserto/Secas. Já em Julho de 2012 foi um dos maiores fogos numa das serras mais belas de Portugal (Caldeirão ou Mu) (...). Quando arde Portugal, sofro na pele e na alma o sofrimento do Ambiente: as árvores sofrem e os animais que nelas habitam. Um país que caminha para a desertificação acelerada caminha para a Morte e é qualquer coisa que, após 40 anos, não consigo aceitar, perceber, encaixar e que me dói, no corpo e na alma, de maneira irreversível. Dossiês do silêncio, como este, há dezenas.*

Estas palavras ilustram uma refinada sensibilidade. Refractário ao convívio, pouco afectuoso na primeira abordagem, sanhudo e até bravio, este homem sofria na pele e na alma a dor das árvores e dos bichos. Faleceu há pouco, a 21 de Junho de 2018, aos 85 anos, retirado de tudo e de todos. Sempre se quis um solitário, um franco-atirador, que facção alguma – partido ou igreja – arregimentou. Prezava muito a independência e no final da vida confessava que o mais vivo do que fizera não fora nem o jornalismo nem a militância cívica. O melhor do seu legado, dizia, era a poesia – essa que cultivara em segredo nos recantos escondidos dos seus dias.

Tinha razão! Foi poeta por condição natural e cultivou a flor da poesia por puro instinto, alheado do sistema literário e das suas regras de conduta! A sua poesia tem a espontaneidade, o brilho e a beleza ingénua duma flor selvagem da terra ou duma estrela distante do céu. Sem a poesia, aquele ser frágil e eriçado de arame, todo ele um feixe de nervos vibráteis, prontos a incendiarem-se à mínima faísca exterior, não teria sobrevivido aos abanões do mundo nem teria pedido contas aos homens com a mesma destemida e certeira contundência. E sem ela não teria amado a natureza como amou – com tão fina disposição e tão vibrante paixão.

Palmilhou o país de lés a lés na companhia dum fotógrafo para denunciar em reportagens acutilantes e acusadoras os crimes que se cometiam contra o ar, contra a terra, contra os rios, contra as árvores, contra tudo o que era natureza e caía sob a alçada do silêncio.

AFONSO CAUTELA EM DISCURSO DIRECTO



Excertos de reportagens escritas entre 1974 e 1976 que não perderam actualidade. Tal como o seu dilema: «O dilema começa a ser hoje entre *morte* ou *utopia*. Desejar o impossível é utopia, acreditar no espírito e nas ideias contra a Engrenagem um sonho. Mas a alternativa que nos fica é apenas e simplesmente a morte. Como escolher? Como não tornar inevitável a utopia e possível o impossível?»

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Ecopolítica

«A ecopolítica não é para traficantes de carne humana, é para gente boa, simples, sensível, amável, alegre. A ecopolítica não é para cancerosos mentais. É para investigadores sensíveis. Não é para cadáveres ambulantes, é para gente viva. Não é para barómetros e medições estatísticas, é para ginastas de alma, do espírito e da mente.

A ecopolítica não é para a artríticos, é para jovens de corpo, de espírito e de sensibilidade, ainda não totalmente intoxicados de ciência académica, de escolástica, de obediência servil à ordem estabelecida, de reflexos condicionados.

A ecopolítica e o militante da Ecopolítica começam a desmontagem do sistema por esse descondicionamento em relação aos reflexos condicionados recebidos da escola, da família, da televisão, da Imprensa, dos livros, dos ideólogos, dos partidos, dos institutos, das doutrinas, dos sistemas, etc.»

«Tudo cresce e tudo tem de continuar a crescer, no que respeita a indústrias, até ao infinito – continuam dizendo as organizações encarregadas de manter o mito em dia. Segundo a "lógica" antilógica da (des)Economia vigente nos países industrializados, as curvas de crescimento não podem parar de crescer e todo um mundo é condicionado para *acreditar* na inevitabilidade do crescimento.

No entanto e de repente, essa pura aberração e essa pura irracionalidade choca-se com a realidade. Esse crescimento infinito choca-se com um globo finito, de recursos finitos. Esse desenvolvimento industrial acelerado começa a ser refreado por todos os freios naturais, energéticos, económicos, etc.

É a bronca, é a confusão, é a contradição e seu chorrilho de contradições. Surgirá então a hora, entre todas bela, de o ecossistema começar aos traques. O sistema fraqueja. O sistema traqueja.

Enquanto o cheiro a traque inunda a sala (enquanto a poluição inunda o País), enquanto o técnico também dá os seus e grita por mais, mais, sempre mais para meter no bucho, o consumidor depara-se perante o dilema: de um lado as indústrias que têm de continuar a expandir-se para não morrer (decrépitas); de um

lado, os indícios de forte chantagem por parte das indústrias, que ameaçam de "poluição ou desemprego"; do outro, a impossibilidade física, energética, económica dessa expansão, cada vez mais aperreada pelos travões naturais e pelas contínuas limitações que o mundo finito põe ao crescimento infinito.»

«É isto a sensibilidade ecológica. Chegar a uma região e saber o que ainda mexe, o que ainda grunhe, grita, pia, saber até que ponto os pesticidas arrasaram a vida multiforme e subliminal dos pequenos seres vivos que sustentam os maiores e de maior porte, numa cadeia alimentar que é a maior lição da Natureza sobre comunismo científico. Saber isto tudo porque tudo isto tem a ver com a Revolução que é urgente fazer se quisermos sobreviver, eis o que qualquer vendedor de eucaliptos, qualquer eucalipto-fascismo não sabe nem saberá.

Esta atenção aos graus "inferiores" da escala viva é a ecologia, para a qual não há graus inferiores nem superiores, para a qual não há escala na interdependência absoluta.

A erva humilde e o humilde insecto são a base da boa seara, da boa safra, da verdejante horta, do sobreiro magnífico, da azinheira prodigiosa. São a base da riqueza, da comidinha, das petulâncias e arrogâncias tecnocráticas como do maior heroísmo revolucionário.

Sem falar dos micro-organismos da terra, segredo da sua fertilidade orgânica e natural, totalmente saqueada por adubos e outros produtos químicos, ecologia é o respeito por esta ordem Cósmica da Natureza, por este maravilhoso mundo raramente sensível aos sentidos, mas que uma sensibilidade mais atenta ao humilde ser vivo, facilmente capta pelo ouvido, pelo cheiro, pela imaginação, pelos olhos, pelo amor ao que verdadeiramente o merece.

O que caracteriza uma sensibilidade eucalipto-fascista é a insensibilidade não só ao humano mas a tudo o que é vivo e serve de suporte à vida humana no planeta Terra.»

O eucalipto fantasma

«Francisco era acusado de ter arrancado eucaliptos à Celbi e, por isso, ia ser julgado. Pensou ainda que fosse brincadeira – até porque já lá ia o 25 de Abril e ainda não tinha chegado o 25 de Novembro… – mas não era: havia efectivamente um processo instaurado ao cidadão português Sam Pedro, de 50 anos, pai de um filho, eleitor e cumpridor de todos os deveres cívicos e, nas horas vagas fundador de civilizações. Com o processo, esse instaurado pela poderosa Celbi (que pisava a lei, pondo e dispondo eucaliptos a 10 metros quando a lei diz que deve haver pelo menos 50 metros de distância), o cidadão Francisco era compelido a responder em tribunal. (…) Francisco ignora a palavra e o produto. Pequeno agricultor que é nunca teve doenças na sua herdade, porque ecologicamente a sua herdade, sem que ele o saiba, é um modelo, uma maravilha, uma obra-prima, um monumento erguido à inteligência e à resistência do povo cujo analfabetismo nunca o impediu de ter sabedoria.

Eis o que estamos certos, não deixará de ficar na história. Pelo menos na história da pintura, como quadro surrealista. E o jornalista sente-se vaidoso, porque, vindo à Velada, está a servir de cronista à História-da-Resistência-portuguesa-Contra-o-Avanço-do-Deserto»

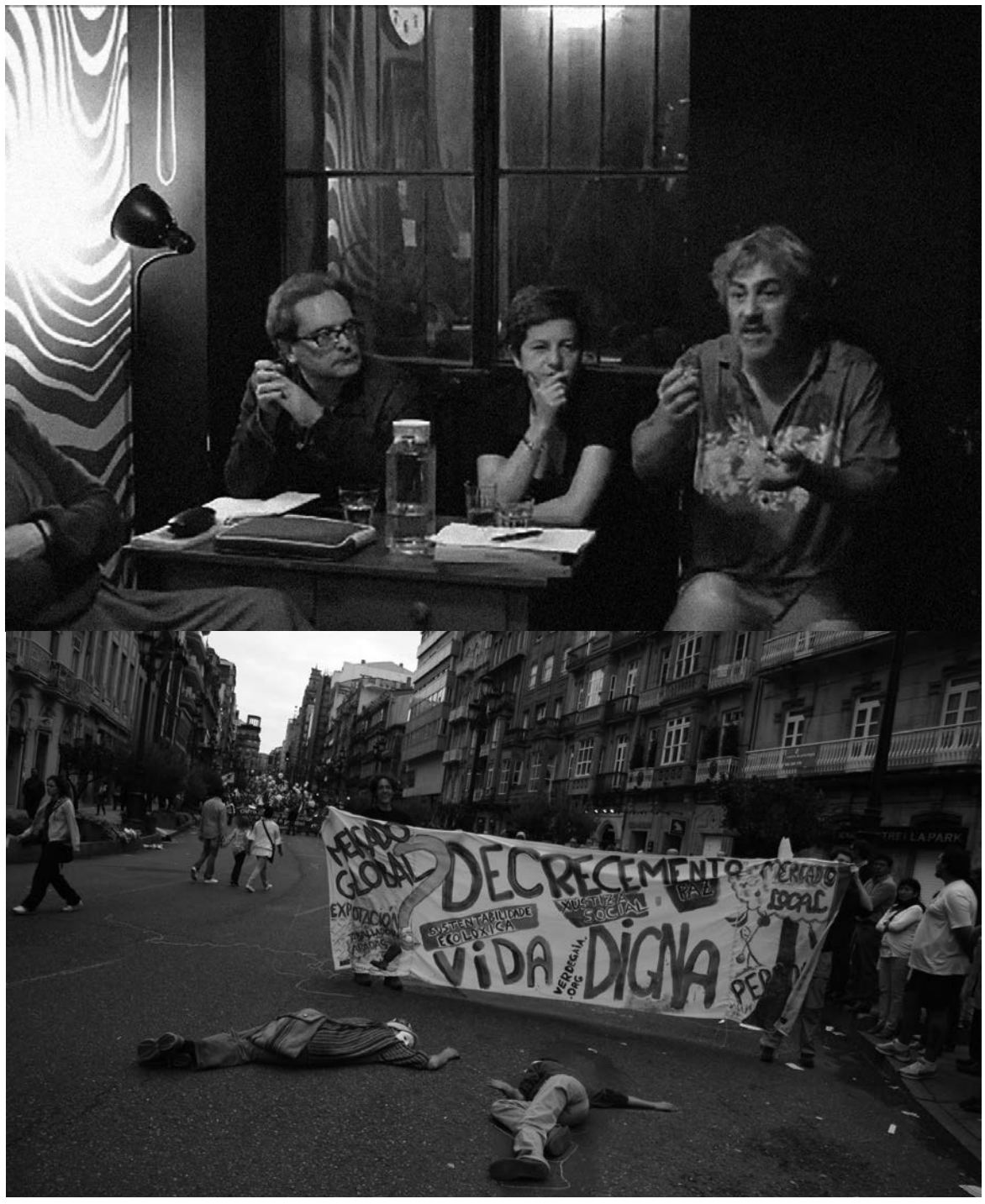
«Na sua macabra demagogia, há partidos que falam de seareiros, rendeiros e caseiros, que falam do pequeno agricultor, que falam do proletário rural.

A demagogia é visível quando os mesmos partidos já não defendem o pequeno agricultor se ele estiver, como está o Zé da Horta, como todos os pequenos proprietários da Serra de Ossa, a ser espoliado, esfacelado, arruinado, condenado pela grande e próspera indústria pesada do eucalipto-fascismo, que ainda por cima alimenta tantas fábricas, com tantos operários aos quais é preciso atender como clientela eleitoral.

Aí, sobre o pequeno agricultor Zé da Horta, o silêncio. O prudente silêncio.

(…) A Serra de Ossa é hoje uma fábrica de eucaliptos e onde chega a próspera indústria pesada, eis os partidos progressistas a meter a viola no saco e a cantar-nos o fado corrido das prioridades.»

Decrescimento: escolha ou inevitabilidade?



Sessão com Miguel Anxo Abraira e Iolanda Teijeiro Rey, representantes da Rede do Decrescimento da Galiza, realizada na livraria Gato Vadio no Porto.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

Surgiu este verão a formação de uma futura Rede do Decrescimento em Portugal, animada pela passagem em Julho, no Porto, de Miguel Anxo Abraira e Iolanda Teijeiro Rey da Rede do Decrescimento da Galiza. Duas sessões, moderadas por Jorge Leandro Rosa e Álvaro Fonseca, foram atendidas por uma centena de pessoas nos espaços do Gato Vadio e Gazua. As conversas lançaram o convite à participação no 1º Congresso do Decrescimento da Galiza, que terá lugar em Ferrol, nos dias 6 e 7 de Outubro.

É possível sobreviver à mudança climática se deixarmos para trás a agropecuária industrial, as viagens aéreas a qualquer pretexto, o culto do automóvel, o comércio intensivo a longa distância, o mito das soluções *high-tech*... Estes apenas alguns exemplos da droga dura mais perigosa e difundida do nosso tempo: o crescimento.

Não será de todo fácil acolher simpatia imediata proclamando a palavra decrescimento. Decrescimento, como referia o convite das sessões no Porto, «contrasta com a religião laica do crescimento diariamente praticada pelo Estado e pelos meios de comunicação». Um dia depois de Obama ter estado nessa cidade a falar às elites sobre o caminho do capitalismo verde para que a senda do lucro não pare de crescer, as sessões sobre o decrescimento – desta feita abertas ao público, mas sem cobertura mediática – alertavam para tamanha e suicida ilusão.

Porém não é de todo difícil explicar a inversão desse verbo, face à percepção global «que o nosso modo de vida sofrerá muito em breve grandes transformações». E que «são ainda possíveis mudanças que não nos sejam impostas». Por entre o cenário dantesco, sobretudo manifesto nas alterações climáticas resultantes do modelo energético da nossa sociedade industrial, há um apelo a «mudanças onde a simplificação da vida em todos os domínios acompanhe o progresso geral da equidade», como se lê no primeiro comunicado da Rede do Decrescimento em Portugal. Uma Rede que se assume ainda inexistente dado que terá de resultar de um processo participado.

Não parece haver lugar nesta Rede ao desânimo. Antes pelo contrário: «É possível sair da economia do desperdício sem desperdiçar vidas. É possível sobreviver à mudança climática se deixarmos para trás a agropecuária industrial, as viagens aéreas a qualquer pretexto, o culto do automóvel, o comércio intensivo a longa distância, o mito das soluções *high-tech*... Estes apenas alguns exemplos da droga dura mais perigosa e difundida do nosso tempo: o crescimento. Para isso precisaremos de nos reunir em modos de vida mais locais e comunitários, precisamos de sair da dicotomia entre cidade e campo, precisamos de discutir e aprender a sobrevivência nas condições crescentemente adversas que aí vêm.»

Tal como apontado desde o pensamento de Ivan Illich nos anos 1970 até à difusão da teoria do Descrescimento com Serge Latouche, neste século, há um facto que hoje já ninguém consegue negar, embora escamoteado no malabarismo de esquerda e direita: «a aceleração da degradação do ambiente é acompanhada por "medidas" que são ineficazes porque se recusam a tocar no produtivismo». O vivo debate que esta crítica suscita, como patente nas sessões do Porto, quer agora alargar-se numa Rede que afirma querer «ser um espaço de apoio mútuo, uma rede de partilhas e um vislumbre das formas como poderemos construir as experiências de resiliência futuras.»

No dia 5 de Outubro, véspera do início do Congresso do Decrescimento, haverá lugar em Ferrol a uma reunião Galiza-Portugal onde serão lançadas as bases de uma cooperação entre os movimentos decrescentistas dos dois lados de uma mesma bio-região, favorecendo a entreajuda e a cooperação, dimensões basilares do decrescimento.

Antes, a 14 e 15 de Setembro, o Congresso apresenta-se em Lisboa no espaço Gaia e no ISCTE. Prossegue ainda nesse mês, em Lisboa, na Casa da Achada – Centro Mário Dionísio, o ciclo «Outra sociedade – à volta das ideias de Ivan Illich», que revisita a sua crítica radical das sociedades industriais da segunda metade do século XX. A fechar esse ciclo tem lugar no sábado 29 de Setembro um debate sobre o modo de desenvolvimento das sociedades industriais e a ideia de decrescimento.

«Ao longo dos anos, disseram-nos que vivíamos numa sociedade miraculosa, onde o crescimento tudo assegurava: o bem-estar e a igualdade de oportunidades, a democracia e a sociedade de consumo para todos. A nenhum de nós escapa que tudo isso está na iminência de se perder, embora os sacerdotes do "Crescimento" continuem a invocar os mesmos deuses. E como acontece com as divindades que já não parecem capazes de operar prodígios, estas começam a pedir-nos sacrifícios, enquanto tudo se torna mais caótico, mais imprevisível e presa de novos "homens fortes".

Podemos contrariar o enlouquecimento geral trazido pelo fim iminente da "sociedade de crescimento" que as fontes energéticas fósseis instalaram e agora já não podem assegurar. Podemos ainda travar a destruição, hoje extrema, dos ecossistemas de que os humanos dependem. Podemos criar alternativas à entrada da sociedade na desigualdade nunca antes vista, nos autoritarismo e nacionalismo crescentes, na xenofobia, na guerra e no fascismo tecnológico. E, mudando de rumo, podemos construir vidas felizes mesmo sabendo que os recursos disponíveis serão menos abundantes a breve prazo.»

Rede de Decrescimento em Portugal
encontrodecrescimento@gmail.com

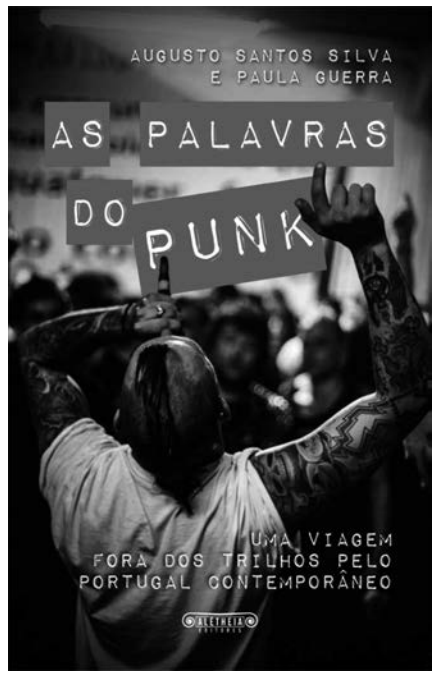
O retrato de um Punk domesticado

DIOGO DUARTE
DIOGO.MAINSELDUARTE@GMAIL.COM

Há algum pudor em ver o punk abordado pelas ciências sociais. E é compreensível. O punk teve (e tem) um impacto tremendo na vida de muita gente e, contudo, não é raro vê-lo ser maltratado por discursos que lhe são completamente estranhos. Junta-se a isso um certo desdém anti-intelectual, presente em algumas culturas como esta. Mas o encontro com a academia era inevitável. Infelizmente, a autoridade do discurso académico produz geralmente relações desiguais com os objectos da sua atenção. Quanto maior for a "marginalidade" desses objectos, também maior tende a ser a impunidade com que se dedica a esvaziá-los, a distorcê-los ou a neutralizá-los.

O início deste encontro em Portugal – pelo menos na sua expressão mais ambiciosa e visível – é exemplificativo dessa assimetria. Falo de *As Palavras do Punk*, publicado em 2015 (Alêtheia Editores) e assinado por Paula Guerra (PG) e por Augusto Santos Silva (ASS), no âmbito de um projecto de investigação ambicioso e prometedor, o *Keep it Simple, Make it Fast*. Comecemos por reconhecer que ter uma das maiores figuras do *establishment* português (para além de sociólogo, ASS é o actual ministro dos negócios estrangeiros e ex-ministro do que conveio e qualquer coisa mais) a mandar bitaites sobre a história do punk em Portugal é uma excentricidade ao nível do objecto analisado. Mas, lamentavelmente, a surpresa não vai muito além disso e o que temos em mãos é um livro no geral tão aborrecido quanto o contributo político de ASS para o país.

Este não é o lugar para esmiuçar a obra com detalhe e focar-me-ei somente num ponto ou outro. A sua pretensão é oferecer uma análise sociológica do que foi e é o punk em Portugal desde a sua aparição em 1977. Concordamos com os autores quando sublinham a necessidade de adoptar um aparato crítico que permita evitar cair nas armadilhas dos discursos "épicos ou melancólicos" (p. 179), mas não é isso que vemos acontecer. Em poucas palavras, o que o livro nos mostra é o punk sequestrado, refém da autoridade e arrogância de um discurso sociológico que tenta enredar a presa com uns truques de algibeira e um jargão opaco. Acontece que o punk é cheio de contradições e multifacetado (enfim, como qualquer outro objecto) e não é facilmente domado por qualquer quadro teórico ou metodológico, como se fosse um daqueles sólidos geométricos que os putos têm que enfiar no buraco correspondente. As categorias e conceitos usados no livro são estranhos e incompatíveis com as vivências de quase todas as "cenas" punk, especialmente por estarem isentos de qualquer problematização. O que encontramos nestas páginas não é um diálogo, em que a histórias e as vivências do punk possam interpelar também as ciências sociais e as suas assunções, mas antes um interrogatório meio surdo a roçar o positivismo empirista. E o resultado só podia ser um amontoado de caricaturas, becos sem saída e grandes afirmações insufladas de banalidade, em que a imagem do punk que é expelida vem prontinha a ser arrumada na prateleira do Supermercado - Secção "Indústria dos Lazeres".



As Palavras do Punk
Augusto Santos Silva / Paula Guerra
Alêtheia , 2015
270 págs.

Escapa aos autores que o punk teve um impacto muito mais significativo na vida de uma grande percentagem daqueles que por ele passaram do que a maior parte das merdas que saíram da academia ou dos parlamentos

Concretizemos. A narrativa tem subjacente a assunção de que o punk é um todo coerente – é "uma cena", para remeter para a terminologia do livro herdada do objecto estudado –, o que dilui a sua pluralidade e as suas contradições internas. As divergências ou dissonâncias que percorrem o punk, são apontadas, como tal, por relação a uma espécie de ortodoxia difusa ou a um cânone. E as vezes em que se proclama a sua diversidade não resolve o problema. Para os autores, não há qualquer diferença significativa entre os X-Acto e os Mata-Ratos, para além de uma ou outra idiossincrasia irrelevante, quanto mais "cenas" diferentes, com a sua autonomia e dinâmicas próprias que daí derivam. Na verdade, com tudo espremidinho podemos ir ainda mais longe: não há grande diferença entre os Santos & Pecadores e qualquer coisa que tenha saído do punk, excepto o facto de estes últimos serem um bocado mais rabugentos e estarem zangados.

Não alheio a isto, mas mais irritante, é o tique liberal de confrontar o punk com dicotomias estéreis como as de "político" e "apolítico" ou de "lado propositivo" e "lado crítico" (p. 185). Num dos capítulos, os autores (diria que é coisa do ASS, mas a autoria nunca é identificada) fazem uma birrinha cínica que aponta ao punk o seu mau feitio e a incapacidade de sugerir alternativas – como quem diz, são do contra e fazem muito barulho, mas é tudo garganta, pois não fazem nada, nem dizem como resolver os problemas. A ideia de "política" que aqui está presente remete, obviamente, para a sua dimensão institucional e para os reportórios tradicionais de protesto e de intervenção. Como quem diz, quando estes jovens amadurecerem vão perceber que o caminho é integrar ou criar um partido, uma ONG ou outra morgue semelhante.

Escapa aos autores que o punk teve um impacto muito mais significativo na vida de uma grande percentagem daqueles que por ele passaram do que a maior parte das merdas que saíram da academia ou dos parlamentos. Dificilmente há algo mais impactante do que a noção de que *podes fazer tu mesmo* e do que encontrar um espaço que te ensina a respirar fora da modorra em que procuram asfixiar-nos. Em meios como o punk, é possível perceber que sobreviver neste mundo talvez não tenha que passar por aprendermos a tolerar o intolerável.

Uma boa parte do controlo social deste sistema faz-se pela despolitização dos gestos, dos discursos e das práticas dos sujeitos que governa. O potencial de transformação individual e colectiva que reside em culturas como esta dificilmente pode ser apreendido através das *bimbys* que produzem estatísticas e generalidades. E a fotografia que extraímos do punk neste livro pouco mais é do que a de um cadáver encarquilhado e inofensivo. Punk é negação, não é uma fórmula. Não pretende ser heróico, sugerir soluções (a quem?) ou salvar o mundo. É uma arma dos fracos, é incoerente e contraditório, não é de confiança. E é assim que deve permanecer.

Poema Branco, de a. dasilva o., 1958, poeta e editor em extinção.

Quando era branco
jovem, sublime e a
transbordar de aura
Todos se emocionavam,
bebiam e louvavam a
minha imensa
inteligência emocional
Como se fosse um poço
de orvalho de eterna
juventude:
Pássaro da Revolução
e os efeitos do seu «el
ninho»

Mais parecendo moscas
volteando sobre um
monte de merda
Até as criancinhas
Nem uma de mim se
aproxime
Farto de carpideiras
beatas
em jacuzzi banho de jogos
florais:

A velhice da eterna
juventude
A velhice do eterno
revoltado

Rumor de flores
fazem-me ousio
Meus amores espero
na berma dum rio

Os adventos da coroa
de espinhos em doce
algodão
poço

Em estufa fria
As dores de cadáver a dar
à luz
o local do crime:
cuidado com o estado,
rapaz
que morde e mata
para teu bem

Nada desejo
Mais que o eterno
Retorno a voltear-me
Sempre
Tal cadáver
No seu túmulo

São negras as noticias
Venho em todos os jornais
Como buraco negro

enrolar o poema na
mortalha
e a vida é uma cadela
chamada infância

A velhice é um poste
Onde a morte é um perigo
Eminente
Como uma criança
Na infância

Eu não rimo
Nem pobre
Nem rico
Sismo
Como um nobre
à luz duma vela

adormecida

numa viagem

apenas com ida

desculpe por ainda estar
por aqui
vivo
o direito dum moribundo
a ser pedante

já recusei três táxis

O FUTURO é o nosso
assassino silencioso

As suas cinzas de poema a
mim pertencem

DANIELA RODRIGUES / DANIELAFILIPERODRIGUES.TUMBLR.COM

mapa
Jornal de Informação Crítica

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 21
Setembro - Novembro 2018

Propriedade: Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98
Morada da redacção/editor Largo António Joaquim Correia, nº13, 2900-231, Setúbal
Correspondência: enviar para morada da redação A/C de Guilherme Luz
Registo ERC: 126329
Diretor: Guilherme Luz · gui.luz@jornalmapa.pt
Editor: Ana Guerra
Subdiretor: Frederico Lobo
Director adjunto: Inês Oliveira Santos

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M.Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudio Duque*, P.M*, Júlio Silvestre*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, José Carvalho*, Huma*, João Vinagre*, J. Martins*, X. Espada, κοινωνία, Jorge Valadas, Zita Moura*, Catarina Leal, Catarina Santos, Ricardo Ventura, Júlio Henriques, ZNM, Sara Moreira, Susana Baeta, Francisco Colaço Pedro, Sofia Pereira, Diana Dionísio, JT, Bolota Carvalho, Marta Vidal, João Vilela, Mariana Vieira, AdaSilvaO, MC, Diogo Duarte, Sébastien Navarro (CQFD), Mortimer (CQFD), Étienne Savoye (CQFD), António Cândido Franco, Daniela Rodrigues, Luís Licht, Tiago Baptista.

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Ilustração da capa: Catarina Santos

Periodicidade: trimestral
PVP: 1 euro
Tiragem: 3000 exemplares

Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Twitter: twitter.com/jornalmapa
Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

A Faircoin é uma criptomoeda criada pela Faircoop, uma cooperativa global dedicada a construir um novo ecossistema económico baseado na cooperação, ética, solidariedade e justiça. A Faircoop dinamiza o Fairmarket, um mercado online de produtos e serviços, que visa também ajudar a criar redes com outros projectos e pessoas solidárias com os mercados alternativos, as finanças éticas, as moedas sociais, as acções colectivas, a inclusão social e o comércio justo. O design da Faircoin, ao contrário de outras criptomoedas, como a Bitcoin, atribui-lhe maior estabilidade e desincentiva a especulação financeira, para além de não exigir altos consumos energéticos associados à sua emissão.
O Jornal MAPA é o primeiro jornal no mundo a aceitar pagamentos em Faircoin para todas as suas modalidades e por isso está no Fairmarket em **is.gd/jornalmapa**. Em alternativa, pode ser usado o endereço da nossa carteira, através do QR-CODE ao lado. Para quem desejar apoiar o projecto, donativos em Faircoin podem também ser enviados para o mesmo endereço.
Para mais informações ou dúvidas contactar **assinaturas@jornalmapa.pt**
ou visitar **market.fair.coop | fair-coin.org**

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 21
SETEMBRO-NOVEMBRO 2018
3000 EXEMPLARES

«A justiça é uma justiça de classe, e claramente sabe-se que geralmente quebra no ponto mais fraco»

A propósito do julgamento de 17 agentes da PSP da esquadra de Alfragide, acusados de ódio racial sobre os moradores da Cova da Moura, o jornal MAPA falou com o Observatório do Controlo e da Repressão (OCR), um projeto que acompanha de perto a prática policial.

A 5 de fevereiro de 2015 vários jovens do bairro da Cova da Moura foram alvo de brutais agressões por parte de agentes da Polícia da Segurança Pública (PSP) da esquadra de Alfragide. Tudo começou durante a tarde quando, durante uma operação de rotina, um jovem foi detido e agredido pelos agentes. Perante a presença de testemunhas, os agentes iniciaram uma "limpeza" da zona recorrendo a bastonadas e disparos de balas de borracha. Na sequência destes acontecimentos, quatro jovens moradores do bairro, entre os quais trabalhadores da associação Moinho da Juventude, dirigiram-se à esquadra de Alfragide com o objetivo de procurar saber da situação da pessoa detida mas foram objeto de pontapés, socos e disparos de balas de borracha por parte de diversos agentes presentes na esquadra. Alguns meios de comunicação social, baseados em fontes policiais, apressaram-se a reportar o caso como uma invasão à esquadra de Alfragide mas a verdade é que os jovens do bairro da Cova da Moura acabaram por ser ilibados destas acusações e 18 agentes da PSP da esquadra de Alfragide foram constituídos arguidos acusados de falsificação de documento agravado, denúncia caluniosa, injúria agravada, ofensa à integridade física, falsificação de testemunho, tortura e tratamentos cruéis ou sequestro agravado. O despacho do Ministério público refere ainda que tais atos se deveram ao "sentimento de ódio racial" da parte dos acusados.

Em que ponto se encontra o julgamento e que desenvolvimentos podemos esperar nos próximos meses?

As sessões do julgamento iniciaram-se no fim de Maio e estão previstas sessões até Dezembro. O ritmo das sessões é uma por semana, geralmente às terças-feiras. Até agora já foram ouvidos todos os 17 polícias acusados. Foi relatado na comunicação social, e também foi claro para quem esteve presente, que há inúmeras contradições insanáveis na defesa dos polícias. Nas últimas duas sessões antes das férias foram ouvidos o primeiro detido do dia 5 de Fevereiro de 2015 e as testemunhas dessa detenção. Nestas sessões ficou claro que não houve nenhum apedrejamento da viatura policial, o que era alegado pela polícia para a ação violenta, e que a detenção foi completamente inusitada e sem razão aparente. De momento estamos em férias judiciais e serão reiniciadas em meados de Setembro. As primeiras sessões depois de férias serão para ouvir os restantes 5 jovens que foram agredidos, A partir daí há ainda um número considerável de testemunhas a ser ouvidas.

Quando terminarem as sessões de julgamento teremos de esperar por uma decisão que, tendo em conta a complexidade do caso, poderá demorar alguns meses.

O julgamento de agentes da PSP, acusados de abuso de poder e racismo, surgiu como uma novidade em Portugal. À medida que o julgamento se desenrola, mantêm-se a ideia de que algo mudou na justiça?

Ainda é muito cedo para dizer se algo mudou na justiça. Claramente a novidade foi a acusação de racismo, visto que a de violência policial é mais frequente. Estamos habituados de que em tribunal o testemunho de um polícia valha mais do que o de um cidadão comum, mesmo em casos em que a polícia é a acusada de violência. Há claramente um caminho a percorrer e este caso pode iniciar uma etapa nesse sentido. No entanto a justiça é uma justiça de classe, e claramente sabe-se que geralmente quebra no ponto mais fraco.

Independentemente do resultado deste processo, poderá este caso servir para dar visibilidade aos inúmeros outros casos de violência policial que não chegam aos tribunais?

É curioso referir que alguns destes agentes têm outros casos de violência policial em julgamento. Evidentemente devido ao mediatismo deste caso, potenciado em grande medida pela espetacularidade das primeiras versões da polícia sobre "a invasão de esquadra", ajuda a criar uma perceção de que todas aquelas situações que sabemos existirem diariamente de violência policial podem ter um desfecho diferente do habitual: arquivamento. Mas mais importante é garantir que situações destas não voltam a acontecer. Há uma certa "suspensão do estado de direito" nas investidas policiais em bairros como a Cova da Moura que têm de ser invertido. A polícia não pode guetizar bairros e intervir de forma diversa em locais distintos sem uma razão plausível. E todos sabemos que estes bairros são causticados por atuações policiais à margem de qualquer lei vigente.

Ainda mais importante é a visibilidade que estes casos podem trazer a pessoas que geralmente defendem imediatamente toda e qualquer atuação policial de forma acrítica. Se nos relembrarmos de um caso recente de extrema brutalidade sobre um pai com os seus filhos à saída de um jogo de futebol, podemos facilmente extrapolar o que se passa diariamente nestes bairros.

Ao longo dos últimos anos, o OCR (observatoriodocontroloerepressao.wordpress.com) tem prestado auxílio financeiro às vítimas da Cova da Moura como despesas médicas, logísticas e judiciais. **Contribuições para o IBAN/NIB PT5000350100 0003237453069 / CGDIPTPL.**

MAPA BORRADO

ALPHA-MALE PRESERVATION SOCIETY
THE WEST IS THE BEST
BOYS CLUB
RONC
O MESTRE ACORDOU!
VIVA! VIVA!
ÃH?
GRUMF
QUAL É A PRIMEIRA ORDEM DO DIA, MESTRE?
MAS O QUE É ISTO?
ARRUMEM-ME A PORCARIA DO QUARTO, JÁ VOS DISSE...
GRRRR
LARGA
GRUNF.. ONDE ESTÁ O MEU CAFÉ?
E TU, PÁRA DE TE MASTURBAR!
PAM
OU PELO MENOS ENDIREITA AS COSTAS!!
LÁ FORA, O VOSSO TRABALHO CONSTRUIU AS CIDADES E O MUNDO MODERNO QUE AMAMOS! VOCÊS, HOMENS DO OCIDENTE, OBEDIENTES AOS VOSSOS PATRÕES E ÀS HIERARQUIAS ANCESTRAIS QUE SUSTENTAM A GLORIOSA MORAL OCIDENTAL!!
UAU
OBRIGADO MESTRE
UAU
BOM, ESTÁ NA HORA DA PALESTRA MATINAL
BOM DIA VIEWERS. O TEMA DE HOJE É:
10 TRUQUES PARA NÃO AFUGENTAR A CAÇA.
HUMPF
TOMA CABRÃO!
JOSÉ SMITH VARGAS '18